

Estado da Emigração

02

INTEGRAÇÃO E REGRESSO NA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

ORGANIZADORES

Inês Vidigal
Jorge Malheiros
Daniela Craveiro
Idalina Machado

 **Observatório
da Emigração**

INTEGRAÇÃO E REGRESSO
NA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Estado da Emigração

Temos, hoje, um número crescente e diversificado de estudos sobre a emigração portuguesa, desde projetos individuais de doutoramento ou pós-doutoramento até pesquisas coletivas de investigação de maior dimensão e com objetivos mais ambiciosos. A coleção que o Observatório da Emigração agora inicia pretende dar conta, em moldes condensados, do conhecimento produzido por aqueles projetos e pesquisas.

Inês Vidigal, Jorge Malheiros, Daniela Craveiro e Idalina Machado (orgs.)

INTEGRAÇÃO E REGRESSO NA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Observatório da Emigração | Lisboa, 2026

© Inês Vidigal, Jorge Malheiros, Daniela Craveiro e Idalina Machado (orgs.), 2026

Inês Vidigal, Jorge Malheiros, Daniela Craveiro e Idalina Machado (orgs.)

Integração e regresso na Emigração Portuguesa

Primeira edição: junho de 2026

ISBN Digital: 978-989-584-347-3

DOI: 10.15847/CIESOMEE012026

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Observatório da Emigração, CIES-Iscte

E-mail: observatorioemigracao@iscte-iul.pt

Página: <http://observatorioemigracao.pt/>

Apoios

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Fundo para as Relações Internacionais

Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

Índice

Índice de figuras e quadros	vii
Notas biográficas	xiii
1 Introdução	1
<i>Inês Vidígal, Daniela Craveiro, Idalina Machado e Jorge Malheiros</i>	
2 Emigração e regresso numa fase avançada da vida: Abordagem comparativa entre a América do Norte e a Europa .	5
<i>Liliana Azevedo e Dora Sampaio</i>	
3 Emigração portuguesa na Alemanha: Uma integração a duas velocidades	39
<i>Pedro Candeias</i>	
4 Os novos migrantes portugueses no cantão de Zurique: Integração, redes e experiência vivida	67
<i>Maria Carolina Pinto</i>	
5 Trajetórias migrantes e redes de sociabilidade translocais a partir de uma aldeia fronteiriça transmontana	91
<i>João Baía</i>	

Índice de figuras e quadros

1.1	Mapa dos Açores	9
1.2	Festival do Emigrante	15
1.3	Lugares de regresso, norte de Portugal	26
2.1	Stock da população de nacionalidade portuguesa na Alemanha, 1967-2022 (N)	48
2.2	Duração da procura de emprego (%)	49
2.3	Fatores diferenciadores da chegada com emprego assegurado à Alemanha (%)	49
2.4	Dificuldades no acesso à habitação (%)	56
2.5	Dificuldades com a língua (%)	57
2.6	Principais redes de sociabilidade, (%)	60
3.1	Distribuição da amostra, por sexo (%)	80
3.2	Distribuição etária da amostra (%)	80
3.3	Distribuição das habilitações escolares da amostra (%)	81
3.4	Distribuição do estado civil da amostra (%)	81
3.5	Entrada no cantão de Zurique, por ano (%)	82
3.6	Tipos de autorização de residência (%)	83
3.7	Com quem viveu quando chegou (%)	84
3.8	Importância atribuída às redes e instituições no processo de integração (%)	85
3.9	Níveis de autoavaliação da integração, por dimensão (%)	87
4.1	Variação da População da Freguesia de França entre 1900 e 2021	99
4.2	Variação da População do Concelho de Bragança entre 1900 e 2021	100
4.3	Variação da População da aldeia de Montesinho entre 1960 e 2011	101
4.4	Variação da População da aldeia de França entre 1960 e 2011	101

4.5	Variação da População da aldeia de Portelo entre 1960 e 2011	102
4.6	Variação da População do lugar Minas de Portelo entre 1960 e 2011	102

Quadros

2.1	Caraterização dos entrevistados	45
2.2	Gilberto e a emigração por acaso	50
2.3	A sorte de Mário	51
2.4	O desemprego intermitente de Anabela	53
2.5	O recurso às redes tradicionais de Mara	54

Notas biográficas

Daniela Craveiro, mestre em Psicologia Social pela Universidade de Coimbra, doutorada em Sociologia pela Universidade do Minho. É professora e investigadora no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG Research in Economics and Management).

Dora Sampaio, doutorou-se em geografia humana na Universidade de Sussex. É professora de mobilidades transnacionais na Universidade de Utrecht, e investigadora principal do projeto RETIREWEL, financiado pelo European Research Council (ERC).

Idalina Machado, socióloga, professora auxiliar do Instituto Superior de Serviço Social do Porto e investigadora integrada no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Leciona sociologia e tem publicado trabalhos sobre pobreza, exclusão social, envelhecimento, gentrificação e reabilitação urbana.

Inês Vidigal, doutoranda em sociologia no Iscte — Instituto Universitário de Lisboa. É investigadora no Observatório da Emigração desde 2015 e exerce funções de coordenadora executiva desde 2025.

João Baía, doutorado em Antropologia pelo ICS-ULisboa no âmbito do Programa Doutoral em Migrações, é professor auxiliar convidado no DCSG da UAb e investigador integrado no Grupo de Investigação Sociedade e Sustentabilidade Ambiental do Centro de Ecologia Funcional (CFE-UC) e investigador associado do Observatório da Emigração e do IHC-FCSH/NOVA.

Jorge Malheiros, geógrafo, professor associado e investigador do Centro de Estudos Geográficos do IGOT da Universidade de Lisboa. Pesquisa na área da Geografia Social (migrações, estudos urbanos), tendo coordenado projetos de investigação e feito publicações diversas nestes domínios. Membro da Comissão Coordenadora do OEm e correspondente português do SOPEMI-OCDE (2001-2025).

Liliana Azevedo, doutorou-se em sociologia no Iscte Instituto Universitário de Lisboa. Atualmente, é investigadora integrada no CIES-Iscte e investigadora associada do Observatório da Emigração.

Maria Carolina Pinto, doutorada em Relações Interculturais pela Universidade Aberta, é investigadora colaboradora do CEMRI — Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais.

Pedro Candeias, doutorado em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa no âmbito do programa doutoral em Migrações. Investigador auxiliar no CIES-Iscte e investigador associado do OEm.

Introdução

Inês Vidigal, Daniela Craveiro, Idalina Machado e Jorge Malheiros

A coleção Estado da Emigração procura reunir, em formato sintético, mas analiticamente consistente, contributos relevantes para o conhecimento da emigração portuguesa. Se o primeiro volume incidiu sobre três grandes estudos acerca da nova emigração portuguesa, realizados num contexto marcado pela intensificação das saídas em consequência da crise económica e social da década de 2010, este segundo volume centra-se em duas dimensões fundamentais da experiência migratória: a integração nos países de destino e o regresso a Portugal. Estes dois eixos, embora muitas vezes tratados separadamente, remetem para processos profundamente interligados, que estruturam as trajetórias dos emigrantes ao longo do tempo e ajudam a compreender a complexidade, a diversidade e a mutabilidade da emigração portuguesa contemporânea.

Intitulado *Integração e regresso na emigração portuguesa*, este volume baseia-se em resultados de cinco teses de doutoramento recentes, aqui reorganizados em quatro capítulos. A reunião destes trabalhos permite aproximar investigações autónomas, realizadas em diferentes instituições e disciplinas, mas convergentes em aspetos decisivos: a centralidade e a complexidade das trajetórias migratórias, a atenção às experiências vividas pelos emigrantes, a relevância das redes sociais e familiares, a importância dos contextos institucionais de acolhimento e a necessidade de compreender o regresso não como desfecho simples ou linear, mas como processo social e relacional, situado no tempo e no espaço. Tal como sucedia no primeiro volume da coleção, a aproximação entre pesquisas distintas reforça a possibilidade de diálogo entre perspetivas, evidencia pontos de contacto e ilumina diferenças de objeto, de escala e de abordagem, enriquecendo, por essa via, a compreensão global do fenómeno emigratório português.

A pertinência deste enfoque é clara. A integração tem sido, desde há muito, uma das dimensões centrais do estudo das migrações, uma vez que permite observar como os emigrantes se inserem nos mercados de trabalho, nos sistemas institucionais, nas redes de sociabilidade e nas sociedades de

acolhimento. Mas a integração está longe de poder ser reduzida a um processo homogéneo, linear ou exclusivamente determinado por variáveis económicas. Os capítulos aqui reunidos mostram, justamente, que ela assume ritmos, modalidades e resultados diferenciados, em função dos perfis migratórios, dos recursos sociais mobilizados, das oportunidades e constrangimentos oferecidos pelos contextos de receção e das estratégias desenvolvidas ao longo do percurso migratório. A integração emerge, assim, como processo multidimensional, que afeta de modo assimétrico todos os atores, migrantes e não migrantes, e no qual se cruzam fatores laborais, residenciais, linguísticos, institucionais, familiares e simbólicos.

Por seu lado, o regresso tem vindo a afirmar-se como uma dimensão igualmente incontornável na análise da emigração portuguesa. Longe de constituir apenas o “fim” de um percurso migratório, o regresso pode assumir formas diversas: pode ser definitivo ou sazonal, planeado ou contingente, desejado ou ambivalente, individual ou familiarmente negociado. Pode, além disso, coexistir com práticas de mobilidade transnacional, circularidade e pertença múltipla, tornando-se parte de trajetórias que se repartem entre lugares, tempos sociais e universos relacionais distintos. Neste sentido, pensar o regresso implica considerar não apenas decisões de realocização, mas também processos de reconstrução de pertenças, reconfiguração de vínculos, negociação intergeracional e reposicionamento social em fases diferenciadas do ciclo de vida.

Os trabalhos reunidos neste livro permitem captar bem essa complexidade. O primeiro capítulo, da autoria de Liliana Azevedo e Dora Sampaio, propõe uma análise comparativa da emigração e do regresso em fases avançadas da vida, articulando dois estudos qualitativos: um sobre emigrantes açorianos regressados da América do Norte e outro sobre emigrantes portugueses com trajetórias ligadas à Suíça. O capítulo debruça-se sobre os ritmos do regresso na reforma, as mobilidades transnacionais, os processos de home-making, as pertenças múltiplas e as ambivalências que marcam a decisão de regressar numa etapa mais tardia do percurso de vida. A partir de duas investigações doutorais distintas, as autoras mostram que o regresso, em idades próximas ou posteriores à reforma, não constitui um movimento simples de retorno ao ponto de partida, mas antes um processo densamente social, marcado por negociações familiares, de género, espaciais e temporais. Trata-se, aliás, de um capítulo especialmente significativo no quadro deste volume, pois reúne duas das cinco teses de doutoramento em que o livro assenta, sublinhando a riqueza de uma leitura comparativa entre contextos migratórios e histórias de mobilidade diferenciadas.

O segundo capítulo, de Pedro Candeias, desloca a atenção para a integração laboral da emigração portuguesa na Alemanha. A partir de uma metodologia mista, combinando entrevistas e inquérito por questionário, o autor identifica dois perfis-tipo de inserção no mercado de trabalho alemão: por um lado, emigrantes que chegam com emprego já assegurado, frequentemente

com qualificações elevadas em áreas técnico-científicas; por outro, emigrantes que procuram trabalho apenas após a chegada ao destino. O interesse analítico desta proposta reside em demonstrar que diferentes modos de entrada no mercado de trabalho tendem a produzir efeitos sobre outras dimensões da integração, nomeadamente o acesso à habitação, a aprendizagem da língua e a composição das redes de sociabilidade. O capítulo evidencia, desse modo, que a integração laboral não deve ser pensada isoladamente, mas como elemento estruturante de processos mais amplos de inserção social, contribuindo para uma compreensão mais diferenciada da experiência emigratória portuguesa num destino ainda relativamente pouco estudado.

O terceiro capítulo, de Maria Carolina Pinto, centra-se nos percursos de integração dos novos fluxos migratórios portugueses no cantão de Zurique, na Suíça. Também aqui a integração é abordada como processo dinâmico, não linear e multidimensional. Com base numa metodologia mista, o capítulo analisa o papel das redes familiares, sociais e digitais, o peso dos quadros institucionais suíços e portugueses e a importância da experiência vivida e da autoavaliação dos próprios migrantes. Ao integrar dimensões objetivas e subjetivas do processo de integração, este estudo recusa leituras dicotômicas entre “integrados” e “não integrados” e mostra como os percursos migratórios são moldados por fatores estruturais, relacionais e individuais. O foco nos fluxos mais recentes para a Suíça permite ainda atualizar o conhecimento sobre um dos principais destinos da emigração portuguesa contemporânea, iluminando transformações nos perfis migratórios, nas estratégias de inserção e nas formas de pertença.

O quarto capítulo, da autoria de João Baía, introduz um outro ângulo de observação, centrado nas trajetórias migrantes e nas redes de sociabilidade translocais a partir de uma aldeia fronteiriça transmontana. Resultante de uma investigação doutoral em antropologia, este texto analisa, a partir do lugar de partida, as transformações produzidas pelas migrações portuguesas iniciadas na década de 1960, incluindo dinâmicas de migração internacional e de migração interna. Através das memórias, dos percursos biográficos e da atenção às continuidades e ruturas nas trajetórias, o capítulo explora a forma como as redes migratórias, a circulação de informação, os vínculos de contiguidade e os alargamentos do raio de interação social contribuíram para reconfigurar o lugar, as relações sociais e as identificações. O contributo para este volume é claro: ele amplia a reflexão sobre integração e regresso, mostrando que as trajetórias migratórias têm de ser lidas de uma forma dinâmica e não podem ser plenamente compreendidas sem considerar os contextos de partida, as articulações que frequentemente se estabelecem entre migrações internas e internacionais, os efeitos duradouros da mobilidade nas comunidades de origem e a espessura relacional das redes que ligam diferentes lugares.

Em conjunto, estes quatro capítulos oferecem uma perspetiva particularmente rica sobre a emigração portuguesa. Em primeiro lugar, porque

cobrem contextos migratórios distintos — América do Norte, Alemanha, Suíça e uma comunidade de origem no nordeste transmontano (sendo neste caso, o foco do estudo o ponto de partida e não o de destino) — e, ao fazê-lo, evidenciam tanto a diversidade dos destinos e das experiências como a persistência de questões comuns. Em segundo lugar, porque mobilizam metodologias variadas, predominantemente qualitativas ou mistas, que permitem captar com grande densidade os significados atribuídos pelos próprios sujeitos aos seus percursos, decisões e pertenças. Em terceiro lugar, porque cruzam diferentes momentos da experiência migratória — a partida, a inserção, a circulação, a permanência, a reforma, o retorno — recusando visões fragmentadas e propondo antes uma leitura relacional e processual da emigração.

É também por isso que este volume possui uma relevância particular no quadro atual dos estudos migratórios em Portugal. Num momento em que a emigração portuguesa continua a apresentar grande diversidade de perfis sociais, qualificações, destinos e projetos de mobilidade, torna-se essencial aprofundar o conhecimento sobre as formas concretas como os emigrantes constroem a sua vida nos países de acolhimento, mantêm vínculos com Portugal, equacionam o regresso ou reconfiguram, ao longo do tempo, as suas pertenças e estratégias. A investigação doutoral recente tem desempenhado aqui um papel muito importante, quer pela proximidade empírica aos fenómenos estudados, quer pela capacidade de renovação teórica e metodológica que frequentemente introduz. Ao reunir resultados de cinco teses de doutoramento, este livro dá visibilidade a esse esforço de investigação e confirma a importância de incorporar esse conhecimento em formatos acessíveis, articulados e comparáveis.

Este segundo volume da série Estado da Emigração pretende, assim, contribuir para consolidar e difundir conhecimento sobre dois domínios incontornáveis da emigração portuguesa: a integração e o regresso. Fá-lo reunindo estudos que, embora distintos nos seus objetos específicos, convergem no reconhecimento de que a emigração deve ser entendida como processo complexo, multidimensional e historicamente situado; um processo em que trabalho, família, redes, instituições, mobilidade, memória e pertença (socio-cultural e geográfica) se entrelaçam de forma nem sempre previsível.

Espera-se, por isso, que os capítulos aqui reunidos constituam um contributo útil para investigadores, estudantes e todos os leitores interessados na análise das migrações portuguesas. Ao mesmo tempo, o volume poderá revelar-se pertinente para quem, no plano institucional e político, procura compreender melhor os desafios colocados pela integração nos países de destino, pelas ligações transnacionais mantidas com Portugal e pelas múltiplas formas que o regresso pode assumir. Mais do que encerrar uma discussão, este livro pretende abri-la e aprofundá-la, mostrando a vitalidade da investigação recente e sublinhando o lugar central que a integração e o regresso ocupam na compreensão da emigração portuguesa.

Emigração e regresso numa fase avançada da vida

Abordagem comparativa entre a América do Norte e a Europa

Liliana Azevedo e Dora Sampaio

Resumo Neste capítulo, é feita uma análise comparativa da emigração e do regresso dos Açores para a América do Norte e de Portugal Continental para a Europa, em particular para a Suíça. Com base em dois estudos qualitativos, são explorados os ritmos do regresso na reforma, as dinâmicas espaciais e as mobilidades transnacionais, com ênfase nos processos de *home-making* e nas múltiplas pertenças. Ambas as pesquisas evidenciam as complexidades de regressar ao trabalho na idade da reforma, ou perto dela, e salientam as ambivalências, circularidades, e negociações familiares e de género que marcam a migração de regresso numa fase avançada da vida.

Palavras-chave: Migração de regresso; Reforma; Açores; Portugal continental; Análise comparativa.

Abstract This chapter presents a comparative analysis of emigration and return migration from the Azores to North America and from mainland Portugal to Europe, with a focus on Switzerland. Based on two qualitative studies, the chapter explores the rhythms of return in retirement, spatial dynamics and transnational mobility, with an emphasis on home-making processes and multiple belongings. Both studies highlight the complexities of returning at, or near, retirement age, and emphasise the ambivalence, circularities, and family and gender negotiations that characterise return migration in later life.

Keywords: Retirement return migration; Azores; mainland Portugal; comparative analysis.

Introdução

A emigração portuguesa do século XX do arquipélago dos Açores para a América do Norte e de Portugal continental para a Europa Ocidental constitui um dos pilares fundamentais da história e geografia migratórias portuguesas com ramificações profundas até aos nossos dias. Não obstante, estes

fluxos migratórios permanecem analisados em silos e carecem de análises comparativas.

Neste capítulo, adotamos uma abordagem integrada, analisando comparativamente os movimentos migratórios entre os Açores e a costa leste dos Estados Unidos e do Canadá, e entre Portugal continental e a Suíça. Este pequeno país do centro da Europa tornou-se um dos principais destinos da emigração portuguesa nas últimas quatro décadas e foi, aliás, o país que totalizou o maior número de entradas de portugueses em 2023 e 2024 (Pires et al., 2025; Vidigal, 2025).

Tomando como ponto de partida dois estudos qualitativos de cariz etnográfico, este texto debruça-se sobre duas questões centrais e profundamente interconectadas no processo de emigração e regresso: por um lado, as temporalidades e os ritmos associados à migração de regresso para fins de reforma e, por outro, as questões espaciais que moldam trajetórias de regresso, circularidades e mobilidade transnacional numa fase mais avançada da vida. Mais especificamente, analisamos estas questões à luz dos processos de i) *home-making*, enquanto dinâmicas relacionais e multisituadas através de reconfigurações familiares e espaciais, e ii) das pertenças múltiplas que enriquecem e complexificam os processos de regresso, que estão longe de ser lineares ou estanques, nomeadamente em idades mais avançadas (Walsh & Näre, 2016).

As experiências de emigração e regresso discutidas neste capítulo resultam de duas investigações de doutoramento, uma completada na Universidade de Sussex, em 2018, e outra no Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, em 2023. No caso do primeiro estudo, levado a cabo pela geógrafa Dora Sampaio, foram recolhidas 36 narrativas de vida ao longo de sete meses de trabalho de campo (2014-2016) nas ilhas açorianas de São Miguel, Terceira, Faial e Pico (referências específicas a determinadas ilhas são mencionadas quando pertinente). As entrevistas discutidas neste capítulo foram realizadas com indivíduos com 50 anos de idade ou mais, nascidos nos Açores, que emigraram para a América do Norte e, num período mais maduro da vida, decidiram regressar aos Açores. Algumas das entrevistas também incluíram casais e, por vezes, outros membros da família. Os relatos partilhados ilustram experiências de regresso e negociações em relação ao presente e ao futuro, por vezes inequívocas e com orientação clara e, por vezes, também ambivalentes e incertas, nomeadamente na relação com o lugar e entre gerações.

No caso do segundo estudo, a socióloga Liliana Azevedo realizou uma extensa pesquisa de terreno entre 2018 e 2022, tanto no país de origem como no de destino, respetivamente Portugal e a Suíça. Durante esse período, foram recolhidas narrativas de vida junto de 37 mulheres e homens, com idades compreendidas, à época, entre os 58 e os 68 anos, residentes e ex-residentes na Suíça. O objetivo principal desta investigação era compreender o impacto da transição para a reforma de portugueses e portuguesas residentes na Suíça há

várias décadas e como os projetos de reforma são negociados no seio do casal e, em particular, a decisão de regressar, ou não, a Portugal. Em 2022, um terço das pessoas entrevistadas havia regressado recentemente ou planeava regressar, enquanto dois terços permaneciam na Suíça – destes, a maioria manifestava uma certa ambivalência quanto à sua futura localização. Observou-se, contudo, que a maior parte optou por regressar, mesmo que essa não tivesse sido a sua intenção alguns anos antes. Esta decisão foi influenciada pelas trajetórias socioprofissionais e dinâmicas transnacionais moldadas pelos projetos migratórios iniciais, e articula-se com dimensões espaço-temporais, os percursos de vida e normas de género.

Neste capítulo, desenvolvemos uma análise comparativa das experiências dos dois grupos acima mencionados. As nossas reflexões assentam numa leitura temática das entrevistas, articulada ao longo de várias discussões entre as autoras. Este procedimento permitiu-nos identificar perspetivas matizadas sobre os processos de envelhecimento que, nos dois casos analisados, ora convergem, ora divergem, ora se complementam.

Com base nesta análise comparativa, propomos uma abordagem mais abrangente dos percursos de emigração e de regresso a Portugal em fases mais avançadas do ciclo de vida, procurando evidenciar as dinâmicas, continuidades e novas configurações que marcam estas trajetórias. Ao longo do capítulo, são utilizados pseudónimos e todas as informações suscetíveis de identificar as e os participantes foram modificadas de forma a proteger a sua identidade.

Histórias de emigração e regresso

A emigração portuguesa tem sido motivada, em larga medida, pela busca de uma vida melhor, tendo passado por quatro grandes ciclos (Pereira & Azevedo, 2019), o primeiro dos quais ficou conhecido como ciclo transatlântico: iniciou-se em meados do século XIX e prolongou-se até à segunda guerra mundial, tendo como principal destino as Américas. Neste período, a emigração açoriana para a América do Norte foi inicialmente impulsionada pela indústria baleeira e, mais tarde, por desastres naturais. O segundo ciclo da emigração portuguesa iniciou-se em finais da década de 1950 e terminou com a transição democrática de Portugal. Neste período, os fluxos redirecionaram-se em grande medida para a Europa, sendo a França, a Alemanha e o Luxemburgo os principais países de destino. As restrições impostas pelo Estado Novo à emigração levaram muitas pessoas a sair clandestinamente do país (Pereira, 2009). Ao invés, os fluxos migratórios para as — então — colónias africanas eram incentivados (Castelo, 2009). O terceiro ciclo iniciou-se após 1974 e foi marcado pela integração europeia e o surgimento de novos destinos, entre os quais se destaca a Suíça. O quarto ciclo, iniciou-se em 2001,

intensificou-se após a crise das dívidas soberanas em 2011 e foi marcado pela saída massiva de perfis muito diversos, a emergência de novos destinos europeus e a reativação de antigos destinos tanto no Norte como no Sul Global.

Os movimentos de saída foram sempre acompanhados de movimentos em sentido contrário, embora a sua intensidade tenha variado fortemente consoante os destinos e as épocas. Os discursos políticos foram, também eles, oscilando, ora dando mais ênfase à retenção de mão-de-obra ou “talento”, ora destacando a necessidade de “recuperar” quem havia saído por necessidade – uma tendência que se pode observar, por exemplo, na transição para a democracia (veja-se os programas do Partido Popular Democrático de 1974 e do Partido Socialista de 1976¹) e, mais recentemente, com a implementação do programa *Regressar* (Pinho et al., 2022).

Os estudos sobre movimentos de regresso desenvolveram-se a partir dos anos 1960-70, mas é sobretudo na década de 1980 que o debate académico se desenvolve. A produção científica sobre o fenómeno nunca mais parou, “ao ponto de se tornar uma pedra angular no campo dos estudos sobre migrações” (King & Kuschminder, 2022, p. 1). Em Portugal, foram amplamente estudados o repatriamento das antigas colónias (Pires & Silva, 1987), o regresso de trabalhadores emigrados em França e Alemanha (Poinard, 1979, 1983; Silva et al., 1984; Amaro, 1985; Paiva, 1985; Rocha-Trindade, 1987) e o regresso dos Estados Unidos da América para os Açores (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011; Couchinho, 2023). Após um abrandamento em termos de estudos científicos neste campo, tem-se assistido a um renovado interesse pelo tema nos últimos quinze anos (Candeias et al., 2014; Oliveira et al., 2016; Sampaio, 2017; Peixoto et al., 2019; Pinho et al., 2021a, 2021b; Marques & Góis, 2023; Azevedo, 2023).

Dos Açores para a América do Norte

Os Açores, um arquipélago português de nove ilhas localizado no Atlântico Norte, possuem uma história e geografia que os colocam, espacial, histórica e sociologicamente, distantes do continente português. Como, por vezes se diz na sabedoria popular açoriana, “é mais fácil encontrar um açoriano que visitou a América do Norte do que o Continente [português]”. Apesar de continuar a ser um contexto relativamente pouco estudado, os Açores constituem um epicentro de transnacionalismo e migrações e um rico “laboratório espacial” para estudar os processos de migrações e envelhecimento e as suas interligações. As ilhas representam um importante ponto e espaço de intercâmbios sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo uma identidade

1 Disponíveis em <https://www.psd.pt/sites/default/files/2020-09/programa-partido-1974.pdf> e em https://ps.pt/wp-content/uploads/2021/03/1976.25.abr_Programa.para_um_Governo.PS_Vencer.a.Crise_Reconstruir.o.Pais_.pdf [Consultados em 29.12.2025]

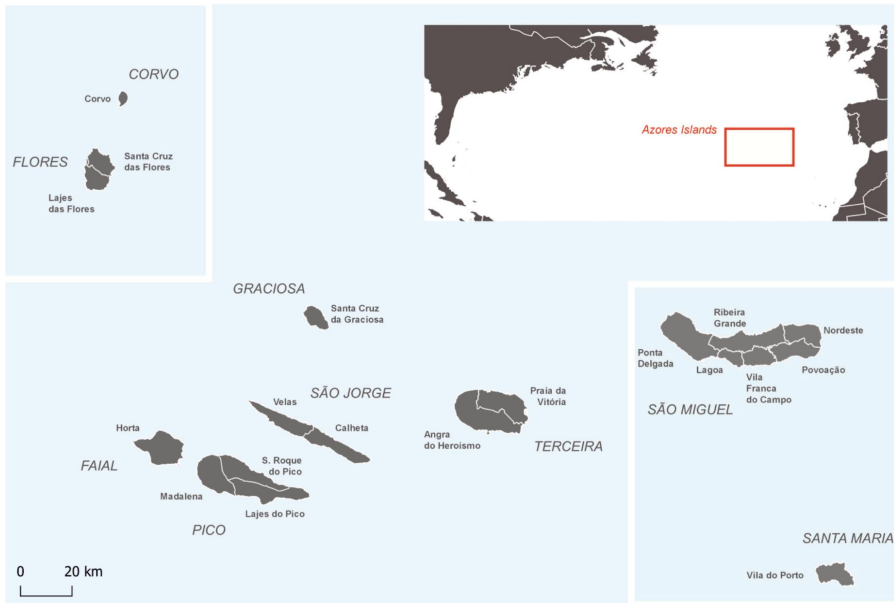


Figura 1.1 Mapa dos Açores

Fonte: Sampaio & King, 2019.

insular discernível, conhecida como açorianidade. Devido à sua geografia insular, o arquipélago constitui um local de ancoragem, mas também um local liminar entre o mar e a terra, simbolizando sentimentos de pertença e liberdade entre aqueles que se mudam para lá (Sampaio & King, 2019). O arquipélago está organizado em três grupos: o Grupo Oriental, incluindo as ilhas de São Miguel e Santa Maria; o Grupo Central, compreendendo as ilhas Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial; e o Grupo Ocidental, composto pelas ilhas Flores e Corvo (figura 1.1). De acordo com as estatísticas nacionais, na altura do trabalho de campo, São Miguel — a maior e mais populosa ilha dos Açores — concentrava 56% da população do arquipélago (INE, 2016).²

A afirmação de Gilberta Rocha (2008, p. 288) de que “a história dos Açores é também a sua história de emigração” não é exagerada. Os Açores são um caso particularmente notável pela magnitude e direção dos seus fluxos migratórios. A emigração dos Açores iniciou-se no século XIX e dirigiu-se principalmente

2 À data do trabalho de campo, as quatro ilhas onde a etnografia foi realizada — São Miguel, Terceira, Faial e Pico — contavam com 138.138, 55.955, 14.759 e 13.834 habitantes, respetivamente (INE, 2016). O Censo de 2021 revela que os Açores perderam 4,2% da sua população, totalizando 246.772 habitantes (INE, 2021).

para a América do Norte (Williams & Fonseca, 1999). Este êxodo significativo das ilhas foi impulsionado pela pobreza e desigualdades sociais, num contexto em que recursos como o acesso à terra se encontravam concentrados num número reduzido de famílias privilegiadas. Mais tarde, a emigração foi também instigada pela ditadura em Portugal que se prolongou até 1974, bem como por catástrofes naturais, como erupções vulcânicas e terremotos (nomeadamente, a erupção vulcânica dos Capelinhos, na ilha do Faial, em 1957-58). No estrangeiro, os açorianos dedicaram-se principalmente a setores laborais intensivos em mão de obra, tais como a agricultura, a pesca, a construção, a limpeza e o trabalho fabril (Rocha, Medeiros & Ferreira, 2011). Vários autores têm argumentado que a emigração portuguesa, e a emigração açoriana em particular, são caracterizadas por um sentimento de *saudade* profundamente enraizado (Klimt, 2000; Teixeira, 2010). Os níveis de regresso aos Açores, especialmente ao longo das décadas finais do século XX, refletem precisamente isto. Os açorianos que regressam são primeiramente provenientes da América do Norte e, em menor número, das Bermudas e do Brasil. Os números mais elevados de regresso foram registados no final da década de 1980 e no início da década de 1990, associados à aproximação do período de reforma de alguns açorianos que emigraram nos anos 1950-60 e ao contexto de recessão económica nos Estados Unidos na década de 1980 (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011). O sentimento de pertença e a família nos Açores são algumas das razões mais importantes para o regresso associado à reforma. De acordo com um dos poucos inquéritos existentes, 60% dos açorianos regressados aos Açores neste período tinham mais de 60 anos e 80% mais de 50 anos. Prevê-se que esta população envelheça nos Açores (Rocha, Medeiros & Ferreira, 2011; Sampaio, 2022).

De Portugal continental para a Suíça

Em Portugal continental, até meados do século XX, os movimentos emigratórios dirigiram-se igualmente para destinos transatlânticos, destacando-se o Brasil. O redirecionamento para a Europa ocorreu no final da década de 1950 e no início da década de 1960. Com o Estado Novo e a “guerra colonial” como pano de fundo, muitos homens, mas também mulheres e crianças, partiram “a salto”, atravessando clandestinamente as fronteiras com a ajuda de “passadores” (Silva, 2024). Os motivos para emigrar eram tanto políticos como económicos e a França tornou-se o principal destino europeu. A Alemanha e o Luxemburgo também se destacaram como destinos importantes.

Nas décadas de 1960 e 1970, a população portuguesa na Suíça era muito reduzida e bastante heterogénea, incluindo migrantes económicos, opositores ao regime, desertores e respetivas companheiras (sobre o tema do exílio político na Suíça, veja-se Pereira, 2010; Barreto et al., 2011). Até ao final da década de 1970, as entradas anuais (legais) provenientes de Portugal raramente

ultrapassavam as mil e, em 1980, residiam na Suíça menos de 11.000 portugueses/as com autorização de residência permanente e pouco mais de 1.100 trabalhadores/as sazonais (Azevedo, 2023). Foi a partir da década de 1980 que a Suíça se tornou um destino atrativo para quem procurava uma vida melhor fora de Portugal, dado que a economia helvética recuperou mais rapidamente do que a dos países vizinhos, que haviam interrompido o recrutamento de trabalhadores estrangeiros em resultado da recessão económica dos anos 1970.

Após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, a emigração portuguesa para os países europeus voltou a intensificar-se. Embora não fazendo parte da CEE, a Suíça tornou-se o principal polo de atração de migrantes portugueses (Marques, 2008). A aceleração da emigração portuguesa para a Suíça ocorreu em meados da década de 1980, altura em que a economia suíça necessitava urgentemente de mão de obra pouco qualificada (Piguet, 2004). A intensidade dos fluxos migratórios para aquele país num curto espaço de tempo fez com que a população portuguesa se tornasse o terceiro maior grupo estrangeiro, posição que mantém até aos dias de hoje.

Durante toda a segunda metade do século XX, o regime migratório suíço era muito restritivo, baseado numa lógica de rotatividade da mão de obra estrangeira (D'Amato, 2011). A esmagadora maioria dos portugueses entrou na Suíça como trabalhadores pouco qualificados nos setores da agricultura, da construção e do turismo – setores esses em que era mais difícil contratar trabalhadores nacionais. Os chamados “*saisonniers*” não podiam permanecer no país por mais de nove meses. A precariedade deste estatuto legal tornava-os vulneráveis a situações de exploração laboral, sendo-lhes negados direitos fundamentais como a mobilidade profissional ou geográfica, o direito ao subsídio de desemprego e o direito ao reagrupamento familiar. Só alcançavam o estatuto de residentes permanentes após perfazerem 36 meses de contratos sazonais sucessivos³ (para uma discussão sobre as implicações individuais e familiares do estatuto de *saisonnier*, veja-se Minga, 1985; Archives contestataires, Collège du travail & Rosa Brux, 2019; Azevedo, 2023).

A alteração da política migratória suíça, com a entrada em vigor do Acordo de Livre Circulação com a União Europeia, em 2002, contribuiu para um aumento substancial da população portuguesa residente no país, tendo o pico sido atingido em 2016, com 269.521 portugueses residentes – este número reduziu-se desde então, devido ao efeito conjugado de um saldo migratório negativo no período 2017-2022 e da aquisição da nacionalidade de suíça.

3 A partir de 1976, passaram a ser exigidos 36 meses, antes disso, o período de sazonalidade exigido até se poder alcançar um estatuto de residente, era superior .

Em 2024, residiam cerca de 263.000 pessoas de nacionalidade portuguesa na Suíça,⁴ representando 11% do total da população estrangeira naquele país (SEM, 2025). Este aumento populacional foi acompanhado por uma diversificação de perfis, que se reflete ao nível da integração profissional, pese embora a maioria continua a ter qualificações globalmente baixas (Azevedo, 2025). Entre as características da migração portuguesa para a Suíça, destacam-se a forte presença das mulheres e a sua alta taxa de participação no mercado de trabalho, bem como uma forte orientação para o regresso (Fibbi et al., 2010).

O regresso a Portugal numa fase avançada da vida

Vários autores ensaiaram propostas de tipologias de regresso. A mais conhecida é, talvez, a de Cerase (1974) que propôs quatro tipos de regresso: fracasso, conservadorismo, inovação e reforma. Efetivamente, alguns estudos apontam a transição para a reforma como um dos momentos mais propícios para concretizar intenções de regresso (Klinthäll, 2006; Bolzman & Bridji, 2019). Nenhuma tentativa de classificação conseguiu, porém, dar conta das múltiplas e complexas dimensões que a “aparente simplicidade” do termo esconde, frisam King e Kuschminder (2022, p. 3).

No final do século XX, o transnacionalismo começou a pôr em causa a visão tradicional do regresso como “o fim de um ciclo migratório” (Paiva, 1985), salientando “padrões de mobilidade circular” (Guarnizo, 1997, p. 289). Estes movimentos transnacionais incluem visitas periódicas ao país de origem, que podem tanto desencadear e sustentar projetos de regresso, ao contribuírem para a manutenção de laços e para a atualização de informações, como desencorajá-los (Duval, 2004; Conway et al., 2009). A prática de regressos cíclicos, seja de curta ou longa duração, pode substituir o regresso propriamente dito. Neste caso, opta-se por uma circulação pendular em vez de uma mudança de residência permanente (de Haas & Fokkema, 2010).

A questão da mobilidade entre *cá* e *lá* quando chega a hora da reforma é, aliás, uma questão recorrente na literatura (Bolzman et al., 2006; de Coulon & Wolff, 2010). Por outro lado, ao contrário da ideia difundida há algumas décadas (Paiva, 1985), atualmente reconhece-se que o regresso não representa o fim de um ciclo migratório. De facto, os nossos dados empíricos mostram que o regresso não põe fim à circulação entre o país de origem e o país de destino: depois da reforma, visitar e apoiar filhos/as e netos/as que ficaram no país onde se residia anteriormente é um dos motivos mais apontados. Este

4 DDe acordo com os dados do Observatório da Emigração, a Suíça mantém-se como o segundo país do mundo, a seguir à França, onde reside mais portugueses/as emigrados/as, isto é, residentes na Suíça nascidos em Portugal (Pires et al., 2025).

aspeto é igualmente referido na literatura (Couchinho, 2023). Efetivamente, configurações familiares transfronteiriças favorecem movimentos de vai-vém numa idade mais avançada (Baykara-Krumme, 2013).

Da América do Norte para os Açores

O sentimento de pertença à comunidade local é um tema recorrente nos relatos dos açorianos que, ao longo dos anos, regressaram aos Açores. Este apego ao lugar e “regresso a casa” é por vezes expresso diretamente, por meio de exemplos, e por vezes através de metáforas e comparações entre o país de origem e o país de destino. Albertino, na casa dos 60 anos, e Silvina, na casa dos 80, emigrados na costa leste do Canadá e dos Estados Unidos, respetivamente, e regressados aos Açores nos finais dos anos 1980 e meados dos anos 2000, expressam com veemência o seu apego ao lugar onde se sentem confortáveis e seguros. Albertino e Silvina relatam estas experiências fazendo paralelos entre elas. A emigração e o regresso surgem enquanto projetos migratórios comparativos nos quais os Açores são contrapostos ao país para onde se emigrou, descrito como mais inseguro e menos tranquilo. Nas palavras de Albertino:

Aqui [nos Açores] é só paz e tranquilidade. Saímos de casa, deixamos as portas destrancadas e não acontece nada. No Canadá, não era assim.

Após a sua reforma antecipada⁵, Albertino não viu razões para que ele e a sua família permanecessem no Canadá. Apesar de ter vivido quase duas décadas no estrangeiro, para ele, a sua ideia de “lar” continuava concretamente localizada nos Açores e o desejo de regressar à sua comunidade de origem nunca diminuiu ao longo dos anos. Os Açores continuaram a ser o lar “emocional”, enquanto o Canadá permaneceu um lar “instrumental” ligado ao trabalho e à obtenção de recursos suficientes para garantir uma vida confortável na reforma, após o regresso aos Açores (Hunter, 2016).

Eu morava em ‘Little Portugal’ [em Toronto]; os meus vizinhos eram todos portugueses. Às vezes, depois de um dia de trabalho, eu dizia: “ah, venham cá, vamos à adega”, e descíamos para tomar uma bebida. Em nada de tempo, fazíamos uma

5 A idade de reforma nos Estados Unidos e no Canadá é distinta, com variações ao longo dos anos. Atualmente, nos Estados Unidos é possível usufruir de uma pensão de reforma entre os 66 e 67 anos, dependendo do ano de nascimento. No Canadá, a idade padrão de reforma é aos 65 anos, sendo possível reformar-se antes ou depois desta idade, com ajustamentos ao valor da pensão de reforma a usufruir. Naturalmente, a possibilidade e o valor da reforma a receber dependem do número de anos e do valor total das contribuições para a segurança social nos respetivos países de destino. Quando o regresso aos Açores ocorre no período anterior à reforma, há um período de espera até que se atinja a idade de reforma e uma pensão de velhice possa ser solicitada.

festa, cantávamos... sentia falta das festas da paróquia, da matança do porco, da produção de vinho. [...] A minha casa é aqui [nos Açores]. Depois de deixar o Canadá, adeus. Nunca mais tive aquela vontade... nem mesmo de voltar para uma visita.

A distância geográfica entre os Açores e a América do Norte e menor disponibilidade de ligações aéreas transatlânticas, especialmente no caso das ilhas do Pico e Faial (bem como no caso das restantes ilhas de menores dimensões), funcionam muitas vezes como força de atrito, contribuindo para um maior distanciamento físico e emocional do país para onde se emigrou.

Experiências similares são salientes na narrativa de Silvina, na qual ela reflete, num tom de apreensão, sobre as mudanças decorridas ao longo dos anos no bairro em que vivia nos Estados Unidos. Estas mudanças são apresentadas enquanto motivos (parciais) para o regresso aos Açores:

Eu já não queria ficar lá [nos Estados Unidos]. Até a rua onde eu morava estava diferente. No início, éramos os proprietários das casas, mas depois os proprietários começaram a morrer e os filhos começaram a alugar as casas para construir outras novas [nos subúrbios] (...) agora [à data da entrevista] só resta uma vizinha que eu conhecia. Ela tem 86 anos e, quando conversamos, ela diz: "Silvina, esta rua já não é a mesma [referindo-se à falta de segurança]". Aqui [nos Açores], posso sair para caminhar em segurança, sentar-me no parque, aproveitar [a vida].

Experiências de regresso, como as de Albertino e Silvina, revelam ligações complexas entre o processo de envelhecimento, o apego ao lugar e uma "busca de ancoragem", um conceito que Corcoran (2002) utiliza para descrever o desejo de recriar raízes em fases mais avançadas da vida. No contexto dos Açores, as ilhas simbolizam um sentimento de pertença a uma comunidade entendida como mais coesa, onde os laços de solidariedade e valores tradicionais da família permanecem mais fortes (para um caso paralelo, veja-se Burholt et al., 2013). Os Açores são descritos não apenas como "pátria", mas como um lugar que emana um desejo de regresso a casa. Ao longo do trabalho de campo nos Açores, tornou-se evidente que um sentimento forte de nostalgia e o desejo de recuperar e reavivar memórias felizes da infância estavam também profundamente impressos nos projetos migratórios de regresso. Os açorianos que regressaram ao arquipélago referiam-se a um desejo de fechar um ciclo da vida e cultivar e reviver memórias felizes do passado numa fase mais avançada da vida. Desta forma, o regresso aos Açores numa idade mais próxima da reforma ou enquanto reformados representa tanto um reposicionamento geográfico como um reposicionamento temporal e a "imaginação de voltar a casa significa voltar 'atrás' tanto no espaço como no tempo" (Massey, 2005, p. 124).

Um exemplo deste reposicionamento espaço-temporal e ligações transnacionais que perduram para além do momento do regresso é o Festival do



Figura 1.2 Festival do Emigrante

Fonte: Fotografia de Dora Sampaio, 2014.

Emigrante, que decorre todos os anos na ilha Terceira (figura 1.2). Durante um fim de semana em agosto, açorianos que regressaram, açorianos emigrados que visitam as ilhas no verão e açorianos que nunca emigraram juntam-se para dois dias de música tradicional, comida típica e jogos tais como a tourada à corda (uma tradição da ilha Terceira). Em pequenas barracas alinhadas à entrada de um campo aberto rodeado por floresta e campos verdes, mulheres açorianas que regressaram da América do Norte preparam iguarias que ligam o espaço transatlântico; uma destas iguarias é os *donetes* (léxico local para “*donuts*”). O Festival do Emigrante constitui assim um espaço que permite cultivar experiências e memórias da emigração e do regresso através de música (incluindo o rancho folclórico local), jogos e comida.

Apego ao lugar e experiências de género

Dimensões relacionadas com a segurança, tranquilidade e um ambiente favorável ao envelhecimento foram frequentemente enfatizadas pelos açorianos

regressados, especialmente mulheres e aqueles que vivem sozinhos. Silvina, por exemplo, relatou:

Sinto-me bem aqui. Sinto-me melhor aqui do que nos Estados Unidos. Na minha idade, estou melhor aqui. Se fosse jovem, se ainda estivesse a trabalhar, se tivesse o meu marido, seria diferente, mas sozinha estes anos todos, sinto-me melhor aqui. Posso sair à rua e não tenho medo.

Vivências como as de Silvina revelam uma dimensão de género no regresso ligada à procura de tranquilidade, sossego e segurança. Contudo, as experiências de regresso entre mulheres estão longe de serem homogéneas ou lineares. Dina, esposa de Albertino, na casa dos 60 anos, partilhou uma outra experiência que ecoa um padrão comum entre casais que regressam ao país de origem: as mulheres tendem a encontrar mais barreiras na readaptação e são mais propensas ao isolamento e à solidão após o regresso (veja-se também Vlase, 2013; Azevedo, 2022).

Durante a conversa com Albertino à mesa de jantar, Dina estava ocupada a dobrar roupa e a preparar o jantar. Embora nos dissesse que estava atarefada e que não tinha tempo para juntar-se a nós, continuava a ouvir a nossa conversa e a intervir regularmente. Dina sentia-se em conflito com emoções difíceis de conciliar por ter deixado para trás familiares e amizades que tinha criado ao longo dos anos em Toronto. Apesar dos seus esforços de conciliação, ao longo dos anos, o descontentamento na voz de Dina era evidente ao descrever a vida laboriosa, mas profundamente gratificante, que tinha no Canadá, em contraste com a experiência de regresso aos Açores. Ao contrário do marido, envelhecer nos Açores não tinha revigorado Dina:

Este não é um lugar com futuro. É um lugar triste, não há nada aqui. É o fim do mundo, querida. Uma cidade grande como Toronto 'dá-te vida'. Tens de trabalhar muito. Trabalhei sete anos, dia e noite, como empregada doméstica, mas tinha alegria. Trabalhas, ganhas o teu dinheiro, podes comprar o que quiseres, tens em abundância. Aqui, vais ao minimercado e tens de procurar, procurar... compras quase nada e são 100 euros ou mais. Compras quase nada! Não é andar para trás?

De notar, na narrativa de Dina, o uso da expressão “andar para trás” para descrever a vida nos Açores. Tal afirmação parece sugerir uma hierarquia mental na qual o país de destino é entendido como estando “mais avançado”, social, cultural e economicamente do que o país e lugar de origem. O regresso emerge assim com temporalidades e espacialidades distintas nas quais regressar ao lugar de origem é entendido enquanto um movimento tanto no espaço como no tempo.

Experiências de regresso como as da Dina refletem o facto das mulheres vivenciarem uma transição mais marcante para contextos mais tradicionais

que tendem a restringir algumas das liberdades quotidianas que estas conquistaram durante o período de emigração na América do Norte. Estas negociações de regresso são também muitas vezes complicadas pelo facto do regresso ocorrer normalmente de contextos urbanos para contextos rurais. Por exemplo, o contraste entre uma vida social mais ativa no estrangeiro e o acesso a um conjunto mais amplo de comodidades tais como parques temáticos, espaços de lazer e espaços comerciais e o regresso a contextos rurais de menor dimensão, com menor diversidade de comércio e opções de lazer. Experiências de regresso são, portanto, influenciadas pelos papéis de género e estão profundamente arraigadas em relações de poder desiguais que expõem elementos relacionados com a autonomia de género (ou falta dela) (Pessar & Mahler, 2003; Azevedo, 2022).

As mulheres que regressaram aos Açores relatam sentir-se muitas vezes numa encruzilhada entre a salvaguarda de valores tradicionais e o desafio de normas sociais através dos hábitos e estilos de vida que adquiriram no processo migratório (por exemplo, maior independência e capacidade de decisão no agregado familiar). As espacialidades de género surgem na interação com outras dimensões identitárias, tais como a idade, capacidade física e mental, e transições ligadas ao percurso de vida (por exemplo, o divórcio ou a viuvez) e estão profundamente inscritas nas decisões e experiências de emigração e regresso (Gambold, 2013). O conceito de “políticas emocionais da migração de regresso” (Sampaio, 2025) permite-nos compreender como o familiar e o geopolítico se articulam de forma complexa, revelando conexões não-lineares e evidenciando a centralidade dos afetos nas decisões de regresso. Analisar a migração a partir das emoções e das suas implicações políticas desafia leituras estritamente racionais e sublinha a agentividade dos sujeitos migrantes e destaca os efeitos sociais dos afetos. Tais decisões tomam forma através de temporalidades complexas que envolvem ritmos, frequências e intensidades variadas de contacto (por exemplo, visitas ou períodos de residência mais longos), relações familiares e de amizade e discursos emotivos, nomeadamente por meio de novas tecnologias.

As razões que motivam o regresso são muitas vezes compósitas, com considerações distintas a serem privilegiadas ao longo do percurso da vida (Sun, 2021). Este aspeto temporal é também visível nas experiências ambivalentes de regresso, em que períodos de entusiasmo se alternam com períodos de apatia ou até mesmo, em alguns casos, arrependimento e aceitação. A experiência de regresso de Fernando, no final dos seus 50 anos, nos anos 2000, exemplifica isto mesmo. A sua decisão de regressar foi, nas suas palavras, “talvez demasiado prematura”. Perante uma reestruturação económica nos Estados Unidos, para onde tinham emigrado, decidiu que era altura de fazer um plano de “pré-reforma” e regressar aos Açores com a sua esposa (também ela natural dos Açores) e a filha menor para abrir um pequeno negócio. Embora estivesse feliz por regressar ao ambiente familiar das ilhas, tanto o

seu negócio como a sua vida familiar foram afetados negativamente. Por um lado, Fernando deparou-se com vários desafios burocráticos para abrir um negócio e, por outro, a saúde mental da sua esposa deteriorou-se, longe das suas rotinas conhecidas e de familiares, também eles emigrados nos Estados Unidos. De acordo com Fernando:

O meu sonho era voltar depois de me reformar, mas acabei por voltar antes. Quando cheguei aos Estados Unidos, havia falta de mão de obra, mas depois os empregos começaram a escassear (...) e isso começou a afetar também a empresa onde eu trabalhava; foram reduzindo, reduzindo, no final éramos 15 ou 20 pessoas, e comecei a perceber que eu seria o próximo (...) então disse à minha esposa: “Olha, vamos fazer as malas e vamos embora”. Pus a casa à venda, vendi-a e viemos.

Ao regressar, Fernando, que tinha vivido duas décadas no estrangeiro, expressou frustração e um sentimento de “não pertencer totalmente” aos Açores (para um caso paralelo, veja-se Ní Laoire, 2008). Para ele, que tinha planeado a sua mudança pré-reforma com base na criação de um pequeno negócio nos Açores, os vários obstáculos burocráticos transformaram o seu sonho de regresso num projeto de vida agridoce (Sampaio, 2017b). Nas suas interações diárias, Fernando referiu sentir-se tanto um “*insider*” como um “*outsider*”, mesmo após décadas de regresso aos Açores. Mais do que identidades separadas, “*insider*” e “*outsider*” constituem-se mutuamente ao longo dos anos e do processo de regresso e de reenraizamento.

Tal como Fernando, outros açorianos que haviam regressado referem a sentimentos de ambivalência e alguns choques culturais ligados a convenções e expectativas sociais, burocracias e ritmos cotidianos distintos dos que estavam habituados na América do Norte. Em contextos migratórios e transnacionais, a recriação do lar surge enquanto um “trabalho em curso”, com afiliações a locais distintos e valores e normas sociais que nem sempre se alinham e que, por conseguinte, requerem uma negociação constante. A reconstrução do lar após o regresso exige, pois, um esforço físico e emocional considerável e envolve uma readaptação contínua.

Estas experiências transnacionais de pertença e reconstrução do lar podem ser lidas com referência ao “tipo de consciência” discutido por Steven Vertovec (1999, p. 450), isto é, uma forma de transnacionalismo caracterizada por “identificações duplas ou múltiplas” e “vínculos descentralizados”. Através do seu “habitus transnacional” (Guarnizo, 1997), os açorianos que regressam recorrem a e relacionam-se com valores sociais e culturais que são simultaneamente interligados e distintos, transnacionais e localizados. Esta circulação de ideias, valores morais e éticos, hábitos e recursos tangíveis e intangíveis transcende fronteiras e conecta locais distantes de forma multidirecionada e é essencial para compreender processos de mudança social (veja-se também Azevedo, Desille e Pinho, 2022). É importante ressaltar aqui que, em

vez de atuarem como equalizadores sociais ou impulsionadores de convergência, as redes transnacionais de migração podem também acentuar as desigualdades associadas, por exemplo, à classe social e ao gênero.

Culturas de envelhecimento transnacional

Estas dimensões transnacionais ligadas à emigração e ao regresso são particularmente salientes em contextos de envelhecimento que transcendem mais do que um país (Ciobanu et al., 2020; Nedelcu et al., 2024). Configurações sociais e familiares transnacionais informam e moldam culturas híbridas e léxicos diversificados de envelhecimento, que incorporam o regresso a normas culturalmente valorizadas (por exemplo, a importância da família nuclear e alargada, o papel da comunidade) e novos valores e códigos culturais adquiridos no processo de emigração (por exemplo, um sentimento mais forte de autossuficiência em idades mais avançadas). Estas dinâmicas compósitas apontam para a formação de culturas de envelhecimento transnacional (Sampaio, 2021, 2022).

Culturas de envelhecimento transnacional revelam-se em três dimensões centrais: (i) cuidados de saúde em períodos de vida mais avançados; (ii) valores e ética de trabalho; e (iii) autocuidado. A discussão que se segue centra-se no primeiro aspeto, central nas aspirações e considerações relativas ao futuro dos açorianos que regressam.

Para aqueles que regressam aos Açores em períodos mais avançados da vida, duas razões destacam-se como as mais comuns: o regresso aos Açores para receber cuidados por familiares (no presente ou enquanto opção futura) ou o regresso para beneficiar de cuidados de saúde mais baratos (Sampaio, 2020). A última opção tende a ser mais privilegiada por aqueles que não têm descendentes ou que têm a preocupação de libertar os seus filhos ou outros membros da família das responsabilidades de prestação de cuidados na velhice. De uma forma geral, os açorianos entrevistados expressaram visões mais independentes relativamente ao envelhecimento, fazendo referências mais frequentes a uma cultura de autossuficiência em idades mais avançadas.

Uma das razões que motivaram o regresso de Silvina foi libertar o seu único filho “do fardo” de prestar cuidados à medida que ela envelhecia. O seu filho, residente nos Estados Unidos, casado e com uma filha, tinha, nas palavras de Silvina, “um ritmo de vida frenético”. Para evitar complicar ainda mais as rotinas da família e possivelmente passar os seus “últimos anos” num lar de idosos no estrangeiro, Silvina decidiu regressar aos Açores.

Não quero ir morar com o meu filho porque ele mora com a mulher, a filha e o neto, e não quero incomodar ninguém. Sabe, chega-se a uma certa idade em que os mais jovens já não querem a nossa companhia, e a gente simplesmente segue em frente... Não me sinto desprezada porque não preciso de ninguém. Tenho o

que comer, tenho a minha vida toda organizada, não devo nada a ninguém.
[...]

Com a minha idade, é melhor estar aqui porque tudo é perto, enquanto nos Estados Unidos precisa-se de carro para ir a todo o lado (...) Eu sinto-me melhor aqui..

A experiência de Silvina, bem como relatos semelhantes de outros açorianos regressados, revela um entendimento sobre mudanças de valores éticos e morais relativamente ao papel dos filhos no cuidado pelos pais idosos, que se manifesta ao longo de gerações e é também influenciado pelo processo migratório. Tal como Silvina, Regina, quase nos seus 80 anos, que havia regressado dos Estados Unidos havia duas décadas para cuidar da mãe doente, notou:

Estou bem ciente dos sacrifícios que cuidar de um pai idoso implica. Posso dizer-lhe uma coisa: cuidar de uma pessoa idosa dá muito trabalho. Os filhos querem sair, querem aproveitar a vida, são jovens. A minha filha tem 50 e poucos anos, ainda é jovem, e Deus me livre de me tornar um fardo para ela. Estou mentalmente preparada para ir para um lar de idosos, se for necessário. Se chegar a um ponto em que precise disso, se já não conseguir cuidar de mim mesma...

Regina rematou: “Não quero ser um estorvo para os meus filhos e impedi-los de viver as suas vidas”. Interdependências e por vezes tensões geracionais, bem como mudança de matrizes culturais e valores internalizados sobre a autonomia na velhice, produzem novos padrões e experiências de envelhecimento. Os discursos de autossuficiência de Silvina e Regina evocam novas formas de entender e vivenciar o processo de envelhecimento, mas podem também ser interpretados como performativos e formulados em resposta a enquadramentos neoliberais da velhice que retratam a dependência como um fracasso individual (veja-se também Katz, 2005). Ideias sobre autonomia e capacitação em períodos mais avançados da vida revelam uma mudança de valores nos quais o envelhecimento ativo passa a ser central. Estereótipos sobre o período de velhice enquanto um período de dependência e vulnerabilidade são contestados e complicados pelas experiências dos açorianos que regressam e que permanecem, durante o período de reforma, ativos nos seus círculos sociais (King et al., 2017). O regresso e o envelhecimento não são entendidos como um “ponto final”, mas como uma fase da vida com mais possibilidades, onde novas aspirações sobre o futuro se constroem (para uma análise mais aprofundada sobre aspirações em idades mais maduras veja-se Amrith, Sakti e Sampaio, 2023).

Da Suíça para Portugal continental

Antes de ser concretizado, o regresso é imaginado. Vários autores referem, aliás, o regresso como uma componente do próprio projeto de emigração

(King 2000; Brettell, 2003; Klave & Süpule, 2019). As pessoas projetam-se num futuro mais ou menos distante e imaginam-se a regressar ao lugar de onde partiram quando estiverem reunidas as condições que consideram necessárias. No entanto, à medida que o tempo passa, os contextos socioeconómicos e políticos nos países de origem e de destino vão evoluindo. O mesmo acontece com os projetos de vida e projetos migratórios: alteram-se as temporalidades e as modalidades do regresso imaginado. Consequentemente, ao longo do percurso de vida, a intenção de regressar ao país de origem é frequentemente adiada ou, até, abandonada.

O conceito de *linked lives* – vidas vinculadas – é central para compreendermos as alterações dos projetos migratórios. Como havia salientado Elder (1994), “as vidas humanas estão, tipicamente, inseridas em relações sociais com familiares e amigos ao longo de toda a vida” (p. 6). Deste modo, as interdependências entre as pessoas migrantes e as que compõem as suas redes pessoais influenciam sobremaneira a decisão de partir ou ficar, tanto durante os anos de trabalho como no momento da reforma.⁶ A citação de Telmo, 68 anos, que reside na Suíça há 41 anos, ilustra a forma como as biografias de diferentes gerações de uma mesma família se articulam:

É assim: há um filho... depois acaba a escola e começa [uma formação]. Aquele acabou tudo e depois o outro começa... não é? E os anos vão passando... e a gente vai ficando... E depois chega-se a um período que já só me faltam X de anos para a reforma... vou ficar mesmo até à reforma, está a ver? Os filhos é que também prendem os pais, não é? Porque um termina, outro começa... A gente vai ficando... E depois o problema é que vêm os netos! (...) E a gente vai cá ficando... está a ver?

A temporalidade de eventos significativos do percurso de vida – como o casamento de filhos, o nascimento de netos, o falecimento do cônjuge, a doença de pais idosos – em relação ao momento da transição para a reforma da pessoa migrante, é igualmente central na tomada de decisão. Desta forma, as relações intergeracionais e as configurações familiares assumem particular importância na análise dos processos de regresso ou não regresso.

Sérgio, que vive na Suíça desde 1979, planeava mudar-se definitivamente para Portugal em 2020, mas mudou de ideias um ano antes de se

6 Na Suíça, a idade legal para se reformar é de 65 anos (até 2023, era de 64 anos para as mulheres). É possível reformar-se até três anos antes desta idade, o que implica um corte no valor da pensão de velhice. No setor da construção, no entanto, a convenção coletiva de trabalho consente o acesso à reforma a partir dos 60 anos. O sistema de pensões suíço é baseado em três pilares (1.º universal, 2.º previdência profissional e 3.º poupança individual). São necessários 42 anos para ter uma carreira contributiva completa e ter desconto para os três pilares para alcançar a pensão máxima.

reformular, quando soube que ia ser avô. Optou por ficar na Suíça e tornou-se um apoio essencial para o filho e a nora, assumindo o papel de principal cuidador da neta. Armanda e Mário, respetivamente 63 e 65 anos, optaram por regressar, uma vez que os seus netos já eram adolescentes e a mãe de Armanda, com 85 anos na altura, necessitava de cuidados permanentes. Anabela e Luís, ambos 61 anos, escolheram regressar a Portugal quando a filha se casou, antes de terem netos, conscientes de que seria mais difícil tomar essa decisão se já fossem avós.

Depois de abordadas as condições para regressar a Portugal após a saída definitiva do mercado de trabalho, examinemos os motivos que sustentam esta decisão.

Motivos para regressar a Portugal na reforma

As pessoas entrevistadas expressaram vários motivos para explicar a sua escolha em regressar. Nas suas narrativas, os motivos surgem entrelaçados, mas, por razões analíticas, foram classificados em quatro categorias, cada uma correspondendo a uma lógica distinta:

- económica → regressar para não empobrecer;
- estilo de vida → regressar para se manter ativo (p.ex., praticar atividades ao ar livre, viajar);
- afetiva → regressar para continuar a viver em casal e junto da família em Portugal;
- identitária → regressar por um sentimento de apego à terra/aldeia.

Os motivos de natureza económica são os mais frequentemente mencionados. As pessoas entrevistadas sentiram o seu nível de vida deteriorar-se após a reforma, devido ao baixo valor das pensões que auferem, não só por causa de carreiras contributivas incompletas, mas também pela posição que ocuparam no mercado de trabalho (empregos com salários relativamente baixos). Atendendo ao diferencial do custo de vida entre os dois países, o regresso surge como estratégia para enfrentar o risco de vulnerabilidade económica. Armanda analisa:

A gente vai embora porque, na Suíça, é tudo muito bonito, mas quando a gente chega à reforma, é um bocado complicado, porque o apartamento temos de o pagar com menos salário, porque a reforma [é baixa]... os impostos reduzem um bocadinho, mas a eletricidade é a mesma, a comida é a mesma, o seguro [de saúde] é o mesmo, portanto...

Além do tipo de integração dos portugueses na economia suíça, o sistema de saúde, cujos custos são difíceis de suportar para quem auferem pensões baixas,

também influencia fortemente a decisão de partir. A posse de algum património invalida a possibilidade de recorrer às prestações sociais previstas para os pensionistas cujos rendimentos são insuficientes. Assim, ter casa em Portugal significa, muitas vezes, não ter capacidades para permanecer e envelhecer na Suíça, mas sim para regressar.

Embora as razões económicas apareçam frequentemente como predominantes na decisão, elas estão interligadas com outras, por exemplo, relativas ao estilo de vida. Armanda prossegue:

É a tal coisa, estar aqui [na Suíça], num apartamento, ativos como somos (...) Eu acho que eu ficava doida aqui, só no terraço e a ver o lago, não tendo outra atividade. Então, pensamos: nós vamos lá para baixo [Portugal], quando tivermos saudades, vimos cá à Suíça, apanhamos a *Easyjet*, vimos nas épocas mais baratas.

Armanda e o marido pressentem estilos de vida diferentes, consoante optem por ficar no apartamento de três assoalhadas com terraço na Suíça, ou por partir e viver na moradia espaçosa com jardim em Portugal. À preocupação material, junta-se a preocupação de não terem condições para viver uma reforma “ativa”, como desejam.

Também Anabela e Luís têm consciência de que ficar na Suíça significa não terem capacidade financeira para realizarem aspirações como viajar ou ir a restaurantes. O casal quer aproveitar para desfrutar enquanto tem saúde e energia. A idade e a deterioração do corpo associada ao envelhecimento são fatores ponderados na equação “ficar *vs* partir”. Anabela sintetiza:

Lá em baixo [em Portugal], aos 65 anos, se estamos bem [de saúde], podemos viajar, podemos continuar a fazer muita coisa, mas aqui [na Suíça] não se pode fazer muita coisa.

Na hora de decidir, entram igualmente em jogo razões de natureza afetiva. Os dados recolhidos sugerem que a migração de regresso na reforma possa ser interpretada como um projeto de casal, uma experiência de vida a dois. Perante o “ninho vazio” e a perspetiva de um progressivo enfraquecimento das redes de sociabilidade associado à reforma, a unidade “casal” ganha centralidade. Embora a questão do regresso possa gerar tensões, a vontade de continuar a viver em conjugalidade favorece compromissos, tanto no sentido do regresso como do não regresso.

“Não tem graça o meu marido estar cá e eu lá”, suspirava Catarina na sua casa na região de Aveiro, onde, num canto da sala, ainda se amontoavam caixotes da mudança recente para Portugal. Regressou com 60 anos, 35 anos dos quais passados na Suíça. Apesar de estar apreensiva relativamente ao sistema de saúde português e à sua readaptação social, não se imagina a viver o

quotidiano longe do marido, com quem partilha agora um ritmo de vida semelhante, e perto da filha e dos netos, ocupados com os seus estudos e emprego.

Quanto a Anabela e Luís, a sequência de dois momentos de rutura biográfica, a reforma dele e o casamento da única filha, que doravante “vai ter a vida dela”, levou-os a reequacionar os seus planos de futuro: “Nós também temos de começar a nossa vida”.

Uma segunda razão de natureza afetiva que influencia o regresso numa fase avançada da vida é o apego à família (ascendente e colateral) que reside no país de origem. Cuidar de pais idosos constitui um motivo adicional para regressar na reforma, sendo percecionado como a última oportunidade para “aproveitar” a sua companhia. Além disso, em certos casos, os laços com irmãs e irmãos foram preservados e existe a perspetiva de recuperar uma sociabilidade forte baseada nesses laços familiares.

Por último, a migração de regresso pode igualmente estar relacionada com o sentimento de apego ao lugar, ou, mais concretamente, à “terra” onde se passou a infância e a juventude e onde se tem casa. Este sentimento é ainda mais forte quando a casa foi construída pelos próprios. Catarina re-corda a construção ao ritmo dosvaivéns sazonais nos primeiros anos de emigração:

Só fazíamos quando vínhamos cá (...) Levou cinco anos. Nós nunca tivemos férias, não íamos a lado nenhum. Fizemos uma placa e depois parámos. Depois subimos os muros todos até à outra placa. Depois numa outra vez fizemos o telhado.

José, com 63 anos, dos quais 34 passados em Genebra, evoca o investimento afetivo na casa que fora dos seus pais e que ele restaurou, bem como a sua ligação à “terra”, compreendida no duplo sentido de aldeia e de campo, e ao estilo de vida que esta oferece. O seu discurso evidencia a vontade de se reinserir socialmente no meio rural, após ter trabalhado intensamente na construção civil numa grande cidade durante mais de três décadas.

Sempre pensei ter a minha hortazinha, ter os meus animais para me entreter, ajudar algum amigo. É o que estou a fazer agora. (...) Tudo o que seja carne de ave, a gente não compra, não é? Tenho ali uns oito patos para matar.

No caso de José, os motivos identitários e o estilo de vida estão intrinsecamente ligados. Ao referir-se à vida no campo, ele afirma, com um sorriso largo e abrindo os braços para mostrar o terreno que o rodeia: “Tinha saudades disto, da minha liberdade”. No entanto, José está ciente de que a mudança de país representou uma perda de liberdade para a sua esposa, Lurdes (veja-se também Sampaio, 2022). Voltar para o meio rural colocou Lurdes em desvantagem comparativa, uma vez que o meio urbano onde

viviam anteriormente possibilitava-lhe uma maior autonomia de movimentos, nomeadamente porque ela não tem carta de condução.

[Em Genebra], ela tinha liberdade de fazer o que queria e neste momento já não tem essa liberdade. Faz o que quer, mas depende de mim (...) O problema é que, aqui, é dependente e lá não era.

Lugares de regresso

Para os portugueses que alcançaram a idade da reforma, ter casa própria era um dos principais objetivos do projeto migratório. Porém, esta concretização acabou por funcionar como uma armadilha. Várias pessoas entrevistadas admitem que se não tivessem uma casa em Portugal, o “dilema” do regresso seria mais simples de resolver. Sérgio lamenta as escolhas passadas:

Comprámos o terreno e fiz a casa (...) Mas foi pena, não devia ter comprado nada. Hoje [percebo isso]. Era aqui [na Suíça] que devia ter comprado. É ou não é?

Efetivamente, quem havia emigrado com um projeto de curta duração, investiu as suas economias na construção ou na compra de uma casa logo nos primeiros após ter saído do país. Tal como fora observado noutros contextos europeus, “o objetivo da emigração não era construir uma nova vida numa terra mais próspera, mas sim construir um futuro melhor em Portugal” (Klimt, 1989, p. 48). As casas materializavam esse compromisso de um regresso futuro.

Retrospectivamente, é feita uma avaliação crítica das opções tomadas no passado. A casa emergiu como uma questão complexa em numerosas entrevistas. Se, por um lado, existe um sentimento de apego à casa, que foi sonhada e é o símbolo de uma vida de trabalho, por outro, na idade da reforma, as prioridades mudaram, e tanto a dimensão e funcionalidades da casa, como o lugar onde se encontra, já não correspondem às necessidades atuais. Francisca, por exemplo, que cresceu numa aldeia no norte de Portugal e viveu cerca de quatro décadas na cidade de Lausanne, preferia trocar a sua casa de três andares em meio rural por um pequeno apartamento em meio urbano:

Se tivesse muito dinheiro, comprava um apartamento na cidade. Não queria viver mais, assim, na aldeia. Porque, agora é que eu vi, com os problemas de saúde que eu tive, a necessidade de viver numa cidade, onde haja um hospital (...) se eu precisar de ir a um médico, de ir a algum lado, ou assim, ter tudo à mão.

Com 63 anos na altura da entrevista, Francisca valoriza a proximidade dos serviços de saúde, mas sente também a necessidade de preservar a autonomia que conquistou em contexto migratório. Habituada a viver num contexto



Figura 1.3 Lugares de regresso, norte de Portugal

Fonte: Fotografia de Liliana Azevedo, 2021.

urbano em que o controlo social é fraco, lamenta ter construído casa junto dos familiares do marido.

Nunca me senti muito bem nesta casa. Tenho aqui ao redor toda a família do meu marido. São pessoas que falam muito e eu não gosto, não gosto muito. (...) Por isso é que eu queria ir para uma cidade onde ninguém me conhecesse e onde eu não conhecesse ninguém.

Francisca é exemplo de uma mulher que contesta a ideia de regresso ao lugar de origem, pois regressar a esse lugar significa voltar a estar sujeita a normas sociais e de género que deixaram de fazer parte da sua vida quotidiana desde que emigrou. Preferia permanecer no país onde reside, mas não se opõe categoricamente a regressar a Portugal. Contudo, já não se identifica com o modo de vida numa localidade pequena e gostaria de ter a possibilidade de ir para outro lugar que não aquele onde tem casa. No entanto, a realocização em Portugal é uma opção difícil de concretizar, não só devido à dificuldade em vender e recuperar o valor monetário investido, mas também pelo valor sentimental que a casa muitas vezes representa para os pais, mas também para os filhos. A este respeito, Mariana conta:

Como é na aldeia, não sei se alguém... Os meus pais nasceram lá e acho que a minha filha mais velha não, como dizer, não sei se ela estaria de acordo de vender. Vender... ninguém dá o valor que aquilo vale. Para nós, tem outro valor e se formos a vender, ninguém dá aquele valor.

[...]

Eu, na praia, já me via mais. Saio fora, vou passear, estou sempre a ver pessoas. Eu gosto de estar tranquila, mas ao mesmo tempo também gosto de ver movimento e na aldeia... Dissemos que íamos comprar um apartamento na praia. Também deixámos para a última e agora são tão caros! Enfim...

Mariana tinha 63 anos quando foi entrevistada pela primeira vez, em 2018. A viver na Suíça desde os 27 anos, resistiu durante largos anos à ideia de regressar a Portugal, pois já não se identificava com a vida na aldeia. Prolongou a sua atividade profissional até perto dos 70 anos, decidiu regressar quando perdeu emprego e casa por motivos de saúde. Nessa altura, as netas já eram crescidas e não necessitavam do mesmo apoio.

Após o regresso

As práticas de mobilidade transnacional têm sido uma constante nos fluxos migratórios portugueses intra-europeus. Distâncias relativamente curtas e transportes a custo moderado possibilitam frequentes movimentos de *vai-vém* e levam uma ampla maioria de portugueses residentes na Suíça e em outros países europeus a fazerem visitas anuais ou plurianuais a Portugal. De igual forma, as deslocações no sentido contrário continuam a ser praticadas por um número significativo de pessoas após o regresso ao país. A intensidade destas circulações pode aumentar – por motivos familiares, como festas de aniversário ou Natal, apoio aos netos durante as férias ou apoio na mudança de casa – ou diminuir, nomeadamente por motivos de saúde.

A maioria das pessoas entrevistadas gostaria de passar uma parte do ano em cada país, mantendo um pequeno apartamento na Suíça que lhes permitisse conservar a sua independência e ir e vir “à vontade”. Por motivos económicos, tal é difícil de concretizar. A ausência de um lar na Suíça torna as viagens menos propícias. Quem regressou acaba por voltar apenas quando é estritamente necessário, manifestando algum desconforto por ter de ficar em casa dos/as filhos/as. Mariana desabafa:

Se pudesse ir e vir. Mas, pronto, ir e vir.... [As minhas filhas] às vezes dizem: ó mãe, você sabe que tem casa para estar. Mas eu também *não quero incomodar* ninguém (itálico nosso).

A mobilidade transnacional de reformados/as é potenciada pelo facto de, contrariamente ao que havia sido imaginado, não se verificar um regresso

em família. Tal implica uma separação de gerações na mesma família. São estes laços familiares que, por vezes, desincentivam o regresso da geração mais velha e, por outras, incentivam a mobilidade pós-regresso, não só dos mais velhos como também das gerações mais novas, que “ficaram para trás”.

Alexandre emigrou para a Suíça em 1982, regressou em 1999 e voltou a emigrar doze anos mais tarde, acompanhado pelos filhos, entretanto adultos. Aos 60 anos, planeia um novo regresso a Portugal, desta feita como reformado. Tem bem presente que os regressos cíclicos irão continuar, mas em sentido contrário:

É evidente que, de ano a ano, venho cá de novo, continuo a vir cá, porque vão cá ficar as minhas raízes, os meus netos, os meus filhos, não é? E, claro que tenho que vir cá vê-los, não é? Embora eles também vão a Portugal, mas eu tenho que cá vir, não é?

Consciente dos desafios de mudar de país numa idade mais avançada, após um processo de sedentarização e hibridização identitária, Alexandre acrescenta: “Eu acho que Portugal é muito pequenino para mim”. Alexandre está ciente do distanciamento cultural causado pela migração e dos desafios de se readaptar a um sistema que já não lhe é familiar (para um paralelo, veja-se Sampaio, 2021).

As visitas periódicas, ano após ano, não foram suficientes para impedir um certo sentimento de desfasamento decorrente de uma ausência prolongada. Este sentimento é alimentado por outro que está presente em várias narrativas: “Somos um pouco como estrangeiros em Portugal”. Ricardo, 60 anos à data da entrevista, queixa-se:

Quando vou de férias, passados estes 35 anos, chego a Portugal e há pessoas que... me olham de outra maneira porque já não... não vivo no país há muito tempo e *já me tratam como um estrangeiro*. Apesar de nunca falar francês em Portugal (*italico nosso*).

Após tantos anos fora de Portugal, as pessoas regressadas necessitam de algum tempo para se readaptarem ao país, apropriarem-se das normas atuais e reconstruírem ligações aos lugares e às pessoas, bem como para serem reconhecidas pelas pessoas locais como pertencendo (novamente) ao lugar. Podemos, por isso, entender o regresso na reforma como uma nova migração que implica um processo de “re-embedding” (Ryan, 2023).

Discussão, conclusões e considerações para pesquisas futuras

A contribuição original deste capítulo reside na perspectiva comparativa sobre migração de regresso a Portugal numa fase mais avançada da vida. São apresentados dados empíricos de duas pesquisas qualitativas de cariz etnográfico, uma das quais centrada nos movimentos migratórios entre o Arquipélago dos Açores e a América do Norte, e a outra centrada nos movimentos entre Portugal Continental e um dos principais destinos europeus dos últimos quarenta anos, a Suíça.

Com base em dois contextos distintos, os dois estudos apresentam mais semelhanças do que diferenças. Reimaginar e recriar um lar em Portugal, seja nos Açores, seja no continente, no presente e no futuro significa “criar passados e futuros habitando o presente” (Ahmed et al., 2003, p. 9). É através das experiências vividas no presente, contrastadas com o passado noutro contexto geográfico, na América do Norte ou na Europa, e até mesmo antes da emigração, que os portugueses e as portuguesas que migraram articulam o seu regresso com a reforma, as suas práticas de *home making* e o desejo de envelhecer no seu país de origem.

O regresso numa fase mais avançada da vida está, em certos casos, intimamente ligado às memórias da infância, aos sentimentos de nostalgia e ao desejo de se reconectar com recordações, lugares e laços do passado. Noutros casos, o regresso está relacionado com dificuldades em suportar os custos de vida – e de saúde – nos países para os quais haviam migrado mais novos, ou ainda com a vontade de viver a reforma de acordo com um estilo de vida que esses países não lhes proporcionam. Em todos os casos, o regresso ao país de origem surge como um “trabalho em curso”, isto porque “leva tempo para se sentir em casa” (Ahmed et al., 2003, p. 9) e a realocização é um processo que se desenvolve de forma relacional, entre o país de origem e o país de destino, e por meio de relações mantidas no espaço transnacional (Walsh & Näre, 2016).

Além disso, do ponto de vista material, a escolha da residência é fortemente condicionada pela presença de património imobiliário. A presença de uma habitação em Portugal, construída ou adquirida pelo/a próprio/a, ou fruto de uma herança, constitui uma motivação importante para o regresso. A localização dessa habitação influencia a escolha do lugar para onde se regressa, sendo, na maioria dos casos, a aldeia, a vila ou a cidade de origem. No caso dos portugueses do continente, embora ainda bastante minoritária, é possível observar uma tendência para adquirir casa em locais distantes da sua origem, situados principalmente no litoral, que oferecem um estilo de vida compatível com as suas aspirações atuais.

As divergências observadas entre os dois estudos devem-se, em grande medida, a certas características dos países de destino, começando pela sua localização em relação ao ponto de partida dos migrantes portugueses, o que contribui para explicar que “na emigração açoriana, o projeto de regresso

assume muito menos importância do que na emigração continental” (Couchinho, 2023, p.74, citando Leal, 2007). Por outro lado, a maior ou menor distância geográfica também se reflete nas práticas de mobilidade transnacionais após o regresso. Embora os laços familiares e de amizades transatlânticos perdurem, para a maioria dos açorianos que regressam, a pendularidade entre os Açores e a América do Norte é uma opção menos viável, ou difícil de realizar com frequência, dada a importante distância geográfica, a complexidade logística, especialmente para quem reside em ilhas com menor disponibilidade de voos, e os custos elevados das viagens. No caso da Suíça, a distância mais curta, a elevada frequência de voos e a continuidade territorial permitem uma mobilidade transnacional mais frequente e a custos acessíveis, seja por via aérea ou terrestre.

As implicações mais práticas do regresso refletem-se também no estilo de vida, caracterizado por múltiplas pertencas e na vida quotidiana após a realocação. No caso dos Açores, o regresso facilita as tarefas diárias para quem regressa a aglomerados urbanos mais pequenos ou a localidades rurais, onde é possível caminhar até à mercearia, à farmácia e outros serviços essenciais. Esta possibilidade contribui para a autonomia e mobilidade em períodos mais avançados da vida, tal como ilustra o caso de Silvina, para quem a dependência do carro nos Estados Unidos se tornou um obstáculo à sua mobilidade diária. Já, no caso dos regressos da Suíça, as mulheres, em particular as que regressam para aldeias ou zonas urbanas periféricas, queixam-se do isolamento que vivenciam após o regresso a Portugal, pois grande parte destas mulheres não possui carta de condução. Se, na Suíça, viviam em cidades com uma rede de transportes bastante desenvolvida e em bairros onde tinham todas as comodidades perto de casa, em Portugal, vivem geralmente afastadas dos centros urbanos, em áreas rurais onde os transportes públicos escasseiam. Em consequência da sua dependência do marido ou de outras pessoas, a sua liberdade e capacidade de autodeterminação encontra-se reduzida.

Em ambos os estudos, observamos que a percepção de “sucesso” dos projetos de regresso aparece associada a um sentimento de pertença ao lugar e à autossuficiência (física, social e financeira), que promove a capacitação física e mental em fases mais avançadas da vida. Os portugueses e as portuguesas que regressam transportam consigo culturas de envelhecimento híbridas compostas tanto por códigos culturais dos países onde viveram como por vivências dos lugares de origem (Sampaio, 2021). Estas identidades e experiências sincréticas de envelhecimento são produzidas de forma interseccional (por exemplo, com forte influência do género e da classe social) e retrabalhadas em campos sociais que atravessam múltiplos espaços e escalas. De uma forma geral, as narrativas de quem regressou, às ilhas ou ao continente, enfatizam formas de envelhecimento ativo. A adoção de valores e códigos culturais prevaletentes nos países de destino revela-se, por exemplo, na preocupação em não se tornar um fardo para as filhas e os filhos à medida que se envelhece e o

desejo de não querer incomodar – aspeto identificado em ambos os estudos. O regresso aparece assim, em muitos casos, ligado ao desejo de uma vida autónoma e autossuficiente numa fase mais avançada da vida, com um foco predominantemente no casal, o que também liberta, de alguma forma, as filhas e os filhos de responsabilidades relativamente aos pais. Efetivamente, com o passar do tempo, o projeto de regressar em família dá lugar ao projeto de regressar em casal, e o projeto de regressar para trabalhar — depois de garantir uma casa e algumas poupanças — dá lugar ao projeto de regressar para desfrutar da reforma, do património e da família que ficou no lugar de origem, enquanto a saúde o permite.

Concluimos este capítulo com uma nota para investigações futuras. A nível nacional, o envelhecimento de (ex-)migrantes portugueses não tem sido objeto de pesquisa e, à exceção de alguns trabalhos (Sampaio, 2022; Azevedo, 2023), os estudos sobre o regresso a Portugal centram-se sobretudo nos migrantes em idade “ativa”. As experiências de pós-regresso e o envelhecimento transnacional em idades mais avançadas carecem ainda de atenção. No entanto, não se devem descurar os grupos de regressados reformados, tanto os mais jovens (“*young-old*”) como os mais idosos (“*old-old*”), que contribuem para a produção dos lugares (*place-making*) nos quais se reinstalam e nos quais produzem impactos demográficos, económicos e socioculturais. Trata-se de um campo por explorar, assim como as eventuais (re)emigrações, quando a saúde se deteriora e as redes locais de apoio enfraquecem.

A nossa análise aponta para a importância do diálogo entre estudos sobre o transnacionalismo e estudos sobre o envelhecimento que, acreditamos, permite uma compreensão mais abrangente das identidades e culturas de envelhecimento como formulações híbridas cristalizadas ao longo de espaços sociais transnacionais. Para além disso, o foco no transnacionalismo e reemigração em fases mais avançadas da vida permite desenvolver (novas) políticas públicas que, atualmente, continuam maioritariamente centradas em grupos mais jovens, saudáveis e com maior mobilidade entre países.

Referências bibliográficas

- Ahmed, Sara, Castañeda, Claudia, Fortier, Anne-Marie, & Sheller, Mimi (Eds.) (2003), *Uprootings — Regroundings: Questions of Home and Migration*, Oxford, Berg.
- Amaro, Rogério Roque (1985), “Ei-los que voltam: problemas e desafios do regresso dos emigrantes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, pp. 351-373.
- Amrith, Megha, Sakti, Victoria Kumala, & Sampaio, Dora (2023), *Aspiring in Later Life. Movements across Time, Space, and Generations*, New Brunswick, NJ, Rutgers University Press.

- Archives contestataires, Collège du travail et Rosa Brux (2019), *Nous, Saisonniers, Saisonnères...* Genève, 1931-2019, Catalogue d'exposition.
https://www.collegedutrabail.ch/fileadmin/News/Media_file/3_2019Saisonnier-publication.pdf
- Azevedo, Liliana (2022), "Migração de regresso na reforma: tensões e negociações no casal", *Cidades, Comunidades e Territórios* (44), pp. 38-52.
- Azevedo, Liliana (2023), *Partir ou ficar? Transição para a reforma e migração de regresso de casais portugueses na Suíça*, [Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa, Repositório Iscte, <http://hdl.handle.net/10071/29086>].
- Azevedo, Liliana (2025), "La migration portugaise en Suisse: entre changements et continuités", Em Philippe Wanner & Rosita Fibbi (Eds), *Paysage Migratoire au XXIe Siècle en Suisse Zürich*, Seismo Verlag, pp. 205-224.
- Azevedo, Liliana, Desille, Amandine, & Pinho, Filipa (2022), "Migração de regresso para Portugal: Revisitar o passado, compreender o presente", *Cidades, Comunidades e Territórios* (44), 1-9, <https://doi.org/10.15847/cct.27207>
- Barreto, António, Benavente, Ana, Figueiredo, Eurico, Ferreira, José Medeiros, & Alexandre, Valentim (2011), *Pátria Utópica – O Grupo de Genebra Revisitado*, Lisboa, Bizâncio.
- Baykara-Krumme, Helen (2013), "Returning, staying, or both? mobility patterns among elderly Turkish migrants after retirement", *Transnational Social Review*, 3 (1), 11-29, <https://doi.org/10.1080/21931674.2013.10820745>
- Bolzman, Claudio, & Bridji, Slim (2019), "Older immigrants living in Switzerland and ambivalence related to return around the retirement period", *International Journal of Comparative Sociology*, 20 (1-2), pp. 14-36.
<https://doi.org/10.1177/0020715218824634>
- Bolzman, Claudio, Fibbi, Rosita, & Vial, Marie (2006), "What to do after retirement? Elderly migrants and the question of return", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 32 (8), pp. 1359-1375.
<https://doi.org/10.1080/13691830600928748>
- Brettell, Caroline (2003), "Emigrar para voltar: a portuguese ideology of return migration", Em Caroline Brettell, *Anthropology and Migration: Essays On Transnationalism, Ethnicity, and Identity*, Lanham, MD, Altamira Press, pp. 54-74.
- Burholt, Vanessa, Scharf, Thomas, & Walsh, Kieran (2013), "Imagery and imaginary of islander identity: Older people and migration in Irish small-island communities", *Journal of Rural Studies*, 31, pp. 1-12.
- Candeias, Pedro, Góis, Pedro, Marques, José Carlos, & Peixoto, João (2014), "Emigração portuguesa: bibliografia comentada (1980-2013)", *Socius Working Papers*, 01/2014, ISEG.
- Castelo, Cláudia (2009), "Migração ultramarina: contradições e constrangimentos", *Ler História*, 56, 69-82, <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1950>
- Cerase, Francesco P. (1974), "Expectations and reality: A case study of return migration from the United States to Southern Italy", *International Migration Review*, 8(2), pp. 245-262.

- Ciobanu, Ruxandra Oana, Nedelcu, Mihaela, Ammann, Eva Soom, & van Holten, Karin (2020), "Intersections between ageing and migration: Current trends and challenges", *Swiss Journal of Sociology*, 46 (2), pp. 187-197.
<https://doi.org/10.2478/sjs-2020-0010>
- Conway, Dennis, Potter, Robert B., & Bernard, Godfrey St. (2009), "Repetitive Visiting as a Pre-return Transnational Strategy among Youthful Trinidadian Returnees", *Mobilities*, 4(2), 249-273, <https://doi.org/10.1080/17450100902906707>
- Corcoran, Mary P. (2002), "The process of reinvention of self: The experiences of returning Irish Emigrants", *Éire-Ireland*, 37 (1-2), pp. 175-191.
- Couchinho, Filipa Violante (2023), *Migrações de Retorno no Contexto Insular Açoriano. O regresso voluntário à região de origem: A experiência Faialense*, Ponta Delgada, Edições Letras Lavadas.
- Coulon, Alain de, & Wolff, François-Charles (2010), "Location intentions of immigrants at retirement: Stay/return or go 'back and forth'?", *Applied Economics*, 42(26), 3319-3333, <https://doi.org/10.1080/00036846.2010.482518>
- D'Amato, Gianni (2011), "The case of Switzerland", Em Giovanna Zincone, Rinus Penninx, & Maren Borker (Eds), *Migration policymaking in Europe*, IMISCOE Research, Amsterdam University Press, pp.165-193
<https://www.imiscoe.org/docman-books/263-zincone-penninx-borkert-2011/file>
- de Haas, Hein, & Fokkema, Tineke (2010), "Intra-household conflicts in migration decision making: Return and pendulum migration in Morocco", *Population and Development Review*, 36 (3), pp. 541-561.
- Duval, David T. (2004), "Linking return visits and return migration among Commonwealth Eastern Caribbean migrants in Toronto", *Global Networks*, 4, 51-67, <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2004.00080.x>
- Elder, Glen H., Jr. (1994), "Time, human agency, and social change: perspectives on the life course", *Social Psychology Quarterly*, 57 (1), pp. 4-15.
- Gambold, Lies (2013), "Retirement abroad as women's aging strategy", *Anthropology & Aging*, 34 (2), pp. 184-198, <https://doi.org/10.5195/aa.2013.19>
- Guarnizo, Luis Eduardo (1997), "The emergence of a transnational social formation and the mirage of return migration among Dominican transmigrants", *Identities*, 4 (2), pp. 281-322.
- Fibbi, Rosita, Bolzman, Claudio, Fernandez, Antonio, Gomensoro, Andrés, Kaya, Bülent, Maire, Christelle, Merçay, Clémence, Pecoraro, Marco, & Wanner, Philippe (2010), *Les Portugais en Suisse*, Neuchâtel, Office fédéral des migrations.
- Hunter, Alistair (2016), "Emotional or instrumental? Narratives of home among North and West African seniors in France", Em Katie Walsh & Lena Näre (Eds.), *Transnational Migration and Home in Older Age*, London, Routledge, pp. 75-86.
- INE — Instituto Nacional de Estatística (2016), *Estimativas da População*, <https://www.ine.pt/>
- INE — Instituto Nacional de Estatística (2021), *Censos da População*, <https://www.ine.pt/>

- Katz, Stephen (2005), *Cultural Aging: Life Course, Lifestyle, and Senior Worlds*, Peterborough, Broadview Press.
- King, Russell (2000), "Generalizations from the history of return migration", Em Bimal Ghosh (Ed.), *Return Migration: Journey of Hope or Despair* (pp. 7–55). Geneva, United Nations, IOM.
- King, Russell, Lulle, Aija, Sampaio, Dora, & Vullnetari, Julie (2017) "Unpacking the ageing–migration nexus and challenging the vulnerability trope", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43(2), pp. 182–198.
- King, Russell, & Kuschminder, Katie (Eds) (2022), *Handbook of Return Migration*, Cheltenham, Edward Elgar.
- Klave, Evija, & Šūpule, Inese (2019), "Return migration process in policy and practice", Em Rita Kaša, & Inta Mieriņa (eds), *The Emigrant Communities of Latvia: Nation-al Identity, Transnational Belonging, and Diaspora Politics*, IMISCOE Research Series, Cham, Springer, pp 261–282.
https://doi.org/10.1007/978-3-030-12092-4_12
- Klimt, Andreas (1989), "Returning home: Portuguese migrant notions of temporariness, permanence, and commitment", *New German Critique — Special Issue on Minorities in German Culture*, 46, pp. 47-70.
<https://doi.org/10.2307/488314>
- Klinthäll, Matin (2006), "Retirement return migration from Sweden", *International Migration*, 44 (2), pp. 153–180, <https://doi.org/0.1111/j.1468-2435.2006.00367.x>
- Marques, José Carlos (2008), *Os portugueses na Suíça. Migrantes europeus*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Marques, José Carlos, & Góis, Pedro (2023), *Expetativas e Experiências de Regresso de Emigrantes Portugueses*, Lisboa, Almedina
- Massey, Doreen B. (2005), *For Space*, London, Sage.
- Minga, Teófilo A. R. (1985), *La Famille Dans L'immigration: Étude de la Problématique Dans le Domaine de L'immigration Portugaise en Suisse*, Porto, Secretaria de Estado da Emigração.
- Nedelcu, Mihaela, Tomás, Livia, Ravazzini, Laura, & Azevedo, Liliana (2024), "A retirement mobilities approach to transnational ageing", *Mobilities*, 19(2), pp. 208-226.
- Ní Laoire, Cairtriona (2008), "Complicating host-newcomer dualisms: Irish return migrants as home-comers or newcomers", *Translocations: Migration and Social Change*, 4 (1), pp. 35–50.
- Oliveira, Isabel Tiago, Candeias, Pedro, Peixoto, João, Azevedo, Joana, & Malheiros Jorge (2016), "Regresso e circulação de emigrantes portugueses no início do século XXI", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, pp. 11-35.
- Paiva, Amadeu (Org.) (1985), *Portugal e a Europa. O Fim de Um Ciclo Migratório*, Lisboa, IED / CEDEP.
- Peixoto, João, Candeias, Pedro, Ferreira, Bárbara, Tiago de Oliveira, Isabel, Azevedo, Joana, Marques, José Carlos, Góis, Pedro, Malheiros, Jorge, Madeira, Paulo Miguel, Schiltz, Aline, Ferro, Alexandra, & Santana, Eugénio

- (2019), "New emigration and Portuguese society: transnationalism and return", Em Claudia Pereira, & Joana Azevedo (Eds.), *New and Old Routes of Portuguese Emigration. Uncertain Futures at the Periphery of Europe*, Imiscoe Research Series, Springer Cham, pp. 49-72.
- Pereira, Cláudia, & Azevedo, Joana (Eds.) (2019), *New and Old Routes of Portuguese Emigration. Uncertain Futures at the Periphery of Europe*, IMISCOE Research Series, Cham, Springer.
- Pereira, Victor (2009), "Ineficiência, fragilização e duplicidade. O velho Estado Novo perante a emigração para França (1960-1968)", *Ler História*, 56, 45-68, <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1944>
- Pereira, Victor (2010), "O exílio português na Suíça (1962-74)", Em Maria Inacia Rezola, & Pedro Aires Oliveira (eds), *O longo curso. Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Lisboa, Tinta-da-china, pp. 305-330.
- Pessar, Patricia R., & Mahler, Sarah J. (2003), "Transnational migration: Bringing gender in", *International Migration Review*, 37 (3), pp. 812-846. <https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2003.tb00159.x>
- Piguet, Etienne (2004), *L'Immigration en Suisse: 50 Ans d'Entrouverture*, Lausanne, Presses polytechniques et universitaires romandes.
- Pinho, Filipa, Marques, José Carlos, & Góis, Pedro (2021a), "Migrações de regresso a Portugal: uma história sem fim", *Sociedade & Estado*, 36 (3), pp. 1989-1013. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030007>
- Pinho, Filipa, Góis, Pedro, & Marques, José Carlos (2021b), "Ficar ou voltar? Intenções de regresso entre portugueses qualificados emigrados a partir do ano 2000", *Análise Social*, 56 (1), 4-29, <https://doi.org/10.31447/as00032573.2021238.01>
- Pinho, Filipa, Marques, José Carlos, & Góis, Pedro (2022), "Portugal e Espanha, países para regressar" *Cidades, Comunidades e Territórios*, 44, pp. 104-120. <https://doi.org/10.15847/cct.26508>
- Pires, Ruis Pena, Vidigal, Inês, Pereira, Cláudia, Azevedo, Joana, & Veiga, Carlota Moura (2025), *Emigração Portuguesa 2024: Relatório Estatístico*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-Iscte.
- Pires, Rui Pena, & Silva, Manuela (1987), *Os Retornados, Estudo Sociográfico*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Poinard, Michel (1979), *Le Retour des Travailleurs Portugais*, Paris, La Documentation Française.
- Poinard, Michel (1983), "Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa", *Análise Social*, 19 (76), pp. 261-296.
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes (2008), "Crescimento da população e os novos destinos da emigração—1895–1976", Em Artur Teodoro Matos, Avelino de Freitas De Meneses, & José Guilherme Leite (Eds.), *História dos Açores* (Vol. II), Ponta Delgada, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 265–305.
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes, de Medeiros, Octávio H. Ribeiro, & Ferreira, Eduardo (2011), *Profiles and Pathways of Immigrants in the Azores*, Ponta Delgada, Regional Department of the Communities.

- Rocha, Gilberta Pavão Nunes, Ferreira, Eduardo, & Mendes, Derrick (2011), *Entre Dois Mundos, Emigração e Regresso aos Açores*, Ponta Delgada, Governo dos Açores.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1987), *O Fenómeno Migratório na Região Centro: Regresso e Reinserção na Diocese de Coimbra*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Ryan, Louise (2023), "Dis-embedding or Re-embedding? Exploring Migrants' responses in contexts of 'unsettling events'", Em Jakobson, ML., King, R., Moroşanu, L., Vetik, R. (eds) *Anxieties of Migration and Integration in Turbulent Times* (pp. 21-39), IMISCOE Research Series, Cham, Springer.
https://doi.org/10.1007/978-3-031-23996-0_2
- Sampaio, Dora (2017), "Ageing "here" or "there"? Spatio-temporalities in older labour migrants' return aspirations from the Azores", *Finisterra*, 52 (106), pp. 49-64.
- Sampaio, Dora (2017), "'Is this really where home is?': Experiences of home in a revisited homeland among ageing Azorean returnees", Em Zana Vathi & Russell King (Eds.), *Return Migration and Psychosocial Wellbeing*, London, Routledge, pp. 240-256
- Sampaio, Dora (2020), "Ageing strategically: On migration, care, and diversity in later life", *Population, Space and Place*, 26 (4), e2317.
- Sampaio, Dora (2021), "Languages of othering and cultural hybridity, Transnational cultures of ageing in the context of return to the Azores", *Ageing & Society*, 41(6), pp. 1289-1307.
- Sampaio, Dora (2022), *Migration, Diversity and inequality in Later Life: Ageing at a Crossroads*, London, Palgrave Macmillan.
- Sampaio, Dora (2025), "The emotional politics of return migration: Negotiating im/mobilities across borders and generations", *International Migration*, 63(2), e13342.
- Sampaio, Dora, & King, Russell (2019), "'It's not everybody that wants to stay on a remote island': Understanding distinction in the context of lifestyle migrants growing older in the Azores", *Journal of Rural Studies*, 72, pp. 186-195.
- SEM, Secrétariat d'Etat aux Migrations (2025), *Statistiques annuelles sur L'immigration*, Berne, SEM/DFJP
- Silva, Marta (2024), *Destino: França. Identidades, Trajetos e Memórias do Auxílio à Emigração Clandestina*, Lisboa, Âncora Editora.
- Silva, Manuela, Amaro, Rogério Roque, Clausse, Guy, Conim, Custódio, Matos, Madalena, Pisco, Manuel, Seruya Luís Miguel (1984), *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Sun, Ken Chih-Yan (2021), *Time and Migration: How Long-Term Taiwanese Migrants Negotiate Later Life*, Ithaca, Cornell University Press.
- Teixeira, Carlos (2010), "Toronto multicultural e "little Portugal" ("a décima ilha dos Açores")", Em Maria Lucinda Fonseca (coord.) *Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 193-212.

- Vertovec, Steven (1999), "Conceiving and researching transnationalism", *Ethnic and Racial Studies*, 22(2), pp. 447–462.
- Vidigal, Inês (2025), "Emigraram 65 mil portugueses em 2024", *Observatório da Emigração*. <http://observatorioemigracao.pt/np4/10584.htm>
- Vlase, Ionela (2013), "'My husband is a patriot!': Gender and Romanian family return migration from Italy", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39(5), pp. 741–758.
- Walsh, Katie, & Näre, Lena (2016), *Transnational migration and Home in Older Age*, London, Routledge.
- Williams, Allan M., & Fonseca, Lucinda (1999), "The Azores: Between Europe and North America", Em Russell King & John Connell (Eds.), *Small Worlds, Global Lives, Islands and Migration*, London, Pinter, pp. 55–76.

Emigração portuguesa na Alemanha

Uma integração a duas velocidades

Pedro Candeias

Resumo Este capítulo procura analisar a integração laboral da emigração portuguesa com destino à Alemanha. Mais concretamente, pretende analisar algumas consequências de diferentes modos de integração no mercado de trabalho alemão. Com base numa metodologia mista (entrevistas e inquérito por questionário online) é defendida a existência de dois perfis-tipo de integração laboral: i) emigrantes que chegam com emprego à Alemanha (frequentemente graduados de ciências da tecnologia e engenharias modernas) que contrastam com: ii) conacionais que procuram a inserção laboral após a chegada a este país de destino. Estas duas trajetórias de integração laboral têm implicações em esferas como o acesso à habitação, a aprendizagem da língua do país de destino, e a composição das redes de sociabilidade.

Palavras-chave: mercado de trabalho, trajetórias de integração, integração residencial, integração linguísticas, redes de sociabilidade.

Abstract This chapter seeks to analyse the labour market integration of Portuguese emigrants to Germany. More specifically, it aims to analyze some of the consequences associated with different modes of integration into the German labour market. Drawing on a mixed-methods approach (interviews and an online survey), the chapter argues for the existence of two ideal-type profiles of labour market integration: (i) emigrants who arrive in Germany with employment secured (often graduates in technological and modern engineering fields), in contrast to (ii) co-nationals who seek labour market insertion only after arriving in the destination country. These two trajectories of labour market integration have implications across several domains, including access to housing, the acquisition of the host-country language, and the composition of social networks.

Keywords: labour market, integration trajectories, residential integration, linguistic integration, social networks.

Introdução e objetivos

Grande parte das migrações internacionais são de natureza laboral (ILO, 2021). A emigração portuguesa não é exceção. Deste modo, torna-se relevante conhecer como se dá a integração da emigração portuguesa nos mercados de trabalho dos países de destino.

A Alemanha é um destino da emigração portuguesa de especial interesse e relevância por dois motivos. Em primeiro lugar, pela relevância quantitativa: no ano de 2020 a Alemanha foi o 5.º principal destino da emigração portuguesa em termos de fluxo (Vidigal & Veiga, 2022). O segundo motivo é o da escassez de trabalhos sobre este país. Numa análise bibliométrica sobre a emigração portuguesa com mais de 800 trabalhos académicos (livros, artigos, etc.), apenas 27 contemplaram como país de destino a Alemanha (Candeias, Ferreira, & Peixoto, 2014). Grande parte destes trabalhos era de pequeno porte e conduzida por membros da academia alemã.¹ Esta foi a relevância que justificou a tese de doutoramento que deu origem a este texto (Candeias, 2021).

O fio condutor deste capítulo será a integração no mercado de trabalho alemão e as suas consequências. O argumento central assenta na ideia de que a chegada com emprego assegurado, protagonizado especialmente por graduados das ciências da engenharia e tecnologia, permite uma integração mais célere na sociedade alemã em algumas dimensões. Situação que contrasta com a procura de emprego após a chegada ao destino, estratégia que tem como consequência uma integração mais morosa. Com este fito, as próximas secções do texto obedecerão à seguinte lógica: a primeira secção revê alguma literatura sobre o tema. A segunda descreve a metodologia adotada e as amostras auscultadas. A terceira parte do texto, a mais extensa, apresenta e discute os resultados, desde a caracterização da emigração portuguesa para a Alemanha, à análise de alguns indicadores de integração no mercado de trabalho, para detalhar o modo como a esta tem implicações em outras esferas da integração, como a residência, o domínio da língua alemã e a composição das redes de sociabilidade. Termina-se com uma breve conclusão.

Enquadramento teórico

Frequentemente, pensar na integração laboral de imigrantes numa perspectiva de trajetórias ou numa lógica longitudinal encontra-se em ligação com o tema da mobilidade social. Um dos primeiros trabalhos com esta

1 O que não invalida que posteriormente tenham sido iniciados projetos de investigação e teses de doutoramento sobre a emigração portuguesa na Alemanha.

abordagem, Chiswick (1978), utilizou o censo americano de 1970 para comparar os rendimentos da população nativa com a nascida no estrangeiro. Chegou à conclusão de que embora num período inicial os imigrantes auferissem salários inferiores, com o tempo, esses rendimentos aumentavam e, num período de 10 a 15 anos, excediam até os rendimentos da população autóctone com características semelhantes. Esse período inicial foi considerado o “custo da imigração” e o trajeto completo assemelhava-se a uma curva em forma de U. O fator mais importante para explicar os rendimentos dos estrangeiros foi o número de anos no país de destino. Muitos estudos deram continuidade à corrente iniciada por Chiswick, como Borjas (1982) que comparou rendimentos de diversos grupos imigrantes, Stier e Tienda (1992) que compararam a entrada no mercado de trabalho, e Raijman e Semyonov (1998) que compararam a mobilidade socioprofissional entre dois períodos no tempo. O que estes estudos têm em comum é a ideia de que com o tempo existem alterações (positivas) nos indicadores de integração no mercado de trabalho de imigrantes. Por sua vez, existe uma lista considerável de indicadores da integração no mercado de trabalho operacionalizáveis nesta abordagem quantitativa: taxa de emprego ou de desemprego, o nível ocupacional (em relação ao seu nível de escolaridade) ou o nível de rendimento (especialmente dentro de cada nível ocupacional) (Dahlstedt, 2010).

Os estudos assentes em metodologias qualitativas sobre o tema das trajetórias de integração parecem não seguir um padrão tão linear quanto os anteriormente citados. O estudo de Bauder (2005) comparou dois tipos de imigrantes com base no seu estatuto: imigrantes altamente qualificados e imigrantes que chegam em reagrupamento familiar ou por motivos humanitários. Concluiu que o primeiro grupo possui competências culturais que lhe confere uma mais-valia no mercado de trabalho, uma vez que conhece algumas das “regras” do mercado de trabalho (formação adequada, saber escrever um *curriculum vitae*, conhecimento de *job-finding clubs*); enquanto o segundo grupo tem que recorrer a redes coétnicas para conseguir trabalho (Bauder, 2005). Com um foco na identificação de fatores relevantes, Udah e colegas (2019) focaram-se nas barreiras sentidas no acesso a um emprego *meaningful* (que implica a aplicação de *skills* e qualificações, estável no tempo, obtido de forma competitiva e pago acima do salário mínimo). Foram identificados como fatores relevantes: a duração da estadia no país de destino, o nível de educação, o domínio da língua do país de acolhimento, a inexistência de sotaque, o reconhecimento de diplomas, a experiência laboral no país de destino, e as redes de contacto (Udah et al., 2019). Com uma abordagem mais focada nas alterações ao longo do tempo, o estudo de Akkaymak (2016) focou os desafios sentidos e as estratégias desenvolvidas para os ultrapassar. As principais conclusões foram que imigrantes com escolaridade mais baixa tendiam a conseguir emprego mais rapidamente, uma vez que procuram empregos menos qualificados, com menor burocracia, sendo também

imigrantes que recorriam a redes de ajuda pré-existentes, que permitem uma entrada no mercado trabalho mais célere. Já imigrantes com qualificações escolares mais elevadas, tendiam a ter maiores dificuldades na entrada no mercado de trabalho, devido ao não reconhecimento de diplomas e falta de experiência de trabalho no país de destino. O que implicava, muitas vezes, a entrada no mercado de trabalho pela via de *survival jobs*. Com o tempo, desenvolveriam algum capital social, que lhes permitia aceder ao mercado de trabalho qualificado “escondido” (Akkaymak, 2016). Ainda sobre o capital social, Gericke e colegas (2017) mostram que o capital social *bounding* pode ser útil para imigrantes pouco qualificado, e o capital *bridging* especialmente útil para imigrantes qualificados.² Por fim, refere-se um estudo de Liversage (2009) de imigrantes qualificados da europa de leste na Dinamarca que criou uma tipologia de cinco tipos de trajetórias: 1) *Path of re-entry* — imigrantes que permanecem na mesma profissão que já tinham, 2) *Path of ascent* — situações em que existe um processo de desqualificação temporário, 3) *Path of re-education* — quando existem formações de nível superior no país de destino, 4) *Path of re-migration return or onward migration* — quando existe uma migração de regresso ou uma nova migração para um terceiro país, 5) *Path of marginalisation* — para as situações de imigrantes que ficam em situações de desemprego ou trabalho pouco qualificado.

Um terceiro grupo de trabalhos importa ser referido, não pelo pendor qualitativo ou quantitativo, mas por apresentar características do contexto de integração laboral de imigrantes. Segundo a teoria do mercado dual de trabalho (Piore, 1979), o mercado de trabalho dos países industrializados encontra-se segmentado em dois grupos: primário e secundário. Os imigrantes são geralmente integrados no segundo grupo, que se caracteriza por baixos salários, elevado risco de desemprego, fraca capacidade de sindicalização, reduzidas possibilidades de progressão na carreira, e despromovidos de *status* associado à profissão que desempenham. Os imigrantes partilham esta posição com outros grupos desfavorecidos como o campesinato (*peasant-workers*), empregadas domésticas (*housewife-workers*) e jovens. Por sua vez, o mercado primário caracteriza-se pela sua formalidade, estabilidade, remuneração adequada, possibilidade de progressão. É de ressaltar que os imigrantes também podem integrar o segmento primário do mercado de trabalho, quer como diretores e quadros de empresas, como profissionais intelectuais e científicos, artistas, etc.

Uma outra dualidade é a analisada no estudo de Sassen (1991) sobre três cidades globais (Londres, Nova Iorque e Tóquio). São consideradas pontos

2 Segundo Putnam (2000, p.20) o *bridging* é capital social inclusivo (ao contrário do *bounding* que é exclusivo). Se o primeiro permite “getting by,” é o segundo que leva a um “getting ahead”. Enquanto o segundo é *broader* o primeiro é *narrower*. Outra metáfora de Putman associa o *bounding* a uma *super cola* enquanto o *bridging* seria o WD-40, sendo que ambos têm efeitos positivos.

nodais de empresas de serviços e finanças (p.5), o que levou a que protagonizassem uma polarização na estrutura ocupacional, tornando-se assim cidades duais. Esta polarização resulta de uma elevada procura de profissionais altamente qualificados com elevados rendimentos associados, e, por outro lado, de trabalhadores pouco qualificados com baixos rendimentos (p.13). A população imigrante insere-se em ambos os polos destas cidades duais, tanto como imigrantes altamente qualificados, “cérebros”, bem como no *staff* de restaurantes, nos serviços de limpezas, tanto industriais como particulares, e ainda nos serviços domésticos.

Em síntese, os estudos qualitativos podem seguir abordagens semelhantes às dos quantitativos como comparar grupos (Bauder, 2005), procurar preditores ou fatores associados (Udah et al., 2019), mas também focar-se mais nas alterações ao longo do tempo (Akkaymak, 2016) e criar tipologias (Liversage, 2009). Os trabalhos que focam as características do contexto (Piore, 1979; Sassen, 1991) têm em comum propor que um mesmo contexto de integração de imigrantes pode ser suficientemente diverso, de modo a poder acolher imigrantes em diferentes setores de atividade (com diferentes estatutos associado), em que o nível de qualificação académico não é um fator crucial. Contudo, não foi encontrado nenhum estudo que seguisse uma abordagem mista, o que pode permitir validar quantitativamente os resultados obtidos através do método qualitativo (Creswell, 2014).

É ainda de referir que uma característica transversal a grande parte dos estudos acima citados (a exceção são os que caracterizam o contexto) é que tendem a focar-se na integração no mercado de trabalho através de diferentes indicadores e na identificação de preditores, não focando nas consequências dessa integração no mercado de trabalho. É a questão a que se pretende dar resposta com este capítulo.

Metodologia e descrição da amostra

Para dar resposta aos objetivos propostos neste capítulo, foram mobilizados três tipos de fontes empíricas: 1) Estatísticas oficiais alemãs que foram recolhidas e analisadas de forma a obter-se um retrato longitudinal da emigração portuguesa neste país. Uma análise detalhada destes dados encontra-se disponível em outra publicação (Candeias, 2017), e para este capítulo são reservados apenas alguns dados de caracterização considerados essenciais. 2) Dados de um inquérito por questionário aplicado no âmbito do projeto REMIGR³ dirigido a maiores de 18 anos com nacionalidade ou naturalidade

3 Uma análise detalhada dos resultados deste projeto pode ser encontrada em Peixoto e colegas (2016), para uma versão mais sintetizada, ver Peixoto e colegas (2021).

portuguesa, residentes em qualquer país estrangeiro, que tivessem saído de Portugal após o ano 2000. O processo de inquirição decorreu entre 6 de maio de 2014 e 25 de maio de 2015 e foram recolhidos 6.086 inquéritos válidos. Para este capítulo foram isoladas as 369 respostas provenientes da Alemanha. 3) Entrevistas a emigrantes com origem em Portugal e a residir em Berlim e em Hamburgo. O trabalho de campo decorreu em 2017 para a primeira cidade e um ano depois para a segunda. Berlim foi selecionada por ser capital do país e um destino conhecido de artistas e de profissionais com elevados níveis de qualificação. Hamburgo foi selecionada por se tratar de uma cidade portuária com um historial mais longo de emigração portuguesa, com elevado peso da indústria para a economia.

Com os dados do inquérito por questionário foram analisadas variáveis sociodemográficas (género, estado civil, escolaridade, área de formação, profissão). Na trajetória migratória foi analisada a duração da procura de emprego e o ano de chegada/duração da estadia. Os indicadores de integração foram a dificuldade em conseguir casa e as dificuldades com a língua alemã, retiradas de uma bateria de indicadores de dificuldades, em que se perguntava “No país de destino, qual o grau de dificuldade que sentiu/sente face aos seguintes aspetos?” e as opções de resposta variavam entre o 1 (nada difícil) e o 5 (muito difícil).

As entrevistas seguiram um guião que contava com quatro tópicos: i) Caracterização sociodemográfica, ii) Reconstituição da trajetória migratória, iii) Processo de integração, iv) Relações mantidas com Portugal. As entrevistas foram conduzidas em espaços públicos, maioritariamente cafés, mas também jardins e universidades. Foram gravadas com o consentimento dos participantes. Em média, as entrevistas tiveram 45 minutos de duração cada. Foram transcritas e analisadas com o *software* de análise de conteúdo MAXQda.

A amostra de participantes que respondeu ao inquérito online era consideravelmente equilibrada em termos de *sex-ratio*, tendo sido apurado um valor de 1,05 homens para cada mulher. A idade dos inquiridos encontrava-se concentrada entre os 25 e os 39 anos, especialmente entre os 30 e os 34 anos. A média das idades apurada para as mulheres foi de 32 anos e para os homens de 33 anos. O estado civil aponta para uma maioria solteira (57%), os restantes 40% eram casados ou partilhavam uma união de fato, e uma pequena parcela de 4% era divorciada ou separada. A análise às qualificações escolares mostra um elevado peso dos mais qualificados, uma vez que 40% era licenciado ou bacharel, e que 79% possuía algum nível de escolaridade de nível superior. Estes dados não espelham o perfil da emigração portuguesa na Alemanha e são condicionados pela idade mais jovem da amostra e resultado do processo de inquirição online, cuja adesão é mais frequente, entre outros fatores, por parte de pessoas mais qualificadas (Mohorko, Leeuw, & Hox, 2013). A área de formação académica dos graduados aponta para um elevado peso das formações nas áreas das ciências da engenharia e da tecnologia (31%), um dos sectores em que existe uma elevada procura de mão de obra na Alemanha (Luft,

Quadro 2.1 Caraterização dos entrevistados

	Nome fictício	Idade	Qualificações	Profissão	Ano de chegada
Berlim	Renato	34	Licenciatura e Mestrado (incompleto) em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	Engenheiro de software	2012
	Raquel	34	Licenciatura em Direito; Mestrado em Estudos da Criança	Bolseira de doutoramento	2009
	Mário	32	Licenciatura e Mestrado (incompleto) em Comunicação e Multimédia	Front end developer	2013
	Guiomar	28	Licenciatura em Design de Moda	Desempregada (anteriormente empregada de mesa)	2013
	Domingos	38	Licenciatura em História	Empregado de balcão	2011
	Santiago	50	Doutoramento em Música	Professor de música	2008
	Maria	36	Doutoramento em Biologia	Pós doc em Biologia	2013
	Mara	34	Licenciatura em Psicologia; Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento; Berufsschule (Ensino dual profissional)	Educadora de infância	2008
	Lara	31	Licenciatura e Mestrado em Engenharia do Ambiente; Mestrado em Geomática	Técnica em empresa de mapas	2010
	Lúisa	38	Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas	Organizadora de eventos	2002
	Gilberto	36	Licenciatura em Engenharia Informática	Engenheiro Informático	2008
Hamburgo	Zulmira	50	10.º ano português (incompleto); Realschulabschluss	Enfermeira	2001
	Sandro	45	7.º ano EB	Motorista	1994
	Paulo	36	Licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas	Educador	2012
	Joaquim	43	8.º ano	Jardineiro	2015
	Isa	55	7.º ano (alemão)	Empregada de caixa em supermercado	1974
	César	29	Licenciatura em Biologia; Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental	Desempregado (anteriormente consultor ambiental)	2017
	Bento	37	Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial	Buisness development	2010
	Anabela	38	Licenciatura em Engenharia Civil	Engenheira civil	2007
	Amílcar	50	10.º ano (alemão)	Comercial técnico de produtos alimentares	1974
Duarte	23	Licenciatura em História	Estudante (anteriormente ajudante em empresa de mudanças)	2017	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas.

2012). Em segundo e terceiro lugar destacam-se as ciências sociais (27%) e humanidades (21%) que, juntas, somavam quase metade dos inquiridos com graduação superior. Na caracterização dos graduados na Alemanha, é ainda possível segmentar por sexo as áreas de formação académica, o que permite reconhecer uma notória discrepância de género, uma vez que quase metade (48%) dos homens graduados provinha das ciências da engenharia e da tecnologia e que 60% das mulheres com grau académico encontravam-se associadas às ciências sociais e humanas. Os dados referentes ao ano de chegada abrangeram especialmente o período pós-crise das dívidas soberanas, concentrando-se especialmente entre o ano 2012 e 2013.

Para a análise qualitativa, foram conduzidas 21 entrevistas a emigrantes portugueses. Em Berlim foram feitas 11 entrevistas (6 mulheres, 5 homens), a média das idades rondou os 35 anos, o ano médio de chegada foi 2010, todas as pessoas tinham um grau de ensino superior. Em Hamburgo foram feitas 10 entrevistas (7 homens, 3 mulheres) as idades rondaram os 41 anos, o ano de médio de chegada foi 2002, no que respeita as qualificações escolares, a amostra estava equitativamente dividida entre pessoas com e sem ensino superior. O quadro 2.1 apresenta as principais características dos entrevistados. De forma a manter o anonimato dos entrevistados todos os nomes foram substituídos por nomes fictícios.

Resultados

A emigração portuguesa com destino à Alemanha

A Alemanha era, à altura do trabalho de campo, o 11.º país da UE 28 com maior proporção de população estrangeira: 9,3%⁴. Era também o segundo país deste grupo com maior número absoluto de imigrantes: 324.221⁵. Desde a segunda metade do séc. XX, a Alemanha experienciou três grandes vagas de imigração: os imigrantes laborais recrutados no âmbito do programa formal de trabalhadores convidados (*gastarbeiter*), os imigrantes do leste europeu de etnia germânica (*aussiedler*) e os requerentes de asilo (Musterd, 2003). O primeiro contingente, e o mais importante para este artigo, diz respeito aos imigrantes laborais recrutados ao abrigo do estatuto de trabalhador convidado, que vigorou entre 1955 e 1973, em que Portugal foi um dos seis principais fornecedores de mão-de-obra (Bhagwati, Schatz, & Wong, 1984). Estes recrutamentos assentavam no pressuposto de

4 <http://www.pordata.pt/Europa/Popula%3%a7%3%a3o+estrangeira+em+percentagem+da+popula%3%a7%3%a3o+residente-1624> (acedido em 26-12-2016).

5 <http://www.pordata.pt/Europa/Fluxos+migrat%3%b3rios+internacionais-1622> (acedido em 26-12-2016) (dados de 2014) (dados não disponíveis para os seguintes países: Áustria, Eslovénia, Grécia, Irlanda, Reino Unido e Roménia).

que os imigrantes iriam permanecer neste país durante um curto período temporal, para suprimir necessidades de mão-de-obra igualmente temporárias. A partir dos anos 1970, os reagrupamentos familiares tornaram-se mais frequentes e a migração foi sendo encarada como definitiva (Castles, 1995). Os portugueses fizeram parte das nacionalidades estrangeiras recrutadas no âmbito do sistema de trabalhadores convidados. O fluxo de trabalhadores portugueses para a Alemanha manteve-se desde então, embora com oscilações ao longo do tempo.

Na figura 2.1 são projetados os valores do *stock* da população de nacionalidade portuguesa na Alemanha de 1967 a 2022. Entre os anos de 1967 e 1974 a população de nacionalidade portuguesa inscrita nos registos centrais alemães cresceu de 23.996 para 121.533. Possivelmente, o fim do regime não democrático em Portugal e a crise dos choques petrolíferos que se fazia sentir nesta época deve ter implicado um regresso considerável de emigrantes. Desse modo, o quantitativo de portugueses na Alemanha foi gradualmente decrescendo até 1988, ano em que este destino atingiu o número mais baixo para os quais existem registos: 71.068. A partir dessa data, o *stock* de portugueses cresceu, para no ano de 1996 ultrapassar o recorde registado em 1974. Entre 1996 e 2003 o *stock* de portugueses manteve-se acima dos 130 mil. Posteriormente, no período compreendido entre 2004 e 2011, o número de portugueses na Alemanha decrescia, para rondar os 115 mil. A fronteira dos 115 mil viria a ser ultrapassada no ano de 2012, mantendo um ritmo tendencialmente crescente até ao último ano para o qual existem dados disponíveis. Em síntese, o número de portugueses na Alemanha tem sofrido alterações ao longo do tempo e podem ser identificados três picos: nos anos 1970 (época dos *gastarbeiter*), anos 1990 (época da reunificação da Alemanha e implementação da diretiva referente aos trabalhadores destacados⁶) e anos 2010 (época da crise e pós-crise).

A apresentação dos dados primários é composta por três secções. Em primeiro lugar, apresenta-se a análise do inquérito por questionário focada na segmentação entre quem chegou com emprego assegurado à Alemanha e quem o procurou após a chegada. A segunda parte demonstra a importância desse fator com base nas entrevistas, apontando consequências das duas estratégias de empregabilidade. A terceira parte regressa aos dados quantitativos para analisar a integração em três dimensões (residencial, linguística e em redes de sociabilidade) tendo em conta as estratégias de empregabilidade apresentadas anteriormente (chegada à

6 Embora existam alguns relatórios da UE referentes aos Posted Workers, não existem séries temporais que permitam validar que o aumento do stock nos anos 1990 se deve a esta diretiva. O estudo qualitativo de Cavalheiro (2000) dedica-se ao destacamento de trabalhadores da construção civil e das obras públicas nos anos 1990, que deslocava para a Alemanha tanto trabalhadores portugueses como oriundos das ex-colónias. Devido à sua natureza qualitativa, também não permite corroborar o argumento.

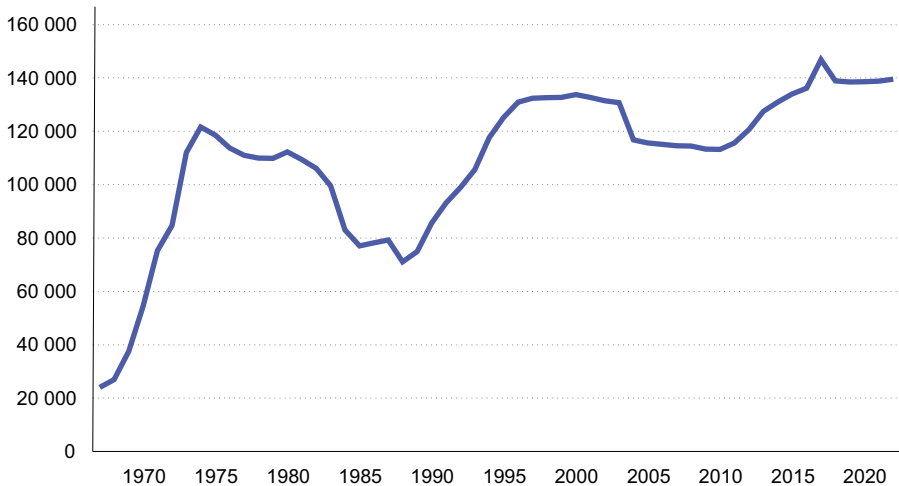


Figura 2.1 Stock da população de nacionalidade portuguesa na Alemanha, 1967-2022 (N)

Fonte: DESTATIS via OEm.

Alemanha com emprego ou inserção no mercado de trabalho após emigração).

Integração no mercado de trabalho

A duração da procura de emprego é um indicador importante, uma vez que permite dividir a amostra entre aqueles que chegam com emprego e aqueles que se vêm na procura por um emprego após a chegada (figura 2.2). Os dados mostram que a maioria (64%) chegou à Alemanha com um emprego assegurado. Os restantes que procuraram emprego após chegarem a Alemanha demoraram, mais frequentemente, 1 a 3 meses (14%), as restantes opções de resposta (menos de 1 mês, 4 a 12 meses e mais de um ano) em conjunto, corresponderam a cerca de 20%.

De modo a perceber em que categorias sociais esta chegada com emprego assegurado à Alemanha foi mais frequente, o indicador foi cruzado com alguns fatores que se esperavam relevantes (figura 2.3). Esta chegada com emprego assegurado é mais frequente nos homens, nos graduados das ciências da engenharia e tecnologias, em profissionais dos grupos 1 ou 2, e em graduados do ensino superior. Uma série de regressões logísticas simples com cada um dos fatores acima mencionados aponta significância estatística a dois preditores: sexo (masculino) e área científica de formação (em ciências da engenharia e tecnologia).

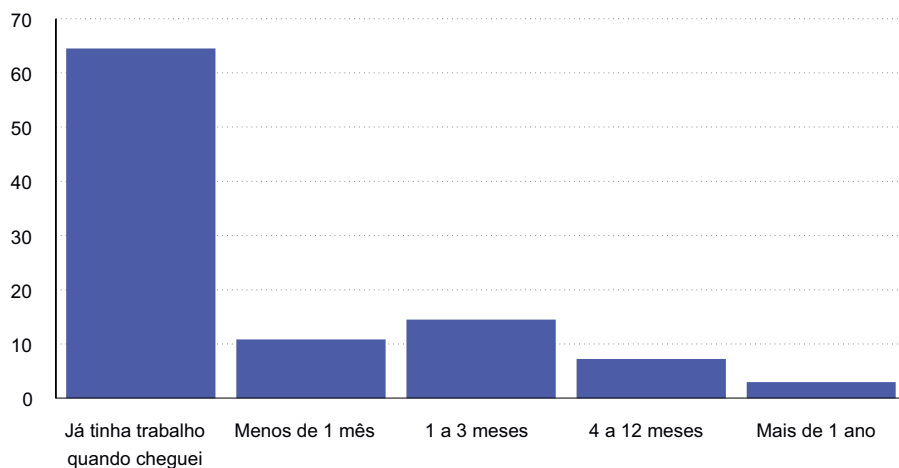


Figura 2.2 Duração da procura de emprego (%)

Fonte: REMIGR (2015).

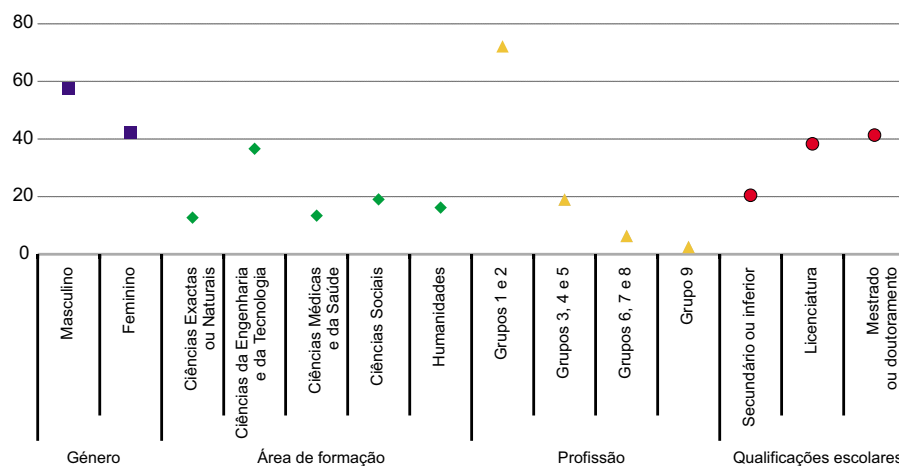


Figura 2.3 Fatores diferenciadores da chegada com emprego assegurado à Alemanha (%)

Fonte: REMIGR (2015).

Impactos da integração no mercado de trabalho

Nesta secção irá ser demonstrado, com base nos dados qualitativos, de que modo a chegada à Alemanha com emprego assegurado tem implicações em outras dimensões da integração. Serão detalhados quatro casos de emigrantes: os dois primeiros que chegaram com emprego, os dois seguintes procuraram emprego após a chegada.

Quadro 2.2 Gilberto e a emigração por acaso

Gilberto, 36 anos, Licenciado, Engenheiro Informático, em Berlim desde 2008
A inserção laboral de Gilberto deu-se de forma imediata, no sentido em que quando chegou a Berlim já se encontrava empregado. <i>(E porque é que vieste para Berlim?) Foi um bocado por acaso, eu estava a mandar currículos, não estava com pressa. Tinha o projeto, decidi mudar, mas no emprego estava tudo estável, comecei a mandar currículos, uma das empresas a que mandei na altura era a [empresa de telecomunicações]. (...) E acabei por encontrar um emprego aqui, vim cá para a entrevista, daquelas que são cinco [entrevistados] num só dia e aceitaram-me.</i>
Uma das consequências desta inserção imediata no mercado de trabalho é o acesso à habitação pela via formal <i>"Foi muito fácil, naquela época talvez não fosse o mais barato que poderia arranjar, mas eu queria conseguir algo rápido, cheguei numa quinta e na segunda estava assinando o contrato... Sim, acho que vim aqui numa situação quase privilegiada, tive a sorte de ter um emprego estável, encontrei um apartamento rapidamente..."</i>

Quadro 2.3 A sorte de Mário

<p>Mário, 32 anos, <i>Front end developer</i>, em Berlim desde 2013</p>
<p>A integração laboral de Mário deu-se de forma muito semelhante. Insatisfeito com as condições laborais em Portugal, enviou algumas candidaturas e ficou colocado numa empresa multinacional de comércio eletrónico com filial em Berlim. O acesso à habitação foi através do mercado formal, e tal só foi possível devido à disponibilidade financeira, resultado da sua inserção imediata no mercado de trabalho.</p> <p><i>Estava com muito receio, eu vim aqui à entrevista, estava em casa de um colega meu português, que estudou comigo em Aveiro, e fizemos lá um jantar com vários amigos, e conheci um que estava cá já há seis meses, que andava a trocar de quarto em quarto, não arranjava casa, conheci mais gente, tudo na mesma situação, muito muito difícil arranjar casa, eu tive uma sorte tremenda, eu vim a 24 de julho e dia 29 tinha o contrato de casa assinado aqui, eu trabalho bastante longe de Berlim ainda, porque eles têm o campus no estado ao lado, onde os impostos para eles são mais baratos. E este comboio aqui é direto para lá, e quando vim ver esta casa, foi a segunda casa que vim ver, vi a estação e vi que era a mesma que tinha apanhado para ir à entrevista, então fiquei à espera do senhorio, eles aqui mostram as casas para 30 pessoas ao mesmo tempo, é complicado teres algum tipo de contacto com a pessoa que te está a mostrar a casa, eu apanhei-o aqui a fumar um cigarro, fui ter com ele, fumei um cigarro com ele, contei-lhe a situação, ele levou-me lá acima, mostrou-me a casa e já me tinham ensinado algumas técnicas, então o que eu fiz foi ofereci-lhe um bocadinho mais de dinheiro em troca de uma renovação na casa. "Dou-te mais 100 euros por mês, mas dá-me uma cozinha nova e uma casa de banho nova." E ele disse que sim (...) Para mim foi um alívio, tinha disponibilidade financeira para poder pagar mais esses 100 euros por mês, portanto tive sorte.</i></p>
<p>Uma consequência deste acesso imediato ao mercado de trabalho é o acesso a uma rede de sociabilidade normalmente construída em torno de colegas de trabalho. Quando em contextos de trabalho internacionais, as redes de sociabilidade tendem a ser igualmente internacionais.</p> <p><i>No trabalho sim, muito boa gente, fiz lá, além de colegas, amigos logo, e sim com eles fazer coisas de amigos, já conhecia bastantes portugueses que cá estavam. (O tal colega da escola?) Exatamente, saía com eles umas vezes, mas normalmente saídas era com a malta do trabalho. (Esses colegas do trabalho, são mais portugueses, mais alemães, mais internacionais?) Não há nenhum português. Aliás, o grupo com quem eu, logo de início, me comecei a dar muito bem, era um turco, um mexicano, um chinês, principalmente esses três, nenhum era alemão curiosamente.</i></p>
<p>A conjugação entre estes contextos de trabalho internacionais em que são criadas redes de sociabilidade internacionais e em que que a língua franca tende a ser o inglês, levam à consequência negativa de um menor domínio da língua alemã.</p> <p><i>A língua é péssima, é muito, muito difícil, ofereceram-me aulas lá na empresa, uma vez por semana, uma hora e meia, não chega (...) fui para as aulas a pensar no trabalho, cheguei a um ponto, não faz muito tempo, desisti, fiquei um ano sem ir às aulas, disse: "Não vale a pena pagar aulas a que eu não vou".</i></p>

Os dois casos acima descritos mostram as inserções imediatas no mercado de trabalho alemão e algumas das suas consequências. Esta tendência é bastante frequente nos casos de emigrantes com elevados níveis de qualificação, especialmente com formação nas áreas das engenharias modernas (Godinho, 2008/09). Estes casos correspondem à trajetória tipo do *path of re-entry* (Liversage, 2009), uma vez que se mantiveram na mesma profissão que desempenhavam antes de emigrar. Contudo, não é um tipo de inserção exclusiva desta categoria profissional, uma vez que é possível encontrar entradas imediatas no mercado de trabalho em emigrantes com menores níveis de qualificação. Um exemplo de inserção imediata em emigrantes menos qualificados é o caso de Sandro, que, ao chegar a Hamburgo, tinha emprego assegurado pela sua mãe, que o colocou na mesma empresa de limpezas industriais onde ela trabalhava. A diferença que é traçada de acordo com o nível de qualificação é que emigrantes menos qualificados, quando chegam à Alemanha com emprego, conseguem-no à custa de uma rede de amizade e familiares portuguesas. Por seu lado, detentores de grau académico superior são recrutados por métodos formais.

A primeira consequência desta inserção profissional imediata é o acesso a habitação pela via formal, com recurso a arrendamento. Esta modalidade de inserção residencial é dotada de duas características: em primeiro lugar, é acompanhada por rendimentos estáveis e elevados, que permitem suportar financeiramente os custos de uma habitação, o que, por sua vez, dispensa o recurso a redes de ajuda centradas em familiares e amigos.

A segunda consequência da inserção profissional imediata é a penetração em redes de sociabilidade criadas em contexto de trabalho. Estes são contextos favoráveis à sociabilidade, uma vez que, frequentemente, são compostos por imigrantes em situação semelhante, e frequentemente a dominar uma língua comum — o inglês. Segundo o princípio da homofilia (McPherson, Smith-Lovin, & Cook, 2001) existe maior contacto com pessoas semelhantes do que entre pessoas dissemelhantes. Ou seja, a inserção imediata em contextos de trabalho internacionais facilita o acesso a uma rede de sociabilidade de pessoas que têm em comum a origem imigrante e o setor de atividade laboral. Estas redes de sociabilidade e o contexto de integração laboral internacional têm, como consequência negativa, não incentivarem a comunicação em língua alemã.

De seguida serão apresentados dois casos de integrações laborais não imediatas, o que permitirá perceber as diferenças nas consequências deste tipo de inserção.

Quadro 2.4 O desemprego intermitente de Anabela

Anabela, 38 anos, Engenheira Civil, em Hamburgo desde 2007

Em Portugal, Anabela fazia direções de obras. As insatisfações com o trabalho, em conjugação com a existência de redes de contactos do seu esposo em Hamburgo, impulsionaram a emigração. Após um primeiro ano desempregada, trabalhou um ano e meio num projeto de investigação numa empresa alemã. Após novo período de desemprego conseguiu um trabalho de um mês numa empresa de plataformas eólicas no mar. Após um terceiro período de desemprego conseguiu o emprego como gestora de planeamento de obras.

Tendo em conta a instabilidade da sua situação laboral, o seu acesso à habitação deu-se por via de redes de amizade conacionais. *"Fomos acampar para casa de uma colega do Rui (esposo) que tinha um T0, ali no corredor, na sala. Um mês."*

No que diz respeito ao domínio da língua e às redes de sociabilidade, os dois fatores encontram-se bastante interligados. No sentido em que o domínio da língua é adquirido através de cursos de alemão para estrangeiros e que estes contextos são palco para a criação de redes de sociabilidade.

Portanto eu vim para cá, um ano a aprender alemão. Foi muito bom porque eu estava desempregada. Eu fui fazer o que eles chamam o curso de integração. Cinco horas por dia. Eu não tinha trabalho, não tinha dinheiro, mas tinha tempo, foi muito bom. (...) Eu tive que pagar, 250 euros por mês, durante 7 meses, fiz o certificado da língua, que é o mínimo para ter a nacionalidade, que é o B1. E depois fui aprendendo, fui trabalhar, e depois houve uns meses que tirava 3 horas, 3 dias por semana para aprender a língua, portanto 9 horas por semana, também a pagar do meu bolso, eu devia ter gasto uns 3.000 euros só em línguas.

No meu caso, para mim também foi muito fácil porque eu fui, eu comecei no curso de alemão, no verão e no verão vem muito pessoal jovem de todo o mundo, querem fazer aquelas férias de verão a aprender uma língua, depois chega a setembro, outubro vão se todos embora e quem fica nessas aulas são imigrantes. (...) Portanto eu fiz amigos, tudo era pretexto para fazer festas, como bom português e as nossas festas eram no tal apartamento de 37m² com tudo lá dentro e toda a gente de todo o mundo e foi espetacular ainda hoje, pessoal da Alemanha, alemães, "pá aquelas festas eram espetaculares."

Quadro 2.5 O recurso às redes tradicionais de Mara

Anabela, 38 anos, Engenheira Civil, em Hamburgo desde 2007

Mara, 34 anos, educadora de infância, em Berlim desde 2008 Licenciada e Mestre em Psicologia, não conseguiu emprego qualificado em Portugal. Teve experiência de estágio profissional em Berlim. A existência de familiares na mesma cidade pesou na decisão de emigrar para esta cidade. A sua inserção laboral deu-se por via informal, desempenhando tarefas num hotel onde uma prima também trabalhava, onde se manteve durante um ano. Uma vez que tinha o interesse de trabalhar com crianças foi trabalhar como *babysitter*. O terceiro trabalho que teve foi a desenvolver atividades extracurriculares numa escola. Nesta altura, ingressou o curso de educadora de infância que conjugou com o trabalho na escola.

A integração laboral teve influência no acesso à habitação no sentido em que os primeiros trabalhos que teve não lhe permitiam sustentar uma renda por sua conta. Nesse sentido, viveu os primeiros tempos com a prima que também tinha servido de suporte à empregabilidade. Posteriormente foi viver para uma WG.⁽¹⁾ Só após quatro anos conseguiu arrendar uma casa sozinha.

No que diz respeito às redes de sociabilidade, foram apontadas duas fontes: por um lado as amizades da prima que lhe forneceu auxílio, por outro lado, o curso de alemão para estrangeiros.

E acho que cá, o sítio onde, e que atualmente ainda são meus amigos, foi na escola de línguas. Portanto eu tinha aulas todos os dias. De segunda a sexta, não sei quantas horas, horrível, ainda por cima alemão, que é uma grande tarefa só por si só. E foi onde eu conheci a maior parte das pessoas que ainda hoje somos amigos

⁽¹⁾ As *wohngemeinschaft* (Wohn — residencial; *Gemeinschaft* — comunidade) são habitações partilhadas, uma forma bastante comum de conseguir alojamento a custo acessível em Berlim.

Os casos de Anabela e Mara têm em comum um acesso ao mercado de trabalho que não foi imediato. Embora na altura da entrevista estivessem a desempenhar uma profissão qualificada com qual se encontravam satisfeitas, tiveram passarem por períodos de formação e no caso de Anabela de desemprego. Estas trajetórias coincidem com o que Liversage (2009) considerou ser um *path of reeducation*. Possivelmente devido ao estado civil de casada, Anabela passou por alguns períodos de desemprego, enquanto Mara seguiu a trajetória da *path of ascent* (Liversage, 2009), com recurso a *survival jobs* (Akkaymak, 2016), obtidos com recurso a coétnicos (Bauder, 2005) que lhe permitiram aceder a formação profissional alemã, como possivelmente também conhecer melhor as regras tácitas do mercado de trabalho alemão.

No acesso à habitação, a tendência do curso das trajetórias nas situações em que a integração no mercado de trabalho não é imediata implica um primeiro acesso por via informal nos primeiros tempos da estadia na Alemanha. Só em fases posteriores se torna possível aceder ao mercado formal, especialmente recorrendo a familiares e amizades. O acesso de carácter formal é possível em fases posteriores, como se verifica no caso de Anabela, que foi viver para casa de um amigo e de Mara que, nos primeiros tempos da sua estadia, viveu com uma prima que já residia em Berlim. Ambas viviam em casa própria no momento da entrevista.

No que respeita o domínio da língua, as entrevistadas possuem um bom domínio da língua, e, ambas as entrevistadas frequentaram cursos de

alemão, o que também serviu de contexto para a formação de redes de sociabilidade.

Nas três próximas secções, os três fatores que foram identificados como relacionados com o modo de integração no mercado de trabalho serão aprofundados em articulação com os dados quantitativos: o acesso à habitação, o domínio da língua alemã e a composição das redes de sociabilidade.

Integração residencial e as ligações com a integração no mercado de trabalho

O primeiro fator identificado como relacionado com a integração imediata ao mercado de trabalho foi o acesso à habitação. Enquanto os valores apurados para o total da amostra são de 63% terem considerado ter sido difícil conseguir alojamento (valores 3, 4 e 5 da escala de 1 a 5), os valores para quem chegou com emprego e quem procurou emprego diferem, no sentido em que o grupo que chegou com emprego reporta valores inferiores ao geral (62%) e no grupo de quem procurou emprego após ter chegado à Alemanha os valores são de 65%. Não obstante, este não é o fator mais relevante para a diferença das dificuldades com a habitação, sendo superado pelo ano de chegada (quem chegou mais cedo teve menores dificuldades), pelo nível de escolaridade (quem tem menores níveis de escolaridade teve menor dificuldade, provavelmente devido a redes de auxílio já instaladas no país de destino), e as profissões (pessoas com profissões menos qualificadas tiveram menores dificuldades, provavelmente, pelo mesmo motivo que as pessoas menos escolarizadas) (figura 2.4).

Para além das duas modalidades que foram identificadas nos casos de Gilberto, Mário, Anabela e Mara (acesso imediato e formal nos dois primeiros casos, acesso informal com recurso a coétnicos no segundo), existe uma terceira modalidade (imediate e informal) que está associada às trajetórias migratórias por amor ou de reagrupamento familiar. Nestas situações, o alojamento é assegurado pelo cônjuge/namorado/a que já residia na sociedade alemã. É o caso de Guiomar, emigrou para Berlim na sequência de um namorado que se encontrava a viver numa WG, e que conseguiu um lugar extra para a entrevistada. A inserção residencial foi facilitada pela existência desta relação. Nas situações em que o acesso à habitação se dá pela via de conacionais trata-se de situações de carácter transitório, até ser possível o acesso a uma habitação própria, que se encontra condicionada por dois fatores: por um lado, o acesso a um emprego, cuja remuneração permita suportar uma renda ou um crédito; e, por outro lado, o mercado habitacional, em que a procura é bastante superior à oferta.

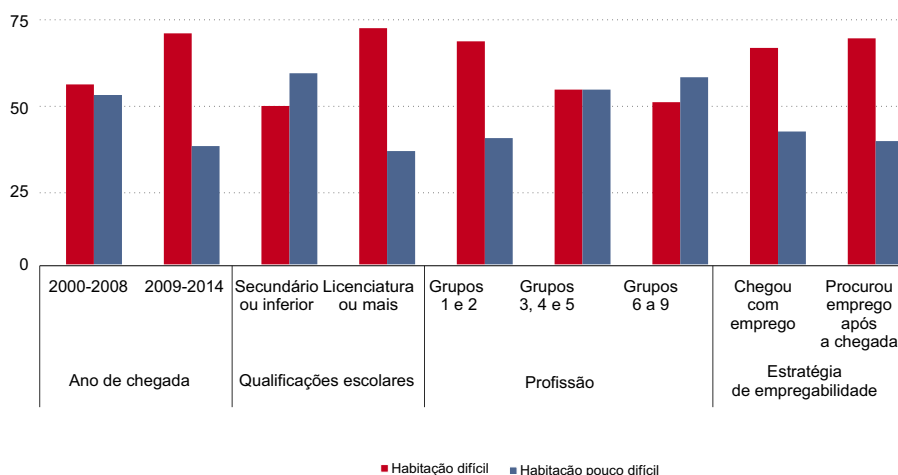


Figura 2.4 Dificuldades no acesso à habitação (%)

Fonte: REMIGR (2015).

Integração linguística e as ligações com a integração no mercado de trabalho

O segundo fator identificado nos casos iniciais foi a dificuldade com a língua alemã (figura 2.5). Neste indicador, as dificuldades sentidas pelo total da amostra são superiores às do item anterior (considerando a mesma linha de corte): 82%. E se as pessoas que tiveram de procurar emprego à chegada reportam menores dificuldades no domínio da língua (79%), quem chegou com emprego reporta valores mais elevados (85%). Estes dados corroboram o que já tinha sido identificado na componente qualitativa: pessoas que chegam com emprego, frequentemente ingressam em empresas internacionais cuja língua franca é o inglês, enquanto pessoas que não têm inserção imediata tendem a frequentar cursos de alemão e a desempenhar tarefas em diversos postos de trabalho, o que lhes confere um maior domínio da língua do país de acolhimento. Juntamente com este grupo, as menores dificuldades com a língua também são sentidas no grupo chegado há mais tempo à Alemanha, e profissionais dos grupos 3, 4 e 5, que correspondem a profissões que implicam maior contacto com o público (especialmente o grupo 4 e 5), logo, serão pessoas que terão sido “forçadas” a aprender o alemão.

No campo dos preditores, a literatura demonstrou que o domínio da língua estrangeira encontra-se relacionado com níveis de escolaridade mais elevados, uma chegada ao país de acolhimento em idades mais jovens, a uma duração prolongada no país de destino, a casamentos consumados após a

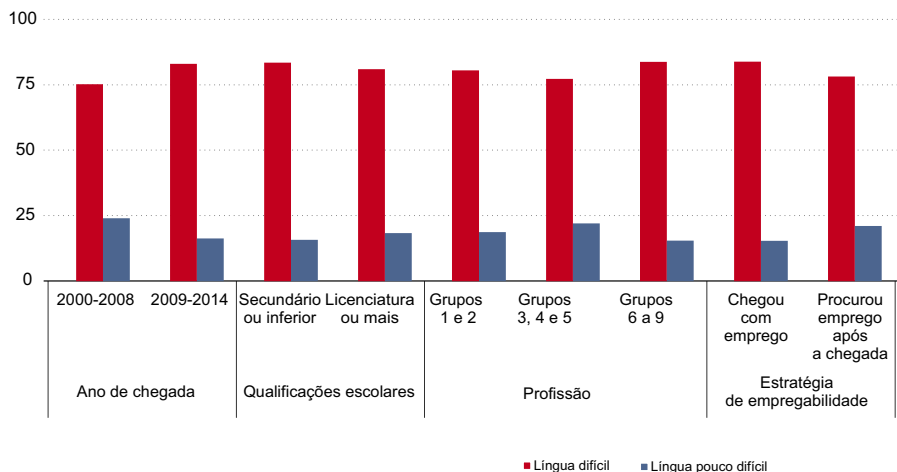


Figura 2.5 Dificuldades com a língua (%)

Fonte: REMIGR (2015).

migração e à residência fora de zonas de elevada concentração de imigrantes que partilham a mesma língua de origem (Chiswick & Miller, 1998). Também importantes são os contactos pessoais e o contacto com a cultura do país de destino (Frykman & Mozetic, 2020). No entanto, este domínio da língua não é exigência universal. Liversage (2009) alerta que a exigência de dominar a língua do país de acolhimento varia de acordo com as profissões em causa, sendo, para o caso de trabalhadores das Tecnologias de Informação (IT) suficiente o inglês. No campo das consequências, Udah e colegas (2019) identificaram o domínio da língua do país de destino como importante para ter um emprego *meaningful* e o estudo sobre o valor económico das capacidades linguísticas de Grin (2003) apontava para rendimentos mais elevado nos imigrantes que são fluentes.

Na amostra auscultada, um dos fatores que implica na autoavaliação do domínio do alemão é o tempo, especialmente aferido pela duração da estadia, isto é, portugueses chegados há relativamente pouco tempo sentem maior dificuldade, porque não tiveram tempo necessário para aprender a língua, *vis-à-vis*, emigrantes chegados há mais anos, com maior tempo de exposição à língua alemã, o que pode facilitar na familiaridade com a língua. Mas o tempo cronológico não é suficiente para explicar esta relação, o que leva a chamar à discussão o segundo fator: a aprendizagem formal da língua alemã através dos cursos de alemão. No caso de Bento formação de 90 minutos por semana era considerada um contributo para ganhar domínio da língua, embora insuficiente. No entanto, as exigências

na esfera laboral não lhe deixam maior disponibilidade para a aprendizagem da língua alemã.

A empresa pagou um curso e, mas era um curso, era uma professora particular, que é uma coisa que fica cara mas que ia à empresa e eu acabava por ter uma hora por semana com ela, porque eu não tinha mais tempo então era tipo, às quartas-feiras, ao final da tarde, uma hora, vale o que vale, portanto eu acabei por aprender alemão mais à força. (Bento, Buisness development, em Hamburgo desde 2010)

Em contraponto, o caso de Anabela (ver quadro 2.4) demonstra a dedicação que pode ser dada à aprendizagem e as consequências positivas e investimento.

A frequência de cursos de alemão não é uma condição necessária para dominar o alemão, e é uma estratégia apenas ativada pelos entrevistados mais qualificados. Mas deve ser entendida como um impulso para o domínio da língua. Existem também dois tipos de cursos de Alemão. Os primeiros fazem parte dos cursos de integração, cujos programas, para além da língua, compreendem também alguma da história do país, da cultura e do sistema legal. Em algumas situações são gratuitos, mas mesmo quando são pagos os valores são reduzidos⁷. Na amostra entrevistada estes cursos eram bastante frequentes em emigrantes com algum capital económico e cultural e uma integração no mercado de trabalho precária. O segundo tipo de cursos corresponde aos que são oferecidos pelas empresas empregadoras, especialmente empresas internacionais com equipas também internacionais em que a língua de trabalho alterna entre o alemão e o inglês. Nestes casos, a formação parece pouco eficaz, seja devido ao reduzido número de horas de contacto, bem como devido à gestão do fluxo de trabalho, que “empurra” para segundo plano a aprendizagem do alemão.

Mas o alemão foi uma luta no início, até porque é um choque que qualquer pessoa quando começa uma função, tem o dilema, uma função nova num país estrangeiro, entre dedicar tempo a aprender a língua ou a aprender a função a integrar-se no grupo de trabalho, a aprender o negócio, a aprender uma série de coisas, e foi uma altura em que trabalhei muitíssimo, muitas horas e depois tentava conciliar, a dedicar algumas horas, mas era difícil. (Bento, Buisness development, em Hamburgo desde 2010)

Exato, mas ali, depois eu ia para as aulas, há sempre qualquer coisa no trabalho que nos deixa de cabeça ocupada. Eu ia para as aulas a pensar no trabalho,

7 O preço por aula era de 1,95 euros segundo o site Germany Visa (<https://www.germany-visa.org/integration-courses-learning-german-and-much-more/>) (consultado a 24-04-2019)

cheguei a uma altura, não há muito tempo desisti, já não ia às aulas para aí há um ano, disse não vale a pena estarem a pagar aulas que eu não vou. (Mário, 32 anos, Front end developer, em Berlim desde 2013)

A segunda relação que importa focar remete para a língua de trabalho. Nas situações em que a língua de trabalho é o alemão, existe uma maior exposição e pressão para aprender o alemão, o que tem como consequência dominar a língua nos restantes contextos, seja informal, ou mais formal e burocrático. Deste modo, o que pode inicialmente parecer uma condição favorável, o trabalho em inglês, geralmente mais fácil do que uma situação em que seria obrigado a falar em alemão, tem como consequência negativa o desincentivo da aprendizagem da língua do país de origem. Situação em comum com as ilustrações que se seguem.

(Desenrascas-te no alemão?) Não, horrível! Muito mal (...) tenho mais alguns incentivos para falar alemão e a empresa também vai ajudando, vai pagando aulas, temos um programa agora, pronto para começar com aulas de alemão, mas em geral a língua do trabalho é inglês, as equipas são muito internacionais, estamos sempre a contratar gente de todo o lado. (Renato, Engenheiro de software, em Berlim desde 2012)

Na ligação com as estratégias de empregabilidade, é de frisar que as pessoas que acederam imediatamente a um emprego, em empresas internacionais com a língua inglesa como língua de trabalho, são pessoas que acabam por não ter grande domínio do alemão, embora este seja oferecido muitas vezes pelos empregadores. O que contrasta com a trajetória de quem procurou emprego após a chegada, com períodos de desemprego, uma diversidade de trabalhos, alguns com mais ou menos contacto com a população autóctone, bem como mais tempo para cursos de alemão, o que lhes dá uma mais-valia no domínio do alemão.

Redes de sociabilidade e as ligações com a integração no mercado de trabalho

O terceiro fator identificado foram as redes de sociabilidade. A análise da figura 2.6 demonstra que quem chegou com emprego à Alemanha possui redes de sociabilidade mais limitadas, uma vez que quem procurou emprego após chegar à Alemanha apresenta valores mais elevados em qualquer das categorias disponíveis (portugueses chegados há poucos anos, imigrantes de outras origens e conacionais). Outros fatores relevantes são: a duração da estadia, no sentido em que estadias mais prolongadas estão associadas a redes mais diversificadas, onde se destaca a população autóctone; a escolaridade, em que pessoas com menores níveis de escolaridade possuem redes mais focadas em

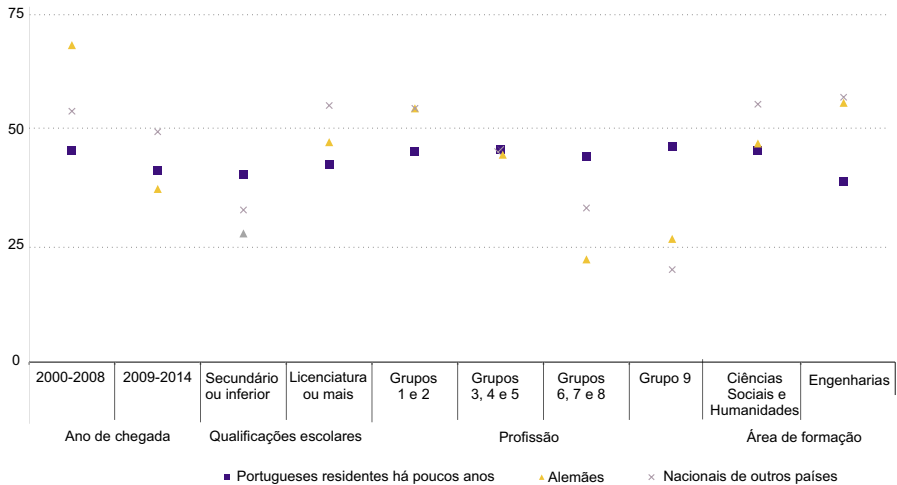


Figura 2.6 Principais redes de sociabilidade (%)

Fonte: REMIGR (2015).

conacionais; e as profissões, no sentido em que profissionais qualificados possuem redes mais focadas na população alemã e imigrantes não portugueses; e quem desempenha profissões menos qualificadas foca as suas relações em conacionais e menos na população alemã.

A conjugação dos dados qualitativos e quantitativos permite perceber que a integração imediata no mercado de trabalho frequentemente confere acesso a redes de sociabilidade criadas em contexto laboral. Contudo, pode limitar as sociabilidades a essas redes, se estes casos forem comparados com as experiências de quem passou por diversos contextos de trabalho, cursos de alemão para a população estrangeira e habitações partilhadas, que funcionam como contexto favoráveis para a criação de redes de sociabilidade. Não obstante, tal como foi referido para os dois indicadores quantitativos anteriormente apresentados (habitação e domínio da língua), existem outros fatores com maior capacidade de diferenciação nas redes de sociabilidade.

Quando questionados sobre os contextos em que foram construídas as primeiras relações de amizade na Alemanha, as já referidas WG's de Berlim são também um contexto frequente para construir as primeiras redes de amizade. A ilustração de Lara mostra um caso de uma rede de amizade desenvolvida através de uma WG.

Quando cheguei pela primeira vez, eu vim viver para uma casa partilhada, uma WG de seis pessoas, não é costume, normalmente são menos e era um grupo

bastante participatório. Uma inclusão fixe era uma casa muito ativa, organiza-va noites de cinema e tinham amigos de amigos e cozinhávamos. (Lara, 31 anos, Técnica em Empresa de Mapas, em Berlim desde 2010)

Outro tipo de contexto divide-se entre, por um lado, o local de trabalho, e, por outro lado, os cursos de integração (cursos de língua e cultura alemã para estrangeiros). Estes dois contextos tendem a ser mutuamente exclusivos, isto é, os entrevistados ou conseguem emprego à chegada e as suas relações de amizade são formadas em contexto laboral, ou ingressam em cursos de integração para estrangeiros (que podem ser coincidentes com *mini-jobs*) e conhecem outras pessoas em situações semelhantes, como já foi referido no caso de Mário para o primeiro tipo (ver quadro 2. 3) e Anabela para o segundo (ver quadro 2.4).

Através das entrevistas é possível perceber que as composições das redes de sociabilidade em termos de origem nacionais podem assumir três possibilidades, compatíveis entre elas. A primeira a enunciar-se são as redes de sociabilidades compostas por outros portugueses. Esta situação é a mais residual, e, quando existente, decorre da facilidade com a língua, afinidade de interesses ou do associativismo emigrante.

A segunda possibilidade remete para a situação de redes de amizade forjadas com alemães. São geralmente consequência de uma migração que ocorre por amor, em que o cônjuge é alemão e tem o seu grupo de amigos que é adotado pelo recém-chegado. Estas situações são praticamente inevitáveis nas estratégias migratórias baseadas em reagrupamentos familiares ou migrações por amor, como é o caso de Luísa, ou César:

Ainda não fiz assim grandes amizades aqui, tenho alguns conhecidos, algumas pessoas que eram amigos da minha namorada e ainda estão, ela já os conhecia de Hamburgo. (César, 29 anos, Consultor ambiental, em Hamburgo desde 2017)

Pus-me logo a aprender alemão, passado um ano já falava fluentemente alemão, tinha os amigos do meu namorado na altura, que mesmo assim, não era a minha, era mais velho que eu, era mais velho que eu mas não estava propriamente sozinha. (Luísa, 38 anos, Organizadora de eventos, em Berlim desde 2002)

A terceira possibilidade consiste nas redes de sociabilidade constituídas por imigrantes de outras origens. No caso de Mário apresentado no quadro 2.3, a justificação para a inserção numa rede de amizade constituída por outros imigrantes deve-se, em grande parte, ao seu contexto de trabalho, bastante internacional. Sobre as redes de amizade formadas em contexto de trabalho altamente qualificados, é de referir que é conhecido o facto dos locais de trabalhos serem locais importantes para conhecer novas pessoas e desenvolver laços sociais (Magnusson & Törngren, 2014).

Conclusão

Com este capítulo pretendeu-se analisar trajetórias de integração no mercado de trabalho da emigração portuguesa na Alemanha. O foco incidiu nas consequências de duas trajetórias laborais distintas, com o argumento que estas trajetórias implicavam *timings* diferentes na integração.

A escolha de classificar as trajetórias de integração no mercado de trabalho com base na chegada com emprego assegurado ou com a procura de trabalho após a chegada à Alemanha é apenas uma das perspetivas possíveis. A observação de um objeto permite sempre que quem o observa assuma diferentes posições em relação ao mesmo.

A mesma análise poderia ter sido feita tendo como perspetiva a área de formação académica, uma vez, que, como referido, as inserções imediatas no mercado de trabalho são mais frequentes em graduados das ciências da tecnologia e engenharias, do que em graduados das ciências sociais e humanas (o segundo e terceiro maiores grupos na amostra recolhida através do inquérito por questionário). Contudo, o primeiro grupo tem alguma heterogeneidade interna, com engenharias como a civil e ambiental, em a inserção no mercado de trabalho tende a não ser imediata.

Uma outra perspetiva que poderia ter sido adotada, seria a de género. Não é acaso que as inserções imediatas no mercado de trabalho alemão tendam a ser protagonizadas por homens, e que a situação de procura de trabalho após a chegada tenha sido vivenciada frequentemente por mulheres. O que é coerente com a lógica de migrações em família, em que a situação padrão é a do homem conseguir o emprego antes da emigração e a mulher acompanhar, enveredando numa aventura de inserção laboral, com empregos precários e/ou interregnos destinados à formação. No entanto, a situação mais instável vivida pelas mulheres não é exclusiva das migrações em família.

Não obstante, estas três perspetivas, sobrepõem-se em grande parte. E, de vários ensaios estatísticos que foram testados, a variável chegar com emprego assegurado à Alemanha é aquela que melhor “agrega” os dados, no sentido em que as análises bivariadas se tornarem mais coerentes.

Um segundo ponto a desenvolver nesta conclusão remete para esta dualidade de trajetórias de integração ser possível devido à Alemanha poder ser considerada um contexto de integração dual. Considera-se dual no sentido em que se trata de um contexto de receção de emigração pouco qualificada, com um contingente considerável de emigrantes com uma estadia prolongada, que facilitam o acesso de conacionais (tanto muito, como pouco qualificados em termos escolares/académicos) a um mercado de trabalho menos qualificado. A inserção no mercado de trabalho menos qualificado pode estagnar ou ter uma ascensão lenta no caso de emigrantes com baixas qualificações escolares, ou ser uma etapa mais transitória para emigrantes com

qualificações elevadas. Esta realidade coexiste com um mercado de trabalho internacional, que recruta profissionais técnicos diretamente na origem ou onde a procura de mão de obra é superior à oferta, o que faz com que a absorção no mercado de trabalho seja imediata. Seguindo o argumento, será menos provável a procura de trabalho após a chegada em territórios como Angola ou Moçambique, em que o recrutamento tende a ser feito *a priori* (por não existir uma rede sedimentada). A Alemanha também poderá contrastar com contextos como a Suíça, Luxemburgo ou França, que embora possua uma rede de conacionais bem estabelecida, não recruta com tanta intensidade profissionais qualificados. Deste modo, esta conjugação de apoio inicial por parte de familiares/amizades e a possibilidade de procura de trabalho *in loco* devem avolumar o contingente de emigrações à aventura.

Futuros estudos poderão procurar a existência desta mesma dualidade de integração no mercado de trabalho em países de destino que partilham a procura por mão de obra portuguesa muito e pouco qualificada, como o Reino Unido.

Referências

- Akkaymak, Guliz (2017), "A Bourdieuan analysis of job search experiences of immigrants in Canada", *International Migration and Integration*, 18, pp. 657-674.
- Bauder, Harald (2005), "Habitus, rules of the labour market and employment strategies of immigrants in Vancouver, Canada", *Social & Cultural Geography*, 6 (1), pp. 81-97.
- Bhagwati, Jagdish N., Klaus-Werner Schatz e Kar-yiu Wong (1984), "The West German *gastarbeiter* system of immigration", *European Economic Review*, 26 (3), pp. 277-294.
- Borjas, George J. (1982), "The earnings of male Hispanic immigrants in the United States", *Industrial and Labor Relations Review*, 35 (3), pp. 343-353.
- Candeias, Pedro (2017), "Alemanha", *OEm Country Reports*, 4, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, Iscte-Iul.
- Candeias, Pedro (2021), "*Portugueses pelo Mundo*". *Integração e práticas transnacionais de portugueses na Alemanha*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Candeias, Pedro, Bárbara Ferreira e João Peixoto (2014), "Emigração portuguesa: o que temos vindo a estudar e o que nos falta saber — uma análise bibliométrica entre 1980 e 2013", *População e Sociedade*, 22, pp. 11-31.
- Castles, Stephen (1995), "How nation-states respond to immigration and ethnic diversity", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 21 (3), pp. 293-308.
- Cavalheiro, Luís (2000), *O sector da construção civil português: o emprego e as migrações para o mercado de trabalho alemão*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

- Chiswick, Barry R. (1978), "The effect of Americanization on the earnings of foreign-born men", *Journal of Political Economy*, 86 (5), pp. 897-921.
- Chiswick, Barry R., e Paul W. Miller (1998), "Language skill definition: a study of legalized aliens", *International Migration Review*, 32 (4), pp. 877-900.
- Creswell, John W. (2014), *Research Design. Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*, 4.^a ed., Thousand Oaks, Sage.
- Dahlstedt, Ingemar (2010), "Measuring integration", em Björn Fryklund (org.), *IMER – möjligheter och gränser. Festschrift till Björn Fryklund*, Malmö, Malmö Institute for Studies of Migration, Diversity and Welfare, pp. 179-198.
- Faris, Asma (2016), *Challenges Faced by Immigrants with Higher Education in the Swedish Labour Market. A Qualitative Research of the Factors Influencing the Underutilization of Immigrants' Foreign Educational Credentials in the Swedish Labour Market*, Stockholm, Stockholm University.
- Frykman, Maja Povrzanovic, e Katarina Mozetic (2020), "The importance of friends: social life challenges for foreign physicians in Southern Sweden", *Community, Work & Family*, 23 (4), pp. 385-400.
- Gericke, Dina, Anne Burmeister, Jil Löwe, Jürgen Deller e Leena Pundt (2018), "How do refugees use their social capital for successful labor market integration? An exploratory analysis in Germany", *Journal of Vocational Behavior*, 105, pp. 46-61.
- Gordinho, Bruno (2008), *Saberes, acreditação e acto profissional nos engenheiros electrotécnicos e informáticos: fechamento profissional ou abertura do mercado*, Lisboa, Iscte.
- Grin, François (2003), "Language planning and economics", *Current Issues in Language Planning*, 4 (1), pp. 1-66.
- ILO (2021), *ILO Global Estimates on International Migrant Workers. Results and Methodology. Third Edition*, Geneva, International Labour Organization.
- Liversage, Anika (2009), "Finding a path: investigating the labour market trajectories of high-skilled immigrants in Denmark", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35 (2), pp. 203-226.
- Luft, Stefan (2012), "Germany. Integration as a sensitive topic with many facets", em Vít Novotný (org.), *Opening the Door? Immigration and Integration in the European Union*, Bruxelas, Centre for European Studies, pp. 367-369.
- Magnusson, Karin, e Sayaka Osanami Törngren (2014), "Migration and integration of high-skilled migrants in Sweden", em Henrik Emilsson, Karin Magnusson, Sayaka Osanami Törngren e Pieter Bevelander (orgs.), *The World's Most Open Country. Labour Migration to Sweden after the 2008 Law*, Malmö, Malmö Institute for Studies of Migration, Diversity and Welfare, Malmö University.
- McPherson, Miller, Lynn Smith-Lovin e James M. Cook (2001), "Birds of a feather: homophily in social networks", *Annual Review of Sociology*, 27, pp. 415-444.
- Mohorko, Anja, Edith de Leeuw e Joop Hox (2013), "Internet coverage and coverage bias in Europe: developments across countries and over time", *Journal of Official Statistics*, 29 (4), pp. 609-622.

- Musterd, Sako (2003), "Segregation and integration: a contested relationship", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 29 (4), pp. 623-641.
- Peixoto, João, Isabel Tiago de Oliveira, Joana Azevedo, José Carlos Marques, Pedro Góis, Jorge Malheiros e Pedro M. Madeira (orgs.) (2016), *Regresso ao futuro. A nova emigração e a sociedade portuguesa*, Lisboa, Gradiva.
- Peixoto, João, Isabel Tiago de Oliveira, Joana Azevedo, José Carlos Marques, Pedro Góis, Jorge Malheiros, et al. (2021), "Nova emigração portuguesa: perfis, integração e expetativas", em Cláudia Pereira, Jorge Malheiros e João Peixoto (orgs.), *Três estudos sobre a nova emigração portuguesa*, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-Iscte, pp. 7-36.
- Piore, Michael J. (1979), *Birds of Passage. Migrant Labor and Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Putnam, Robert D. (2000), *Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community*, New York, Simon & Schuster.
- Raijman, Rebeca, e Moshe Semyonov (1998), "Best of times, worst of times, and occupational mobility: the case of Soviet immigrants in Israel", *International Migration*, 36 (3), pp. 291-312.
- Sassen, Saskia (1991), *The Global City. New York, London, Tokyo*, Princeton, Princeton University Press.
- Stier, Haya, e Marta Tienda (1992), "Family, work and women: the labor supply of Hispanic immigrant wives", *International Migration Review*, 26 (4), pp. 1291-1313.
- Udah, Hyacinth, Parlo Singh, Kiroy Hiruy e Lillian Mwanri (2019), "African immigrants to Australia: barriers and challenges to labor market success", *Journal of Asian and African Studies*, 54 (8), pp. 1-16.
- Vidigal, Inês, e Carlota Moura Veiga (2022), *Portuguese Emigration Factbook 2021*, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, Iscte-IUL.

Os novos migrantes portugueses no cantão de Zurique

Integração, redes e experiência vivida

Maria Carolina Pinto

Resumo Este capítulo analisa os percursos de integração dos novos fluxos migratórios portugueses no cantão de Zurique, Suíça, identificando como estes trajetos são moldados por fatores estruturais, relacionais e individuais. A investigação assenta numa metodologia mista, combinando dados quantitativos, entrevistas autobiográficas e semiestruturadas. Os resultados evidenciam processos de integração não lineares, mediados por redes sociais, vínculos simbólicos e condições estruturais. A análise propõe uma leitura situada da experiência migrante, contribuindo para aprofundar o conhecimento sobre os desafios e as estratégias de integração no contexto suíço.

Palavras-chave: Emigração portuguesa; Integração; Percursos migratórios; Redes sociais; Suíça.

Abstract This chapter analyses the integration trajectories of recent Portuguese migrants in the canton of Zurich, Switzerland, identifying how these paths are shaped by structural, relational and individual factors. The research adopts a mixed-methods approach, combining quantitative data with autobiographical and semi-structured interviews. The findings reveal non-linear integration processes mediated by social networks, symbolic ties, and structural conditions. The analysis proposes a situated understanding of migrant experience, contributing to and deepening the knowledge about the challenges and strategies of integration in the Swiss context.

Keywords: Portuguese migration; Integration; Migration trajectories; Social networks; Switzerland.

Introdução

A emigração portuguesa para a Suíça constitui um fenómeno consolidado, embora sujeito a transformações constantes. Desde a década de 1960, este destino acolhe sucessivas vagas migratórias provenientes de Portugal, com

perfis variados que refletem os contextos políticos, económicos e sociais de cada período. A partir de 2010, sobretudo na sequência da crise económica e das políticas de austeridade, observa-se um novo fluxo migratório, mais qualificado e marcado por projetos de mobilidade múltipla ou condicional. A especificidade destes percursos exige, por isso, uma atualização das ferramentas analíticas e interpretativas aplicadas ao estudo da integração dos migrantes portugueses na Suíça.

Neste capítulo propõe-se uma análise dos percursos de integração dos novos fluxos migratórios de portugueses residentes no cantão de Zurique.¹ O objetivo central consiste em compreender como estes percursos se desenham ao longo do tempo, que estratégias os migrantes mobilizam, que desafios enfrentam e como se posicionam perante a sociedade de acolhimento. Em particular, analisa-se o papel das redes, bem como a relevância das instituições suíças e portuguesas na integração. Este quadro analítico multidimensional (laboral, social, cultural e relacional) permite captar a pluralidade de experiências e estratégias individuais que estruturam o processo de integração.

O estudo articula uma abordagem metodológica quantitativa (questionário online) e qualitativa (entrevistas autobiográficas e semiestruturadas).

A originalidade do estudo resulta não apenas na recolha de novos dados sobre a nova emigração portuguesa, mas também na ênfase atribuída à autoavaliação da integração pelos próprios participantes. Para além dos indicadores objetivos (emprego, habitação e saúde), integra-se a dimensão subjetiva do processo: como percebem o seu percurso, que elementos valorizam, onde identificam pertença e que lacunas assinalam. Do ponto de vista teórico, entende-se a integração como processo dinâmico, não linear e condicionado por fatores estruturais (políticas migratórias e mercado de trabalho), relacionais (redes sociais e capital social) e individuais (domínio da língua e estratégias pessoais). Esta perspetiva permite ultrapassar leituras dicotómicas entre “integrado” e “não integrado”, assim como o chamado mito da “integração bem-sucedida” .

A Suíça constitui, neste contexto, um campo de análise particularmente pertinente. Com uma longa tradição de acolhimento de mão-de-obra estrangeira, nomeadamente nos setores da construção e das infraestruturas (Marques, 2008), não dispõe de um modelo nacional unificado de integração, adotando antes uma abordagem pragmática e descentralizada, ancorada no princípio da reciprocidade. Como referem D’Amato (2012) e Fibbi et al. (2010), a governação da integração permanece fragmentada, com forte delegação de competências aos cantões e às comunas. O acesso à cidadania exige, por sua vez, elevados níveis de integração social, económica, cultural e

1 Este capítulo decorre do projeto de investigação realizado no âmbito do Curso de Doutoramento em Relações Interculturais, Universidade Aberta, 2023.

linguística. Neste quadro, programas de integração cantonais como o Kantonales Integrationsprogramm (KIP), doravante designado Programa de Integração Cantonal (PIC), privilegiam a aprendizagem da língua local e a autonomia dos migrantes.

O presente estudo dialoga com investigações de referência sobre a emigração portuguesa na Suíça (Marques, 2008; Fibbi et al., 2010), articulando-as com contributos recentes sobre novos fluxos migratórios europeus, capital social e processos de integração. Apesar da existência de dados estatísticos produzidos pelo Bundesamt für Statistik (Suíça), pelo Observatório da Emigração e pela Embaixada de Portugal em Berna, persistem lacunas no domínio qualitativo. Como assinala Malheiros (2011), a emigração portuguesa permanece, durante anos, relativamente invisível no debate político e académico, sobretudo no que respeita aos fluxos pós-2010, o que reforça a relevância desta abordagem.

Deste modo, o capítulo organiza-se em três momentos: o enquadramento teórico e contextual; a apresentação da metodologia e da caracterização da amostra; e a análise dos resultados, seguida da síntese conclusiva. Este percurso permite reconfigurar a leitura da integração portuguesa na Suíça sob uma lente situada, plural e enraizada nas vivências concretas da nova diáspora.

Emigração portuguesa para a Suíça: contexto e tendências

A emigração portuguesa para a Suíça inscreve-se num percurso histórico marcado por mudanças profundas nos perfis, nas motivações e nas condições de integração dos emigrantes. A compreensão destes movimentos exige uma leitura diacrónica que articule fases distintas desde os fluxos laborais massivos do século XX até às mobilidades qualificadas e diversificadas das últimas décadas, permitindo situar a análise empírica dos novos fluxos (2013-2019) num quadro interpretativo mais amplo.

Fluxos emigratórios portugueses para a Suíça (1960-2012)

A década de 1960 assinala o início de um fluxo expressivo de emigrantes portugueses para a Suíça, enquadrado na reconstrução europeia do pós-guerra e nos acordos bilaterais de recrutamento de mão-de-obra. Esta emigração era maioritariamente masculina, jovem e oriunda de meios rurais, com baixos níveis de escolaridade, sendo canalizada para setores exigentes e pouco qualificados, geralmente em regime temporário e com forte circularidade (Marques, 2008). Durante a década de 1980, apesar da continuidade de algumas saídas, observa-se uma retração relativa, acompanhada por alterações graduais nos padrões de mobilidade.

Nos anos 1990 emerge um novo ciclo, caracterizado pela diversificação dos perfis, pela intensificação do reagrupamento familiar e por uma feminização progressiva dos fluxos (Fibbi et al., 2010). A mobilidade torna-se mais pendular e estratégica, refletindo projetos familiares mais estáveis e maior fixação residencial.

A partir de 2002 a Suíça consolida-se como destino alternativo e altamente atrativo, combinando estabilidade económica, qualidade de vida e condições laborais mais favoráveis. Verifica-se uma renovação geracional e um aumento dos níveis formais de qualificação (Marques, 2008). A crise económica em Portugal (2008-2010) intensifica novamente a saída de portugueses, enquanto o endurecimento das políticas migratórias em França e Alemanha reforça a reorientação para a Suíça (Marques, 2008). Entre 2000 e 2009, os fluxos crescem de 4.311 para mais de 20.000 entradas anuais, acompanhados por perfis mais jovens, escolarizados e com projetos familiares de médio e longo prazo. Esta recomposição cria as bases das transformações que irão marcar o período seguinte.

Evolução recente dos fluxos e reconfiguração dos perfis (2013-2019)

O período 2013-2019 constitui a fase empírica central deste estudo e corresponde a uma etapa de intensificação e reconfiguração dos fluxos portugueses para a Suíça. Este ciclo resulta da interação entre os efeitos prolongados da crise económico-financeira em Portugal e a sólida atratividade suíça, marcada por estabilidade institucional, diversidade setorial e oportunidades profissionais consistentes. Trata-se de um momento de viragem, que rompe com padrões históricos e introduz maior heterogeneidade social, educativa e profissional. Esta viragem é corroborada pelo aumento expressivo das entradas de portugueses na Suíça a partir de 2013, com 29.667 entradas registadas nesse ano, correspondendo a cerca de 19% do total de imigrantes estrangeiros e pela consolidação da população portuguesa enquanto terceira maior comunidade estrangeira residente no país (BFS; STATPOP, 2016).

A partir de 2013, os fluxos tornam-se mais irregulares e diferenciados, articulando fatores de necessidade, como o desemprego, a instabilidade económica e a precariedade com estratégias de reconstrução pessoal e familiar. Os setores da saúde, restauração e dos serviços pessoais assumem particular relevância, acolhendo uma parte expressiva dos recém-chegados. Paralelamente, observam-se mobilidades descendentes e circulares, associadas a vínculos precários e perfis intermédios de qualificação.

Este período evidencia igualmente um aprofundamento da feminização dos fluxos, com crescente presença de mulheres em idade ativa, muitas com filhos, cujos percursos se orientam por projetos de estabilidade, segurança e ancoragem comunitária. Os desafios à integração tornam-se mais visíveis: barreiras linguísticas, dificuldades no acesso à habitação e experiências

dispersas de discriminação, revelam os limites dos modelos clássicos de integração. Ainda assim, este ciclo confirma que a integração é moldada por estratégias situadas e pela capacidade de mobilizar redes familiares, profissionais e digitais. Estas dinâmicas recentes sublinham a necessidade de compreender quem compõe a atual população portuguesa na Suíça e como os seus perfis se têm reconfigurado ao longo das últimas décadas.

Características sociodemográficas da população portuguesa na Suíça

A caracterização sociodemográfica da população portuguesa antes e durante o período em análise revela padrões consistentes que ajudam a compreender as condições de integração dos novos fluxos. Entre 2000 e 2012, a comunidade portuguesa apresenta um perfil predominantemente laboral, com forte presença de adultos em idade ativa. Em 2012, 55% dos emigrantes são homens e 45% mulheres, refletindo uma feminização gradual (Pires et al., 2014). A população concentra-se sobretudo nas faixas etárias dos 25-39 anos (36%) e dos 40-64 anos (45%), permanecendo sub-representados os grupos mais jovens e mais idosos.

O nível de escolaridade é tendencialmente baixo: 80% dos residentes possuem apenas o ensino básico, 14% o ensino secundário e 5% o ensino superior (Pires et al., 2014). Esta configuração reflete-se diretamente na inserção profissional, com forte concentração em ocupações pouco qualificadas. Em 2012, a maioria dos portugueses empregados na Suíça encontrava-se ainda nas categorias de operários, artífices e trabalhadores similares (26%) e de pessoal dos serviços e vendedores (23%). As funções técnicas (8%), os quadros superiores (4%) e os cargos de direção (2%) têm expressão reduzida.

Embora estes dados se refiram sobretudo a fluxos anteriores, eles persistem na década seguinte. Segundo o inquérito Migration-Mobility Survey (MMS) 2020, citado em Fibbi et al. (2025), 26% dos portugueses recém-chegados entre 2006 e 2020 têm mais de 45 anos, indicando tendência de envelhecimento gradual e manutenção de perfis laborais tradicionais. Ainda assim, observa-se uma lenta diversificação das qualificações e áreas de emprego, em linha com a reconfiguração dos fluxos entre 2013 e 2019.

Geograficamente, os portugueses concentram-se sobretudo em cantões urbanos francófonos, como Vaud, Genebra, Valais e Friburgo, onde se consolidaram redes históricas de acolhimento. Contudo, a década recente traz uma deslocação progressiva para Zurique, que se afirma presentemente como um espaço central de fixação, combinando oportunidades de emprego, diversidade sociocultural e trajetórias de estabilização residencial mais prolongadas (Marques, 2008). Em 2020, segundo a Embaixada de Portugal em Berna (2024), residem na Suíça 263.212 portugueses, com forte presença em Vaud (57.812), Genebra (34.208), Valais (30.074) e Zurique (28.905), confirmando uma presença demográfica consolidada e territorialmente diferenciada.

É neste enquadramento que o cantão de Zurique assume particular relevância, não apenas pela sua dimensão populacional, mas por constituir um espaço privilegiado para observar como políticas, estruturas e redes locais moldam os percursos de integração.

Cantão de Zurique: políticas, estruturas e atores da integração

O cantão de Zurique constitui um dos contextos demográficos e institucionais mais relevantes da Suíça contemporânea, não só pela sua dimensão populacional, mas também pela diversidade social que caracteriza o território. Em finais de 2020, residem no cantão cerca de 1,55 milhões de habitantes, o que o torna o mais populoso da Suíça, apresentando igualmente uma densidade de 898 habitantes por km² em 2020, uma das mais elevadas da Europa (Statistisches Amt des Kantons Zürich, 2020). Um em cada quatro residentes possui nacionalidade estrangeira e um em cada seis tem mais de 65 anos. Entre 2010 e 2020, a população total aumenta 13%, correspondendo a mais de 180.000 novos residentes.

No que respeita à população estrangeira, esta atinge aproximadamente 421.000 pessoas em 2019, representando cerca de 27% da população residente. Entre 2010 e 2019, este aumento corresponde a um crescimento relativo de 25%, o que reforça Zurique como um dos principais destinos de mobilidade internacional no país (Inquérito à População Cantonal, STAT, 2020).

As nacionalidades mais representadas incluem a alemã, a italiana, a espanhola e a portuguesa. No caso português, observa-se um crescimento até ao início da década de 2010, seguido de uma ligeira redução nos anos mais recentes, associada sobretudo ao regresso ao país de origem (STAT, 2020).

A análise deste enquadramento demográfico exige considerar as políticas de integração vigentes. No cantão de Zurique, estas políticas alinham-se com as diretrizes federais, operacionalizadas através do Programa de Integração Cantonal (PIC), em vigor desde 2014. O PIC constitui o principal instrumento de governação multinível da integração na Suíça, articulando responsabilidades entre Confederação, cantões e comunas, com base no Artigo 58.º da Lei Federal sobre Estrangeiros e Integração (AIG). O seu financiamento partilhado permite definir metas plurianuais em áreas estratégicas como educação, língua, habitação, mercado de trabalho, saúde, participação cívica e coesão social.

A aprendizagem da língua local assume um papel estruturante neste modelo, refletindo a centralidade atribuída ao domínio linguístico nos processos de integração. O programa nacional FIDE (Français, Italiano, Deutsch) certifica competências linguísticas e conhecimentos sobre o quotidiano suíço, funcionando como requisito formal em processos de residência de longa duração e naturalização. Esta orientação integra-se com a política promovida pelo Secretariado de Estado das Migrações (SEM), que enfatiza

responsabilidade partilhada, igualdade de acesso aos serviços públicos e participação cívica. No caso de Zurique, estas metas são aplicadas de forma consistente, mas também adaptadas às realidades socioculturais específicas do território.

Este enquadramento político traduz-se numa arquitetura institucional densa. A coordenação das políticas cantonais é assegurada pela Fachstelle Integration, unidade da Direção da Justiça e do Interior, que desempenha um papel central na mediação entre instituições, comunas e sociedade civil. Para além de emitir orientações técnicas, a Fachstelle garante apoio financeiro a projetos locais, promove cooperação interinstitucional e atua como plataforma de circulação de informação, práticas e recursos. Ao nível comunal, as estratégias variam consoante as características demográficas e os recursos disponíveis: algumas comunas desenvolvem abordagens robustas e proativas, enquanto outras adotam respostas mais setoriais ou reativas.

A este sistema formal acresce um ecossistema de atores da sociedade civil que complementa as políticas institucionais. Organizações não-governamentais, associações de migrantes, paróquias e redes de voluntariado oferecem apoio linguístico, jurídico, psicológico e social, assegurando também espaços de pertença e de coesão comunitária. No caso português, existem 16 associações recensadas na área consular de Zurique em 2023, desempenhando funções de mediação cultural, apoio social e preservação identitária. Como sublinha Horta (2010), o associativismo constitui um espaço estruturante de mobilização social e reforço identitário nos processos de adaptação e integração.

Paralelamente, as plataformas digitais e redes sociais consolidam-se como canais informais de integração, funcionando como sistemas de ajuda mútua que facilitam a circulação de informação, a orientação institucional e a partilha de estratégias de adaptação.

O Consulado-Geral de Portugal em Zurique representa um ator particularmente relevante neste ecossistema, articulando dimensões diplomáticas, administrativas e sociocomunitárias. Além das competências consulares, desenvolve iniciativas conjuntas com entidades suíças e apoia iniciativas socioculturais. Funciona como ponte entre estruturas formais (Fachstelle e comunas) e redes informais (associações e plataformas digitais), contribuindo para modelos de cooperação horizontal e culturalmente sensíveis.

A integração no cantão de Zurique resulta, assim, da articulação entre políticas públicas, estruturas cantonais e comunais, organizações comunitárias e redes informais de suporte. Esta constelação de atores evidencia que a integração não depende exclusivamente de dispositivos institucionais, mas da conjugação de iniciativas, relações e mediações que moldam os percursos dos migrantes num dos contextos mais dinâmicos e complexos da Suíça. A leitura integrada destes níveis de atuação oferece o enquadramento necessário para interpretar, de forma situada, as dinâmicas analisadas e sustenta a transição para o quadro teórico que se segue.

Paradigmas e fundamentos teóricos de integração

Interpretar os processos de integração migratória exige uma leitura que vá além dos modelos normativos. A inserção dos migrantes nas sociedades de acolhimento tem sido amplamente estudada, mobilizando um leque diversificado de abordagens teóricas e metodológicas. Neste capítulo, opta-se por uma seleção criteriosa de paradigmas e fundamentos teóricos que sustentam a análise dos fluxos migratórios portugueses recentes para a Suíça. A integração é aqui entendida como um processo relacional e multidimensional, onde fatores estruturais e subjetivos se entrecruzam, influenciando trajetórias individuais e coletivas. Neste sentido, as teorias das redes migratórias, capital social e do transnacionalismo assumem especial relevância, captando dinâmicas de pertença, circulação de recursos e ancoragem identitária em contextos migratórios complexos. A abordagem proposta afasta-se das leituras normativas e centra-se na construção de um modelo analítico próprio, articulado com os dados empíricos.

Redes migratórias, capital social e transnacionalismo

A compreensão do fenómeno de mobilidade internacional pressupõe uma análise cruzada das teorias sobre as redes migratórias, o capital social e as práticas transnacionais. Estas oferecem ferramentas analíticas que permitem interpretar como os fluxos se sustentam ao longo do tempo, muitas vezes graças à persistência de laços interpessoais e vínculos com as geografias de origem. No caso específico da emigração portuguesa no cantão de Zurique, estas teorias revelam-se interdependentes e essenciais para captar a complexidade dos percursos de integração.

As redes migratórias consistem em relações que ligam emigrantes, ex-emigrantes e não migrantes, funcionando como canais de circulação de informação, apoio e recursos (Faist, 2000; Castles & Miller, 2009). São sistemas relacionais compostos por familiares e amigos, com um papel determinante na decisão de emigrar, no acesso a recursos práticos e no suporte emocional. Segundo Boyd & Nowak (2012, cit. em King, 2012), estas redes podem ser familiares, pessoais ou laborais, permitindo compreender a diversidade de funções que desempenham ao longo das diferentes fases do percurso migratório. No caso português, possuem um peso histórico e cultural significativo, reproduzido por ciclos sucessivos de emigração.

No contexto suíço, em particular no cantão de Zurique, as redes migratórias revelam-se determinantes na instalação dos migrantes portugueses. Atuam como mecanismos de mobilização de recursos, ajudando a mitigar as dificuldades iniciais. No entanto, a forte presença de redes intranacionais pode ter efeitos ambivalentes se, por um lado, facilitam a adaptação nos primeiros tempos, por outro, tendem a restringir o acesso a contextos de inserção mais amplos e a oportunidades de integração plena.

A análise do capital social aprofunda a leitura dos fenómenos migratórios ao considerar os recursos associados à pertença e ao reconhecimento mútuo (Bourdieu, 1980). Portes (1998) e Putnam (2000) distinguem entre *bonding social capital* (laços fortes e fechados) e *bridging/linking social capital* (laços fracos e intergrupais), com acesso a instituições e recursos diversos. No caso suíço, a emigração portuguesa tende a gerar capital social fechado, com forte densidade interna e reduzida capacidade de criar pontes com o exterior e de construir de ligações intergrupais para fora da comunidade.

Este desequilíbrio manifesta-se numa integração limitada em que os migrantes se mantêm economicamente ativos, mas com fraca inserção cívica ou política. Os dados empíricos revelam, por um lado, fortes dinâmicas de coesão interna e, por outro, uma desconfiança face às instituições locais. O capital social funciona, assim, como uma lente crítica para compreender os limites da integração real, para além da inserção formal. Embora ofereça apoio e proteção, pode também operar como mecanismo de controlo ou exclusão, sobretudo quando associado a relações hierarquizadas.

O transnacionalismo complementa este quadro, ao sublinhar a permanência de práticas, identidades e lealdades que atravessam fronteiras nacionais. Glick Schiller et al. (1995) e Vertovec (2009) consideram-no como a chave interpretativa indispensável para compreender os modos contemporâneos de habitar dois mundos. Longe de ser um fenómeno excepcional, o transnacionalismo configura, hoje, um padrão crescente nas migrações. Do ponto de vista teórico, permite recentrar a análise na formação de comunidades transnacionais e na persistência de laços com os países de origem (Castles, 2005; Marques, 2008), valorizando a multiplicidade de pertenças e questionando a ideia de que integração implica necessariamente assimilação.

Integração como processo relacional, multidimensional e situado

A integração não deve ser entendida como um processo linear, unidirecional ou meramente administrativo. Diversos autores têm sublinhado que, antes de tudo, se trata de um processo relacional marcado por interações contínuas entre migrantes e sociedade de acolhimento, envolvendo simultaneamente múltiplos domínios (Penninx & Garcés-Mascareñas, 2016). Esta abordagem multidimensional permite superar leituras normativas centradas na aquisição de competências linguísticas ou na obtenção de um estatuto jurídico de residência. Ao abrir espaço para uma análise mais ampla, considera igualmente o acesso ao mercado de trabalho, à habitação, à saúde, à educação e à participação cívica. Além disso, a integração implica reconhecimento, pertença e interação mútua, exigindo não apenas a adaptação por parte dos migrantes, mas também a disponibilidade da sociedade de acolhimento em gerir a diversidade (Favell, 2003; Zapata-Barrero, 2017). Neste sentido, o processo integra componentes subjetivas e simbólicas que nem sempre se

refletem nos indicadores estatísticos, mas que surgem com clareza nos discursos autobiográficos dos migrantes, como os recolhidos nesta investigação.

Neste quadro, a integração assume uma natureza dinâmica e contextual, variando consoante fatores como o tempo de residência, o estatuto jurídico, o género, a escolaridade, a trajetória migratória e os recursos sociais disponíveis. Trata-se, portanto, de um processo não homogêneo, que pode envolver momentos de avanço, estagnação ou até retrocesso. Esta heterogeneidade manifesta-se nas narrativas recolhidas junto de migrantes portugueses no cantão de Zurique, onde surgem simultaneamente sinais de adaptação bem-sucedida e relatos de frustração, precariedade ou exclusão. A integração é um campo de tensões entre expectativas, oportunidades e realidades concretas. Não depende exclusivamente da vontade individual dos migrantes, mas das políticas públicas de acolhimento, do posicionamento das instituições e do clima social e político da sociedade recetora. Reconhecer esta complexidade é indispensável para compreender, em profundidade, as dinâmicas que influenciam a experiência migratória portuguesa na Suíça contemporânea.

Modelo analítico tridimensional da integração

A proposta teórica de Penninx e Garcés-Mascareñas (2016) representa um dos contributos mais relevantes para a compreensão da integração enquanto processo multidimensional e multinível, afastando-se de abordagens normativas centradas na “boa integração” como estado final. Segundo estes autores, a integração deve ser analisada nas dimensões: jurídico-política, sócio-económica e cultural. Na dimensão jurídico-política, destaca-se a relação entre os migrantes e o Estado, no que concerne ao acesso ao estatuto legal, à residência, à nacionalidade e à participação cívica e política. Na dimensão sócio-económica, a ênfase recai sobre a inserção no mercado de trabalho, no acesso à habitação, à educação e à saúde bem como à mobilidade e estabilidade profissionais. Por fim, a dimensão cultural diz respeito à interação entre valores, normas e identidades, abrangendo aspetos como o domínio linguístico, o reconhecimento mútuo e a pertença simbólica. Este modelo permite uma análise mais detalhada e articulada das trajetórias de integração, ajudando a identificar desfaseamentos ou bloqueios entre dimensões, tais como, os casos em que existe estabilidade laboral, mas persistem obstáculos à obtenção da nacionalidade, ou situações de reconhecimento cultural limitado, apesar de uma boa inserção económica. A sua aplicação ao contexto suíço, e, em particular, aos dados recolhidos no cantão de Zurique, possibilita uma leitura mais fina dos mecanismos que facilitam ou dificultam a integração dos migrantes portugueses.

Metodologia

Abordagem metodológica mista

Devido à complexidade intrínseca ao fenómeno da integração, a investigação adotou uma metodologia mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Esta abordagem exploratória, de natureza sequencial, iniciando-se com a recolha quantitativa e aprofundando-se posteriormente através da análise qualitativa, revelou-se particularmente eficaz para compreender, de forma ampla e aprofundada, os percursos de integração dos novos fluxos migratórios portugueses no cantão de Zurique. A opção por uma pluralidade de técnicas assentou na lógica da complementaridade entre dados estatísticos e narrativas autobiográficas, permitindo articular diferentes níveis de análise. Neste sentido, a triangulação metodológica tornou possível delinear perfis sociodemográficos sustentados em evidência quantitativa e aceder a dimensões subjetivas frequentemente ausentes em estudos centrados num único método.

Instrumentos e procedimentos de recolha de dados

Para a recolha de dados recorreu-se ao questionário online, a entrevistas autobiográficas e a entrevistas semiestruturadas. Esta configuração metodológica possibilitou o acesso a múltiplos níveis de informação, cruzando dados estatísticos com narrativas individuais e perceções institucionais. O questionário online, concebido com base na literatura especializada sobre integração em contextos migratórios, integrou cinco dimensões de análise: (1) perfil sociodemográfico; (2) acesso ao trabalho, habitação e saúde; (3) interação linguística; (4) reconhecimento de habilitações e competências profissionais; (5) papel das instituições e autoavaliação do processo de integração.

O instrumento foi desenvolvido na plataforma SurveyMonkey e divulgado através de redes sociais digitais (Facebook, LinkedIn, InterNations), tendo gerado 361 respostas válidas.

A componente qualitativa integrou seis entrevistas autobiográficas e cinco entrevistas semiestruturadas. As primeiras incidiram sobre percursos de vida, motivações de partida, redes de apoio, dificuldades e estratégias de adaptação. As entrevistas semiestruturadas foram dirigidas a representantes de associações portuguesas, páginas comunitárias digitais, líderes religiosos e um representante sindical, com o objetivo de captar perceções institucionais sobre os desafios e mecanismos de apoio à integração no cantão de Zurique.

As entrevistas decorreram por videoconferência (Zoom), entre abril e novembro de 2021, seguindo a técnica de amostragem “bola de neve”, iniciada com um apelo no final do questionário e ampliada por contactos pessoais e institucionais. A análise foi complementada por observação sistemática das páginas digitais das entidades envolvidas.

Definição da amostra, tratamento de dados e princípios éticos

A amostra incluiu emigrantes de nacionalidade portuguesa, com idades entre os 18 e os 45 anos, residentes no cantão de Zurique entre 2013 e 2019. O critério de seleção adotado foi não probabilístico, por conveniência, privilegiando a acessibilidade dos participantes através da mobilização de redes sociais digitais.

A delimitação etária entre os 18 e os 45 anos segue o recorte analítico do estudo, centrado nos novos fluxos migratórios associados ao período pós-crise económica, bem como na literatura que identifica esta faixa etária como a mais representativa nos movimentos migratórios laborais recentes para a Suíça.

A inclusão de participantes com autorizações de residência temporária (tipo B) e permanente (tipo C) possibilitou uma leitura comparativa dos percursos de adaptação, com especial atenção às condições legais e aos desafios enfrentados ao longo do tempo.

O tratamento dos dados seguiu uma lógica metodológica complementar. Os dados quantitativos foram analisados com recurso a estatística descritiva e ao cruzamento de variáveis, utilizando o software Microsoft Excel. Os dados qualitativos foram examinados a partir do conteúdo das entrevistas, da observação das redes digitais e da identificação de percepções subjetivas sobre o processo de integração.

A triangulação permitiu cruzar diferentes fontes e níveis de informação, reforçando a robustez analítica dos resultados e captando padrões estruturais, emocionais e relacionais dos percursos migratórios.

No plano ético, o estudo respeitou os princípios fundamentais da investigação em ciências sociais, nomeadamente o consentimento informado, a voluntariedade da participação e a confidencialidade dos dados. No inquérito por questionário, utilizou-se uma linguagem acessível e clara, acompanhada de explicação sobre os objetivos do estudo, o perfil da investigadora e o uso futuro dos dados recolhidos.

Nas entrevistas, o consentimento foi obtido verbalmente e gravado, garantindo-se o direito à não resposta, à livre expressão e à total confidencialidade. O contexto digital imposto pelas restrições pandémicas exigiu adaptações metodológicas e éticas, incluindo a criação de perfis específicos para contactar participantes e uma presença respeitosa e não intrusiva nos espaços digitais.

O posicionamento da investigadora, enquanto emigrante portuguesa residente no cantão de Zurique, implicou um exercício contínuo de equilíbrio entre proximidade experiencial e distanciamento analítico. Esta localização social constituiu simultaneamente um recurso epistemológico e um desafio ético, mitigado através de escuta ativa, empatia crítica e conduta responsável. O conhecimento situado foi mobilizado como instrumento metodológico, sem comprometer a fiabilidade e a rigorosidade da análise.

Apresentação e discussão dos principais resultados

Caracterização sociodemográfica da amostra

A amostra quantitativa do presente estudo foi composta por 361 participantes, com estatuto de residência legal e experiência migratória igual ou superior a dois anos no cantão de Zurique. A caracterização sociodemográfica visou identificar o perfil de base dos inquiridos e enquadrar, de forma situada, as dinâmicas de integração observadas. No que concerne ao sexo, a distribuição da amostra, tal como apresentada na figura 3.1, evidenciou um predomínio de participantes do sexo feminino, 58,3% (n=210) face a 41,7% (n=150) do sexo masculino. Dos 361 participantes, 360 indicaram o sexo, registando-se um caso sem resposta. Esta diferença poderá ser interpretada, à luz de outros dados analisados ao longo do capítulo, como reflexo da crescente presença de mulheres portuguesas na emigração recente, quer em processos de reagrupamento familiar, quer através de projetos migratórios individuais. Relativamente à distribuição etária da amostra, os dados apresentados na figura 3.2 apontaram para uma predominância do grupo entre os 30 e os 39 anos 55,1%, (n=199), seguido dos grupos entre os 18 e os 29 anos (24,9%) e entre os 40 e os 45 anos (19,9%). O padrão etário sugere um perfil maioritariamente jovem-adulto, em fase ativa da vida profissional e familiar.

Quanto às habilitações escolares, os dados apontaram para um capital educativo significativo. Mais de metade dos inquiridos possuíam formação superior (53,5%), distribuída entre licenciatura (22,7%), mestrado (23%), pós-graduação (3,9%) e doutoramento (3,9%). Adicionalmente, 11,4% frequentaram cursos técnico-profissionais, 17,5% concluíram o ensino secundário (12.º ano) e 17,2% o terceiro ciclo do ensino básico (9.º ano), sendo residual (0,6%) a percentagem com apenas o segundo ciclo do ensino básico como habilitação máxima. Esta distribuição escolar, ilustrada na figura 3.3, confirmou a diversidade dos perfis migratórios portugueses e contrariou a imagem, ainda persistente, de uma emigração pouco qualificada. A presença expressiva de níveis superiores de escolaridade reforça a pertinência de analisar em que medida tais competências são efetivamente reconhecidas e valorizadas no contexto suíço.

Relativamente ao estado civil, a maioria dos participantes declarou-se casada ou em união de facto (58,2%), seguindo-se os solteiros (38%) e, em menor número, os divorciados ou separados (3,9%), como se observa na figura 3.4. Esta distribuição sugere uma estabilidade afetiva e familiar entre os inquiridos, associada à decisão de permanência no país e ao investimento em percursos de integração de médio e longo prazo.

A leitura deste perfil demográfico oferece o enquadramento necessário para analisar os momentos de entrada no país e os estatutos de residência, dimensões estruturantes para compreender a estabilidade e a progressão dos percursos migratórios.

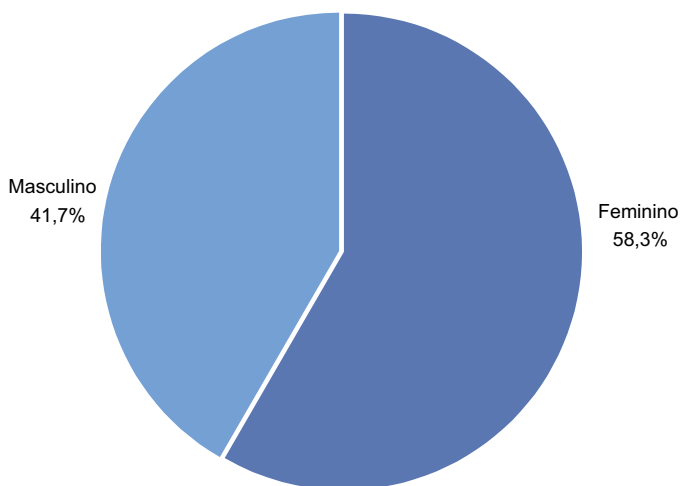


Figura 3.1 Distribuição da amostra, por sexo (%)

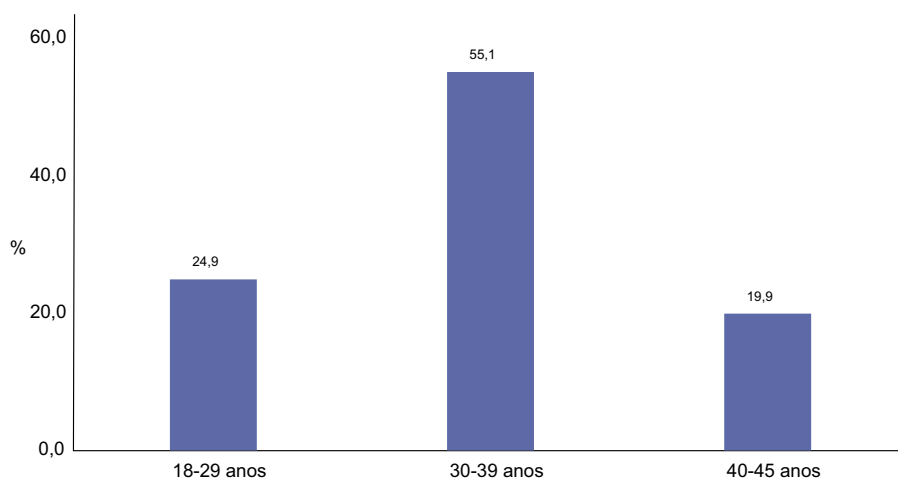


Figura 3.2 Distribuição etária da amostra (%)

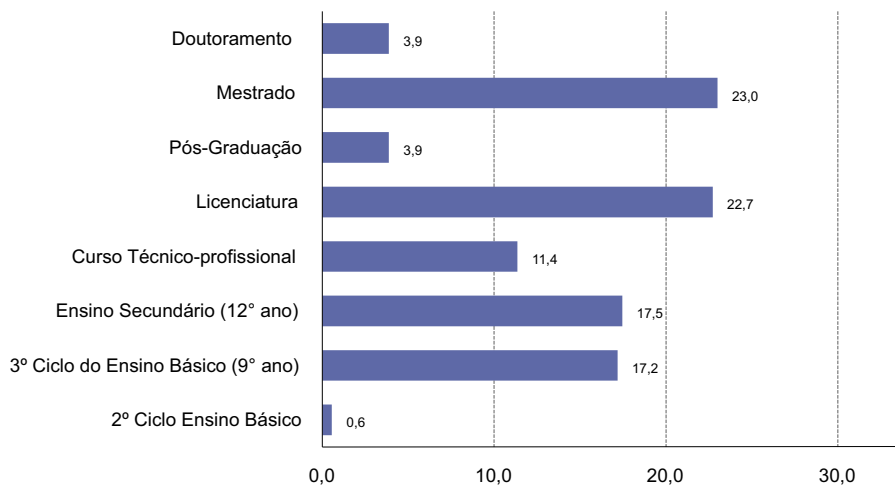


Figura 3.3 Distribuição das habilitações escolares da amostra (%)

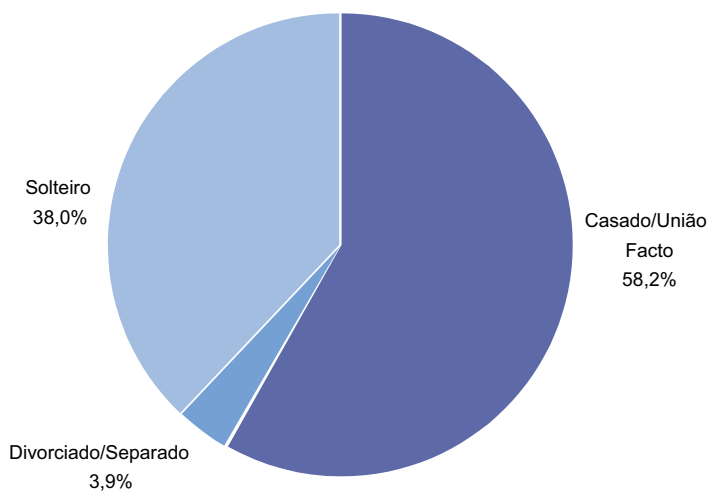


Figura 3.4 Distribuição do estado civil da amostra (%)

Ano de entrada e estatutos de residência

A análise do ano de entrada dos migrantes portugueses no cantão de Zurique revelou uma clara concentração em 2013, ano que correspondeu ao pico de entradas (43,5%), como ilustrada na figura 3.5. Este valor refletiu o impacto da crise económica em Portugal e a intensificação dos fluxos migratórios nesse período. A partir de 2014, registou-se uma redução e posterior estabilização gradual dos fluxos, com 19,4% entre 2014-2015, 19,7% entre 2016-2017 e 17,5% no biénio 2018-2019. Este padrão confirma a centralidade de 2013 e aponta para uma tendência subsequente de maior regularidade e estabilização progressiva das entradas.

Relativamente ao estatuto de residência, registou-se o predomínio da autorização C (53,7%), associada a estadias prolongadas e a percursos de integração consolidados. A autorização B, atribuída a residentes temporários com autorizações anuais renováveis, representou 44% dos casos, encontrando-se frequentemente ligada ao reagrupamento familiar ou a vínculos laborais. Por sua vez, os estatutos L (de curta duração) e as situações de dupla nacionalidade apresentaram valores residuais (2,2%), maioritariamente associados a mobilidades académicas ou a permanências de curta duração (figura 3.6). Em conjunto, estes dados evidenciam perfis marcados pela intenção de permanência, reforçando a tendência de consolidação observada após a entrada inicial.

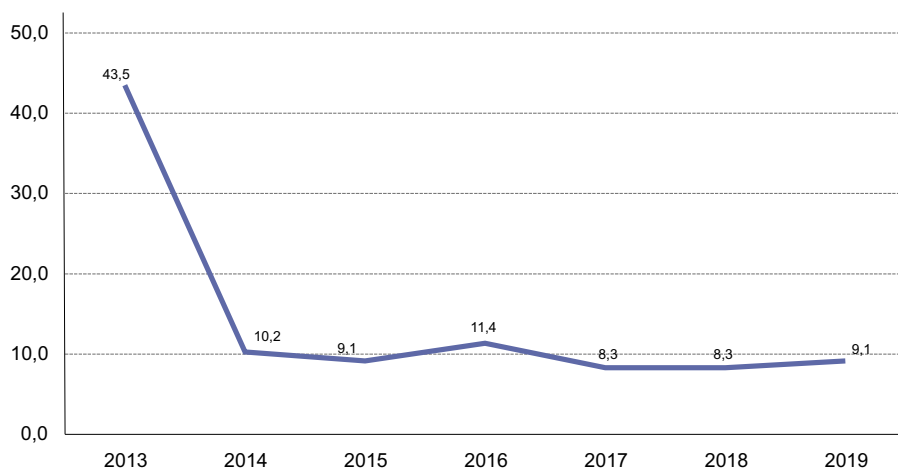


Figura 3.5 Entrada no cantão de Zurique, por ano (%)

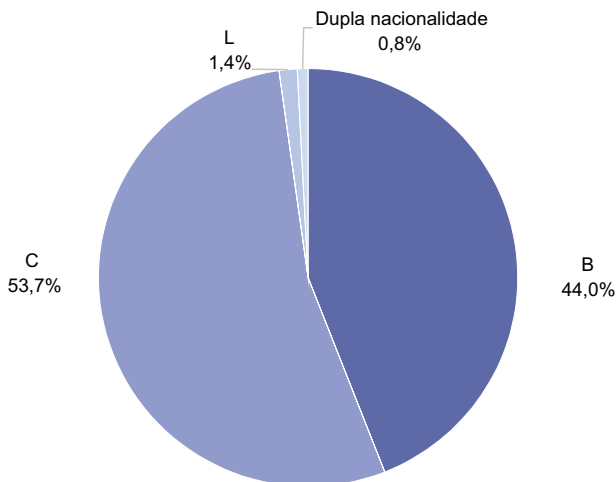


Figura 3.6 Tipos de autorização de residência (%)

Integração inicial: acesso ao mercado de trabalho, à habitação e à saúde

Os dados recolhidos indicaram que a maioria dos participantes beneficiou do suporte familiar ou conjugal na fase inicial do processo migratório. Cerca de 66% dos inquiridos referiram ter vivido, aquando da sua instalação no cantão de Zurique, com cônjuges ou familiares, o que funcionou como um fator de acolhimento prático e emocional (figura 3.7). Esse apoio mitigou o impacto da chegada e facilitou a adaptação aos primeiros desafios do quotidiano suíço. A integração inicial foi igualmente favorecida por uma entrada já enquadrada no mercado de trabalho. Entre os portugueses inquiridos, 58% emigraram com garantia de uma oferta de emprego, o que permitiu uma transição mais estável e o acesso imediato a outras dimensões essenciais do processo de instalação. O início do percurso migratório com um posto de trabalho assegurado revelou-se, assim, determinante para a consolidação da integração no novo país.

No acesso à habitação, 80,1% dos inquiridos referiram ter tido facilidade na obtenção de alojamento, sugerindo a ativação de redes de apoio ou canais de informação pré-existentes. De igual modo, 83,7% afirmaram ter conseguido aceder rapidamente ao seguro de saúde obrigatório, garantindo cobertura médica e evitando situações de vulnerabilidade. De forma geral, os resultados apontam para uma instalação inicial relativamente facilitada, apoiada por vínculos familiares e laborais pré-estabelecidos. Apesar dos desafios, esta fase foi vivida por muitos portugueses como um período de transição com suporte, alguma estabilidade e um grau mínimo de previsibilidade, sobretudo entre os que integraram redes pessoais no momento da chegada.

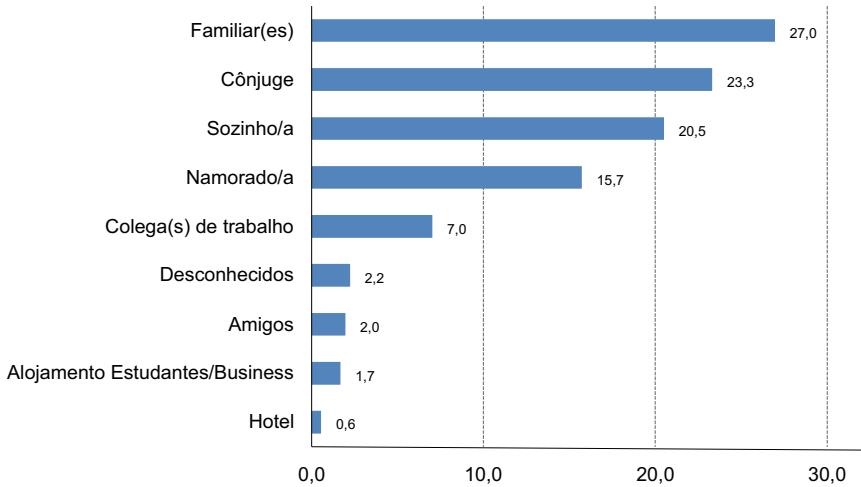


Figura 3.7 Com quem viveu quando chegou (%)

Estratégias de integração: redes interpessoais e mediações institucionais

A importância atribuída aos diferentes tipos de redes e instituições ao longo do percurso de integração evidencia uma preferência marcada pelas estruturas informais, em detrimento das respostas institucionais. De acordo com os dados apresentados na figura 3.8, emergem três eixos centrais de sociabilidade e apoio: (1) os contactos com colegas suíços classificados como importantes ou muito importantes por 62,1% dos inquiridos, funcionando como porta de entrada para normas locais, oportunidades profissionais e rotinas sociais; (2) as redes de amigos e familiares portugueses, igualmente valorizadas (60,2%), sobretudo na fase inicial, pela ajuda prática e emocional; (3) as redes sociais online e diásporas digitais, nomeadamente grupos de emigrantes no Facebook, cuja relevância embora mais moderada, é confirmada por 32,3% dos inquiridos que as classificaram como importantes ou muito importantes. Em contraste, as associações portuguesas, classificadas como pouco ou nada importantes por 58,5% dos inquiridos, e, de forma ainda mais evidente, as instituições estatais portuguesas (52,8%), como o Consulado-Geral de Portugal em Zurique, foram maioritariamente percebidas como tendo pouca ou nenhuma relevância no apoio direto ao percurso migratório. O mesmo sucedeu com as instituições estatais suíças, como as Comunas, associadas sobretudo ao cumprimento de tarefas administrativas obrigatórias, sem impacto relevante no apoio à integração.

Neste quadro, as redes de proximidade assumiram um papel estruturante na navegação do processo migratório, mobilizando funções diversas:

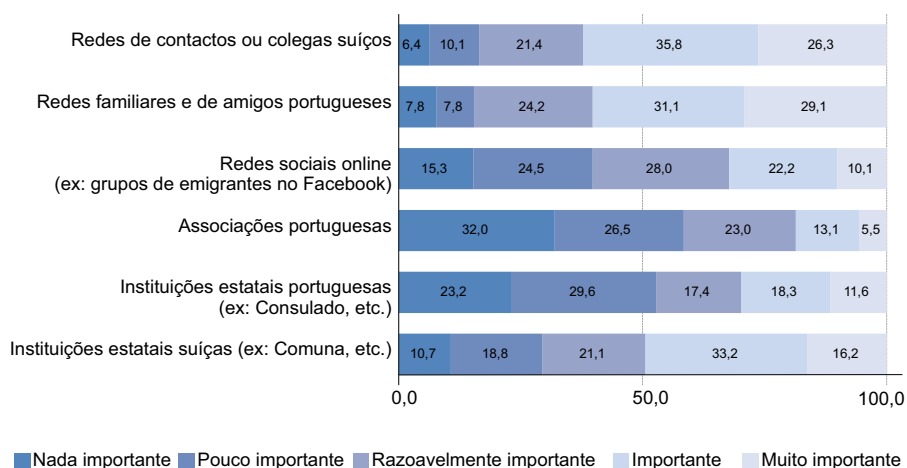


Figura 3.8 Importância atribuída às redes e instituições no processo de integração (%)

apoio inicial à instalação, facilitação do acesso à habitação e ao emprego, mediação cultural, superação de barreiras administrativas e linguísticas e circulação de informação fiável. Esta multiplicidade de apoios é testemunhada em seguida:

Eu perguntava: como faço isto, como faço aquilo? Eles ajudavam-me sempre, a minha madrinha, o meu padrinho, os meus tios e primos. (E1)

Para além da ajuda prática, estas redes funcionaram como verdadeiras estruturas mediadoras, tornando o percurso de integração mais seguro, orientado e emocionalmente sustentado. A sua capacidade de gerar pertença e continuidade social revelou-se também no acesso a oportunidades profissionais, como ilustra o testemunho de um participante:

O trabalho onde estou atualmente foi através da rede de amigos do hospital. (E4)

Assim, a integração dos inquiridos assentou numa ecologia relacional na qual as redes informais e digitais ofereceram um apoio efetivo, compensando a limitada atuação das instituições formais. Esta dinâmica torna-se particularmente evidente na autoavaliação dos próprios migrantes, que sublinham o papel destas redes na forma como percecionam e narram o seu percurso de integração.

Percepções subjetivas e autoavaliação do percurso de integração

A autoavaliação do percurso de integração revelou uma percepção global maioritariamente positiva, ainda que diferenciada entre dimensões, conforme sistematizado na figura 3.9. Esta avaliação subjetiva evidenciou que o domínio da língua, a inserção no mercado de trabalho e a capacidade de construir relações interpessoais constituíram eixos centrais da experiência integrativa.

Entre todas as dimensões, a integração profissional apresentou os resultados mais elevados: 37,5% dos participantes consideraram-se muito bem integrados e 35,4% bem integrados, evidenciando o papel estruturante que o emprego assumiu no processo de integração e no sentimento de estabilidade quotidiana.

As dimensões cultural e intercultural apresentaram igualmente níveis consistentes de integração. No plano cultural, 35,7% referiram estar bem integrados, enquanto 33,4% se situaram na categoria de integração razoável. Por sua vez, nas relações interculturais, 31,4% afirmaram sentir-se bem integrados e 31,1% razoavelmente integrados. Estes resultados evidenciaram um equilíbrio entre adaptação individual e abertura à diferença, refletido em interações regulares com suíços e outros migrantes, frequentemente mencionadas nas entrevistas como fontes de pertença e aprendizagem mútua.

A integração na comunidade local foi percecionada de forma mais ambivalente. Embora 32% dos inquiridos se considerassem razoavelmente integrados e 30% bem integrados, uma proporção significativa (18,2%) declarou sentir-se pouco integrada. Esta distribuição sugeriu a presença de barreiras subtis associadas à sociabilidade de proximidade e aos ritmos de convivência quotidiana nos contextos residenciais. A dimensão linguística emergiu como a área mais desafiante do percurso de integração. Apenas 22,2% referiram estar bem integrados e 15,9% muito bem integrados, enquanto 31,1% se posicionaram na categoria intermédia (razoavelmente integrados) e 23,1% pouco integrados, evidenciando dificuldades transversais que condicionaram a interação institucional, a participação comunitária e a progressão no mercado de trabalho.

Este padrão confirma que o domínio limitado da língua local constituiu um fator estruturante das restantes dimensões da integração. Como sintetiza uma das participantes:

A língua é a maior barreira. Depois disso é só a convivência e adotar hábitos suíços. (E2)

As entrevistas qualitativas reforçaram a compreensão da integração como um processo gradual e relacional, marcado simultaneamente por momentos de pertença e de invisibilidade. Sentimentos de acolhimento coexistiram com percepções de distância simbólica como ilustram os excertos seguintes:

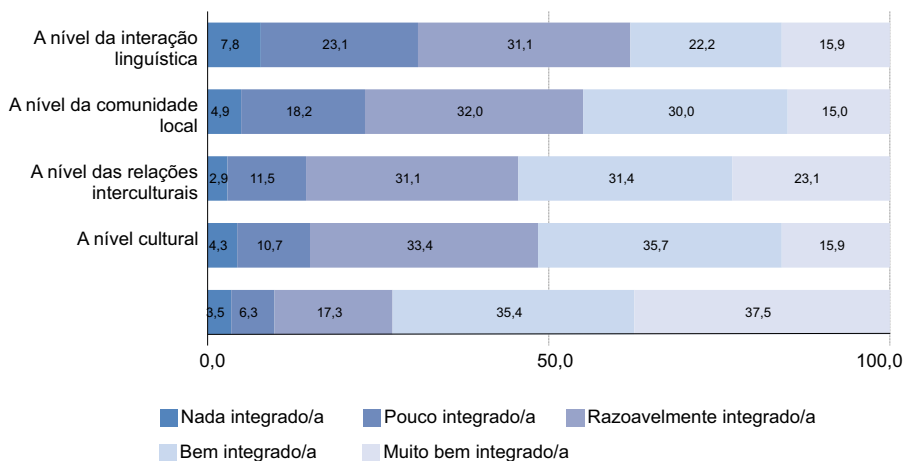


Figura 3.9 Níveis de autoavaliação da integração, por dimensão (%)

A nível do trabalho considero que estou bem integrado, faço parte de equipas. É como se eu estivesse a trabalhar em Portugal. [...] Tive a sorte de ir trabalhar para empresas multiculturais. (E5)

A nível cultural também estou bem integrado. [...] Já conheço alguns costumes suíços. (E6)

Em contraste, verificaram-se algumas fragilidades no plano comunitário:

A nível da comunidade [local] não me sinto integrado, dado à minha maneira de ser [...] os suíços são muito fechados em si próprios. (E3)

A autoavaliação evidenciou uma integração marcada por equilíbrios delicados entre pertença e distância simbólica. Embora se tenham observado níveis elevados de integração laboral e cultural, persistiram fragilidades associadas à língua, à sociabilidade de proximidade e aos ritmos de interação comunitária. No conjunto, estes elementos revelaram trajetórias de integração diferenciadas, cuja síntese interpretativa se apresenta na conclusão.

Conclusão

A integração dos novos fluxos migratórios portugueses no cantão de Zurique revela-se um processo não linear e profundamente relacional, no qual vínculos

interpessoais, condições contextuais e itinerários individuais assumem um papel decisivo. Os resultados mostram que estes migrantes, maioritariamente em idade ativa e com níveis elevados de qualificação, mobilizam recursos sociais, económicos e institucionais que sustentam percursos de adaptação diversificados, desafiando leituras unidimensionais da integração.

Num primeiro momento, sobressai o papel estruturante das redes familiares e de amizade portuguesas, fundamentais no apoio emocional e prático, particularmente no acesso à habitação, ao trabalho, aos cuidados de saúde e aos serviços administrativos. A aprendizagem da língua local e o recurso crescente a redes digitais funcionam igualmente como mecanismos de orientação e de superação de barreiras linguísticas e burocráticas.

Numa fase subsequente, a inserção profissional e os contactos com colegas suíços e outros migrantes reforçam a mobilidade social e contribuem para a construção de vínculos de pertença. Embora os dispositivos institucionais sejam reconhecidos, a sua eficácia é percebida como limitada, o que sublinha a centralidade das estruturas informais de suporte como uma tendência amplamente referida na literatura sobre integração em contextos multilíngues.

Em termos subjetivos, prevalece a avaliação globalmente positiva do percurso de integração, sobretudo nas dimensões laboral e social. Persistem, contudo, desafios relevantes relacionados com o domínio da língua alemã, a sociabilidade de proximidade e sentimentos de distância simbólica face à sociedade de acolhimento. Esta ambivalência revela a coexistência de experiências de acolhimento e episódios de invisibilidade que moldam, de forma situada, a experiência quotidiana dos migrantes.

As narrativas qualitativas permitem observar trajetos marcados por avanços e recuos, articulando conquistas quotidianas com obstáculos subtis. Destacam-se, entre os impactos mais significativos, a autonomia progressiva, a mobilidade social ascendente e a consolidação de laços afetivos no país de acolhimento. Estes aspetos revelam um enraizamento dinâmico sustentado pela capacidade de reconfiguração individual e coletiva.

Em síntese, os resultados evidenciam que a integração se configura como um processo gradual, situado e dependente de condições estruturais, da diversidade dos itinerários migratórios e da densidade das redes de suporte. Confirma-se, assim, que as redes interpessoais permanecem o principal alicerce da construção de pertença e da inclusão social efetiva. Permanece, contudo, a necessidade de aprofundar dimensões ainda pouco exploradas, nomeadamente género, geração, território e redes digitais, para compreender de forma mais abrangente as dinâmicas contemporâneas da integração portuguesa na Suíça e noutros contextos da diáspora portuguesa.

Referências Bibliográficas

- Bourdieu, Pierre (1980), “Le capital social: notes provisoires”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, pp. 2-3.
- Bundesamt für Statistik (2016), *STATPOP – Statistik der Bevölkerung und der Haushalte: ständige Wohnbevölkerung nach Nationalität*.
- Castles, Stephen (2005), *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios. Dos trabalhadores convidados às migrações globais*, Lisboa, Fim de Século.
- Castles, Stephen, e Mark J. Miller (2009), *The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World*, 4.ª ed., Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- D’Amato, Gianni (2012), “The case of Switzerland”, em Giovanna Zincone, Rinus Penninx e Maren Borkert (orgs.), *Migration Policymaking in Europe. The Dynamics of Actors and Contexts in Past and Present*, Amsterdam, Amsterdam University Press, pp. 165-194.
- Embaixada de Portugal em Berna (2024), *A comunidade portuguesa na Suíça. Perfil social 2023*.
- Faist, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford, Oxford University Press.
- Favell, Adrian (2003), “Integration nations: the non-state and research on immigrants in Western Europe”, *Comparative Social Research*, 22, pp. 13-42.
- Fibbi, Rosita (2025), “Die drei grössten Gruppen von Zugewanderten: ein vergleichender Überblick”, em Philippe Wanner e Rosita Fibbi (orgs.), *Die Schweizer Migrationslandschaft im 21. Jahrhundert*, Zürich/Genf, Seismo, pp. 147-172.
- Fibbi, Rosita, Claudio Bolzman, Antonio Fernandez, Andrés Gomensoro, Bülent Kaya, Catherine Mazzola, Christine Meyer, Marco Pecoraro e Patrick Wagner (2010), *Die portugiesische Bevölkerung in der Schweiz*, Bern, Vertrieb Bundespublikationen.
- Glick Schiller, Nina, Linda Basch e Cristina Blanc-Szanton (1995), “From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration”, *Anthropological Quarterly*, 68 (1), pp. 48-63.
- Horta, Ana Paula Beja (2010), “Introdução”, *Migrações*, 6, pp. 11-29.
- King, Russell (2012), *Theories and Typologies of Migration. An Overview and a Primer*, Malmö, Malmö University, *Willy Brandt Series of Working Papers in International Migration and Ethnic Relations*, 3/12.
- Malheiros, Jorge (2011), “Portugal 2010: the return of the country of emigration?”, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 2 (1), pp. 127-136.
- Marques, José Carlos (2008), *A emigração portuguesa. Do destino à origem e retorno*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Penninx, Rinus, e Blanca Garcés-Mascreñas (2016), *Integration Processes and Policies in Europe. Contexts, Levels and Actors*, Cham, Springer.

- Pinto, Maria Carolina (2023), *Percursos de Integração dos Novos Fluxos de Migrantes Portugueses no Cantão de Zurique: estratégias e desafios*, Lisboa, Universidade Aberta. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/13681>
- Pires, Rui Pena, Joana Azevedo, Inês Vidigal e Carlota Moura Veiga (2020), *Emigração portuguesa 2020: relatório estatístico*, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.
- Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo e Ana Ribeiro (2014), *Emigração portuguesa: relatório estatístico 2014*, Lisboa, CIES-IUL, Observatório da Emigração, Rede Migra, DGACCP, GSECP.
- Portes, Alejandro (1998), "Social capital: its origins and applications in modern sociology", *Annual Review of Sociology*, 24, pp. 1-24.
- Putnam, Robert D. (2000), *Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community*, New York, Simon & Schuster.
- SEM – Staatssekretariat für Migration (2021), *Leitbild Integration. Gemeinsam weiterkommen*.
- Statistisches Amt des Kantons Zürich (2020), *Statistisches Jahrbuch des Kantons Zürich*.
- Vertovec, Steven (2009), *Transnationalism*, London, Routledge.
- Vidigal, Inês (2024), "Mais de 12 mil portugueses emigraram para a Suíça em 2023", *Observatório da Emigração*.
- Zapata-Barrero, Ricard (2017), "Interculturalism in the post-multicultural debate: a defence", *Comparative Migration Studies*, 5, pp. 1-17.

Trajatórias migrantes e redes de sociabilidade translocais a partir de uma aldeia fronteiriça transmontana

João Baía

Resumo As trajetórias migratórias iniciadas na década de 19(60), estudadas a partir do lugar de partida, permitiram comparar diferentes dinâmicas das migrações internacionais e das migrações internas no âmbito da investigação realizada para o doutoramento em Antropologia no âmbito do Programa Doutoral em Migrações da Universidade de Lisboa. A partir do estudo das diferentes fases das trajetórias migratórias procurou-se refletir sobre a variação das sociabilidades e das identificações, bem como, sobre o alargamento do raio de interação social.

Palavras-chave: trajetórias migrantes, redes translocais, raio de interação social, migrações internas e internacionais, Trás-os-Montes, fronteira.

Abstract The migratory trajectories that began in the 19(60)'s, studied from the place of departure, allowed us to compare different dynamics of international migrations and internal migrations within the scope of the research carried out for the PhD in Anthropology within the scope of the Doctoral Program in Migration of the University of Lisbon. From the study of the different phases of migratory trajectories, we sought to reflect on the variation of sociabilities and identifications, as well as on the widening of the radius of social interaction.

Keywords: migrant trajectories, translocal networks, social interaction radius, internal and international migrations, Trás-os-Montes, borderland.

Introdução

Com esta investigação realizada durante o doutoramento em Antropologia no âmbito do Programa Doutoral em Migrações da Universidade de Lisboa, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que incidiu sobre as transformações produzidas pelas migrações portuguesas das décadas de sessenta e setenta do século XX na aldeia de Montesinho, procurou-se

contribuir para o estudo das migrações internas e internacionais a partir de um lugar de partida.¹

Através da análise das memórias e dos percursos biográficos dos emigrantes e não emigrantes desta aldeia raiana do concelho de Bragança procurou-se compreender o corte com a sociedade de partida, as ruturas e as continuidades nas trajetórias migratórias, mas também o impacto do retorno definitivo ou sazonal e da remigração.

No período deste trabalho, em que as circunstâncias remeteram de novo para a emigração tantos jovens portugueses, — sobretudo entre 2011 e 2016, em que o saldo migratório foi negativo e se ultrapassaram as 100 000 saídas anuais, chegando a 120 000 saídas no ano de 2013 (Pires, et al., 2020), números próximos das saídas de finais da década de 1960 e início de 1970 — procurei entender como os emigrantes da grande vaga anterior percecionam, recordam e transmitem as várias fases do seu projeto migratório, através da análise dos seus percursos biográficos. Paula Godinho considera que certos tipos de memórias podem conservar-se no silêncio ou ser ativadas “com o propiciar de condições” (Godinho, 2004: 100). Procurou-se perceber se esta vaga mais recente poderia ter ajudado a desbloquear memórias difíceis, sobretudo sobre as primeiras fases do processo migratório em que passavam mais dificuldades ao nível do trabalho e da habitação.

No quadro da investigação em Portugal, um conjunto de estudos sobre temas diferentes, e fundados em premissas teóricas distintas, dialogaram, tanto com a noção de lugar, como com o sistema de relações entre pessoas e lugares, no âmbito da antropologia (Bastos, 1993; Godinho, 2006; Leal, 1994, 2017; Silvano, 2006; Sobral, 1999; Mapril, 2012) e da sociologia (Monteiro, 1985; Wall, 1998; Machado, 2002; Costa, 2008; Portugal, 1999).

A importância das redes estabelecidas pelos migrantes ao longo da trajetória migratória foi problematizada a nível nacional, supranacional ou translocal. As redes sociais permitem reduzir os custos e os riscos para quem decide emigrar. Os pioneiros correm mais riscos e têm a vida mais dificultada, porque têm que começar a construir laços do zero, num outro país, com outra língua, outras leis. Os emigrantes que chegavam posteriormente beneficiavam dessas barreiras já ultrapassadas pelos pioneiros, que já poderiam dar informações sobre a melhor forma de arranjar trabalho, habitação e ajudar a resolver outros problemas. A seguir aos pioneiros poderia iniciar-se uma emigração em cadeia de um lugar para outro, de uma aldeia portuguesa para um bairro no subúrbio de Paris, ou de Hamburgo. O acesso à informação desempenha um papel chave na decisão de partir e na escolha do lugar para onde se escolhe emigrar e a informação que circula nas redes de sociabilidade

1 O autor agradece os pertinentes e generosos comentários do Professor Jorge Malheiros que contribuíram para melhorar a primeira versão deste texto.

permite ter algum grau de previsibilidade, tornando-a determinante aquando da decisão de migrar ou permanecer.

A partir desta investigação irá questionar-se também as múltiplas identificações dos migrantes, a sua variação e importância ao longo do processo migratório, bem como a noção translocalismo para compreender melhor as relações sociais entre migrantes e não migrantes, migrantes internos e internacionais e a sua ligação com o lugar de partida.

Memórias, redes migratórias e lugar

O lugar assumiu nesta investigação uma forte centralidade. As redes translocais que ligaram a aldeia de Montesinho a outros lugares, deram origem a ruturas ou continuidades ao longo do tempo, introduzindo mudanças estruturais na organização social da aldeia de Montesinho, o que permitiu perceber a importância da mobilidade, dos fluxos e das redes de sociabilidade nas mudanças realizadas no campo político, social, simbólico e económico.

Num ensaio sobre a forma como a antropologia espanhola foi sendo influenciada por diversas correntes da antropologia internacional ao longo do tempo, Susana Narotzky defende que no estudo sobre comunidades, muitas vezes apresentadas como lugares isolados sem ligações ao exterior, “la especificidade de lugar se entienda como un proceso de relaciones sociales cambiantes, ineludiblemente histórico y conectado con procesos más generales (...)” (Narotzky, 2001: 100). O “sentido global do lugar” proposto pela geógrafa Doreen Massey parece ser o mais indicado para uma maior compreensão do lugar, dos fluxos e das redes que o interligam a outros lugares, modificando de forma contínua esse mesmo lugar (Massey, 2012: 128).

As redes sociais baseadas nos laços familiares e de conterraneidade ajudam os emigrantes recém-chegados a arranjar dormida, trabalho e na resolução de processos burocráticos. Segundo Stephen Castles, “tornam o processo migratório mais seguro e facilitado para os migrantes e para as suas famílias (...). Certas pessoas (migrantes e não migrantes) tornam-se facilitadoras das migrações, emergindo assim uma “indústria das migrações”, constituída por organizações de recrutamento, advogados, agentes, passadores e outros intermediários (Castles, 2005: 24-25).

Um migrante pode pertencer a diferentes grupos, fazendo parte de diferentes redes sociais, estabelecendo laços cruzados entre elementos do país, região, zona de fronteira, aldeia de origem e país de acolhimento, mas também entre elementos de um grupo religioso, de um clube desportivo, ou de um grupo político, complexificando ainda mais a meso-escala da análise proposta. Todas estas questões sugerem uma leitura crítica da noção de transnacionalismo.

Transnacionalismo versus translocalismo

O conceito de transnacionalismo tem sido bastante usado para interpretar processos migratórios. Neste trabalho, interrogou-se este conceito e a sua relação com outros conceitos mobilizados para estudar migrações, nomeadamente o bilocalismo e o translocalismo, que se têm revelado formas alternativas ou complementares para compreender melhor as redes, os fluxos e as práticas que decorrem a partir das migrações internas e internacionais e dos laços e atividades transfronteiriças.

Nos anos noventa uma vasta produção científica mobilizou novos conceitos para olhar a mesma realidade através de outras perspetivas. O conceito de transnacionalismo, desenvolvido por Nina Glick Schiller, Cristina Blanc-Szanton e Linda Basch, visava incluir na sua definição as práticas e os processos transnacionais desenvolvidas entre o país de partida e de chegada pelos “transmigrantes” que estabelecem ligações entre duas ou mais sociedades ao mesmo tempo (Basch, Glick Schiller e Blanc-Szanton, 1992: 2).

Desde o surgimento e amplo desenvolvimento teórico e empírico em torno do conceito de transnacionalismo, diferentes perspetivas — como as que exploram as ideias de glocalização (Roudometof, 2014), e de *grounded transnationalism* (Brickell e Datta, 2011) — procuram realizar uma análise *bottom-up* para conferir mais importância ao lugar e às relações entre os diferentes lugares, permitindo, a partir do estudo desses lugares, compreender dinâmicas locais, regionais, nacionais e globais. Os autores da obra *Translocal Geographies: Spaces, Places and Connections* inserem o translocalismo na reflexão que tem sido feita em torno do transnacionalismo: “(...) space where de-territorialized networks of transnational social relations take shape through migrant agencies. This means that translocality as a form of local-local relations exists primarily within the debates on transnationalism” (Brickell e Datta, 2011: 3).

Ao não se fechar a análise nas práticas transnacionais, pode-se comparar migrações internas e externas, como fez David Fitzgerald, no seu estudo sobre associações regionais mexicanas, em cidades mexicanas, e nos Estados Unidos, no qual conclui que não há grandes diferenças entre as dinâmicas que se criam entre região ou aldeia de origem e a cidade para onde se deslocam (Fitzgerald, 2010: 9). Para o caso português, o estudo do associativismo transmontano da autoria de Daniel Melo (2006) é importante para comparar as migrações internas e internacionais e o envolvimento com o lugar ou região de onde partiram.

Nos estudos das trajetórias migratórias é visível como estas podem passar por diferentes lugares no mesmo país, ou por diferentes países, evidenciando-se uma ligação entre as dimensões interna e internacional das migrações. Um emigrante português, por exemplo, poderia emigrar de uma aldeia transmontana para Lisboa, depois para os arredores de Paris, daí

poderia partir para outra cidade francesa e retornar para Portugal e, finalmente, em vez de se fixar na sua aldeia de origem, poderia escolher instalar-se na cidade mais próxima da aldeia de onde partiu, ou em Lisboa, ou no Porto. A mobilidade, o poder de quem se move, o capital social e as redes sociais a que se pertence permitem questionar a hierarquia de importância das diferentes escalas. Por vezes, o lugar, a região, a freguesia, o bairro, desempenham um papel mais importante nas trajetórias migratórias do que o papel que desempenha a pertença a um determinado Estado-nação. O translocalismo não se refere apenas às migrações transnacionais, refere-se também aos diferentes tipos de mobilidade e fluxos que incluem as migrações internas e internacionais, às redes sociais estabelecidas entre aldeias, cidades, periferias e regiões, entre o rural e o urbano, conectando também diferentes países e continentes.

Ao dar maior destaque às conexões entre diferentes lugares, a noção de translocalismo permite relacionar lugares próximos ou longínquos. As relações transfronteiriças podem caber nesta noção, assim como as relações, fluxos e laços transnacionais; o translocalismo, porém, ao não se vincular ao conceito de nação, permite dar conta de relações entre pessoas que se situam de um lado e outro da fronteira, que porventura, poderão estabelecer laços mais fortes do que com a capital do Estado-nação; permite, ainda, o exame cuidadoso dos movimentos pendulares diários ou semanais que marcam o quotidiano de várias pessoas, bem como possibilita estabelecer a relação entre o rural e o urbano.

Nesta investigação, tal como Fitzgerald (2010), também encontrei semelhanças entre as relações que os migrantes internos e internacionais estabelecem com o lugar de partida. Por isso, o estudo da relação e das práticas entre lugares de um ou mais países que o translocalismo propõe e possibilita pode ser mais abrangente do que o transnacionalismo, que se debruça sobre processos, práticas e relações estabelecidas entre diferentes países.

Russel King, Ronald Skeldon e Julia Vullnetari, num estudo de caso sobre migrações internas e internacionais albanesas, sublinham a escassez de investigações que cruzem os dois tipos de mobilidades, de forma a analisar as diferenças e similitudes das trajetórias migratórias e a relação entre elas, uma vez que a fronteira entre estes dois tipos de mobilidades não é estanque (King, Skeldon e Vullnetari, 2008). O translocalismo permite estudar relações e práticas regulares estabelecidas entre lugares levadas a cabo pelos migrantes internos e internacionais; já o transnacionalismo, com toda a produção empírica e teórica sobre diferentes contextos, dá prioridade às relações entre diferentes países e às práticas dos migrantes internacionais.

Se faltam mais estudos sobre migrações internas em Portugal, a falta de estudos que relacionem as migrações internas e internacionais ainda é mais notória. Estudar as mobilidades a partir do lugar de partida permite comparar as trajetórias dos migrantes internos e internacionais e o tipo de ligação mantida com o lugar de partida.

Trajetórias migratórias e múltiplas cadeias migratórias

No início da pesquisa questionava se teria havido uma emigração em cadeia da aldeia de Montesinho para Pavillons-sous-Bois, situado na periferia de Paris, a norte de Montreuil, porque um morador desta aldeia tinha lá fundado a associação Casa de Trás-os-Montes. Porém, ao longo do trabalho de campo, percebi que a realidade era mais complexa e que houve diferentes cadeias migratórias para múltiplas direções, sendo as de maior relevo: Glinde, perto de Hamburgo, na Alemanha; Paris e Pavillons-sous-Bois; Montluçon, perto de Clermont-Ferrand, que se situa no centro de França; Mieres e Madrid, em Espanha; e para dentro de Portugal, Lisboa, Estoril, Matosinhos e Bragança.

Se inicialmente se previa fazer trabalho de campo na aldeia de Montesinho e Pavillons-sous-Bois, a dispersão das cadeias migratórias obrigou a tomar uma decisão, ou me focava no lugar de partida e trabalhava com quem mantinha ligação à aldeia, ou fazia uma etnografia multisituada em todos os lugares que fazem parte deste complexo raio de interação social. O receio de alguma perda de densidade de informação que se fosse recolher com uma etnografia tão multisituada, o tempo que demoraria nas viagens e o custo das deslocações e estadias foram fatores que contribuíram para essa decisão de focar no lugar de partida com ligação a tantos lugares de diferentes países.

A realização de trabalho de campo nos verões de 2015, 2016 e 2017 e no inverno de 2017 num lugar fronteiriço transmontano, a aldeia de Montesinho, localizada no norte do concelho e do distrito de Bragança, na fronteira com a província de Zamora, permitiu entender alguns dos efeitos e das causas das mobilidades e das imobilidades e conhecer as práticas dos migrantes no presente e num tempo longo. Foi este o espaço selecionado para questionar a construção do lugar nos contextos migratórios.

A freguesia de França dista 16 quilómetros de Bragança, sede de concelho e de distrito, e inclui mais duas aldeias para além da aldeia com o mesmo nome: Portelo e Montesinho.

Apesar de o trabalho de campo ter sido realizado durante um período específico e a situação presente da aldeia condicionar a forma como os entrevistados percebem o passado e o futuro, procurei, através das memórias de quem ficou e de quem saiu da aldeia, reconstituir as trajetórias migratórias e as trajetórias não migratórias. Para isso, realizei 32 entrevistas semiestruturadas com uma forte componente biográfica. Esta técnica da metodologia adotada situou-se entre a história de vida e a entrevista semiestruturada, procurando que todas as questões relevantes fossem colocadas.

As narrativas de vida permitem perceber:

(...) the context (familial, local, national, international) in which decisions are made and actions are taken, and perhaps most importantly how these are affected by social locations (Brettell, 2003: 43).

Optou-se neste trabalho pela não anonimização dos participantes no estudo (obteve-se consentimento gravado de todos os entrevistados), como forma de reconhecimento, valorização e inscrição destas “memórias periféricas” (Baía, 2020), dedicado às relações transfronteiriças.

O processo de construção da amostra foi ao encontro de uma amostragem teórica (Glaser e Strauss, 1967: 45-77) e em bola de neve, procurando representar os vários grupos que se foram considerando mais relevantes para uma maior compreensão do objeto ao longo do processo de investigação. Os entrevistados dos grupos etários sobre-representados têm a sua trajetória biográfica marcada pela forte emigração do ciclo migratório das décadas de 1960 e 1970, que se pretendia focar mais neste estudo, constituindo uma amostragem que tem em conta os processos e as temporalidades que se pretendem analisar (Hergesell, Baur e Braunisch, 2020). Se, no início, procurei entrevistar pessoas que emigraram para França, decidi numa fase posterior alargar a amostra a pessoas que emigraram para outros países e, também, que realizaram migrações internas (Glaser e Strauss, 1967: 45-77).

Das entrevistas realizadas, vinte e sete ocorreram na aldeia de Montesiño, quatro em duas aldeias do outro lado da fronteira (Calabor e La Tejera), e uma na aldeia vizinha de Portelo para poder compreender melhor as redes fronteiriças e perceber se houve interseção entre as redes translocais transfronteiriças e migratórias. Os entrevistados que emigraram, saíram do país nas décadas de sessenta e setenta do século XX. Entrevistei catorze pessoas do sexo feminino e dezoito do sexo masculino. Apesar das idades das pessoas que participaram nesta pesquisa estarem compreendidas entre os 50 e os 95 anos, os grupos etários mais representados na amostra são os que se situam entre os 60 e os 69 anos de idade, contando com nove participantes, e entre os 70 e os 79 anos de idade, com catorze participantes. Quanto à escolaridade, a maioria terminou o primeiro ciclo do ensino básico.

Os que efetuaram migrações internas e que mantêm contacto com a aldeia, na sua maioria ingressaram em diferentes forças policiais: Guarda Fiscal, Guarda Nacional Republicana, ou Polícia de Segurança Pública. Os homens que efetuaram migrações internacionais trabalharam sobretudo como operários fabris, no sector da construção civil, em França, no porto de Hamburgo, na Alemanha e nas minas das Astúrias, em Espanha. As mulheres que efetuaram migrações internacionais trabalharam em serviços de limpeza de casas particulares, de escritórios, edifícios públicos, prestaram cuidados domiciliários a pessoas idosas e trabalharam em fábricas. Entre as mulheres entrevistadas que emigraram para França, a maior parte teve experiência migratória anterior em Madrid, onde trabalharam no serviço doméstico e na restauração. Entrevistei pessoas que não emigraram e pessoas que saíram da aldeia para outro país ou para outra zona de Portugal e mantêm alguma ligação com o lugar de partida regressando de forma sazonal, pontual ou definitivamente.

A análise documental em arquivos locais e pessoais (fotografias, documentos de trabalho, lista de pedidos de passaporte indeferidos, documentação solicitada para poder obter passaporte e poder sair do país, passaportes dos que tinham poder de mobilidade, processos judiciais de emigração irregular) serviu para uma maior compreensão do objeto de estudo. Essa consulta de documentos realizada em arquivos de espólios pessoais de entrevistados, no Arquivo Municipal de Bragança e no Arquivo Distrital de Bragança permitiu identificar melhor o período, o tipo e a dimensão dos fluxos migratórios cruzando com a informação recolhida nas entrevistas.

Migrações internacionais e internas

A aldeia de Montesinho tem a particularidade de ter tido, antes do ciclo de emigração intraeuropeu da década de 1960, um fluxo migratório de entrada protagonizado por pessoas que vinham trabalhar para os serviços florestais, para a plantação de pinheiros, para a cantaria na serra de Montesinho e para as Minas de estanho de Portelo. Os que vieram de fora e que mais tarde também partiram para a emigração eram chamados “malteses”. Não tinham gado, propriedades ou casa, tendo que viver em casas alugadas, partes de casas, palheiros, ou entre as pedras na serra. Esta imigração para a aldeia podia ser sazonal no caso dos segadores, dos cantoneiros, dos carvoeiros, dos trabalhadores no batatal da serra de Montesinho; seria mais pontual no caso dos vendedores ambulantes, dos tendeiros, dos alfaiates, dos ferreiros; e teria um carácter mais ou menos permanente nos casos dos mineiros e dos trabalhadores ocupados na plantação de pinheiros no projeto de arborização dos baldios da Serra de Montesinho, implementado pelos Serviços Florestais.

As saídas da emigração das três aldeias iniciadas na década de 1960, que continuavam um fluxo de saída que já tinha tido alguma expressão durante o ciclo migratório transatlântico, foram compensadas com a vinda de trabalhadores de fora para trabalhar na mina entre 1958 e 1993 (Cerveira, 1965: 109 e Lopes, 2020). Registou-se depois uma queda abrupta ao nível população da freguesia, relacionada tanto com a gradual desativação da mina durante a década de 1980 e o seu fecho em 1993, provocando a saída desses trabalhadores e dos naturais das aldeias que lá trabalhavam, como com a contínua emigração, que, entre a década de 1980 e 1990, registou um aumento exponencial. A vinda de pessoas de fora para trabalhar na mina, e com menor expressão para a extração de granito na Serra de Montesinho, na plantação de pinheiros, e na produção de batata, apenas adiou a tendência de decréscimo populacional.

Se analisarmos a variação populacional ao nível da freguesia (figura 4.1) podemos observar uma subida constante após a década de 1930, uma relativa estabilização entre as décadas de 1960 e 1980, uma queda abrupta entre a década de 1980 e 1990, e uma suavização desta descida populacional entre 1990 e 2021.

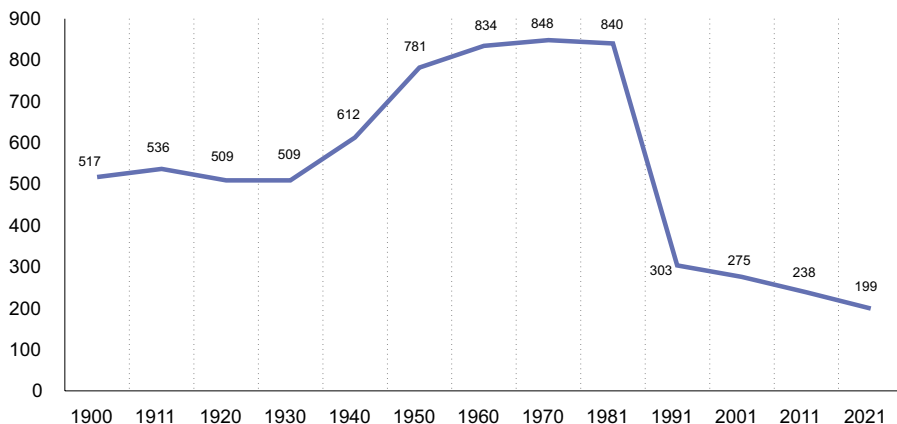


Figura 4.1 Variação da População da Freguesia de França entre 1900 e 2021

Fonte e autoria: Elaboração própria a partir de dados recolhidos no site do INE (censos).

Se alargarmos a escala de análise ao nível do Concelho de Bragança, observamos que esta tendência não acontece. Nem a queda populacional é tão tardia, nem tão abrupta, seguindo-se a essa ligeira descida um aumento até à década de 2010. A descida relacionada com as migrações internas e internacionais em direção aos centros urbanos do ciclo das migrações intraeuropeias não ultrapassou o decréscimo populacional provocado pela pneumónica entre 1911 e 1920, ao contrário do que aconteceu ao nível da freguesia.

A partir da década de 1960, ao nível do lugar, apesar de as aldeias de França e de Montesinho também terem servido de morada para alguns dos trabalhadores das minas de Portelo, a variação populacional de um lugar, “Minas de Portelo”, criado pela Sociedade Mineira de França, L.da para albergar os trabalhadores da mina e que foi reconhecida como lugar pelo INE entre 1971 e 1991, permite perceber que o impacto que a mina teve no crescimento e na perda populacional ao nível da freguesia se deve às variações populacionais registadas nesse lugar e na aldeia de Portelo que também deverá ter albergado vários dos seus trabalhadores devido à maior proximidade, verificando-se também uma quebra populacional acentuada entre o mesmo período (figuras 4.1 e 4.2).

A figura 4.3 mostra como a variação populacional da Aldeia de Montesinho estava menos correlacionada com a atividade das minas. A aldeia de Montesinho entre 1960 e 1980 registou uma descida de população acentuada, ocorrendo desde essa data uma suavização dessa descida, tendo até atingido em 2011 números superiores aos registados em cada uma das duas décadas

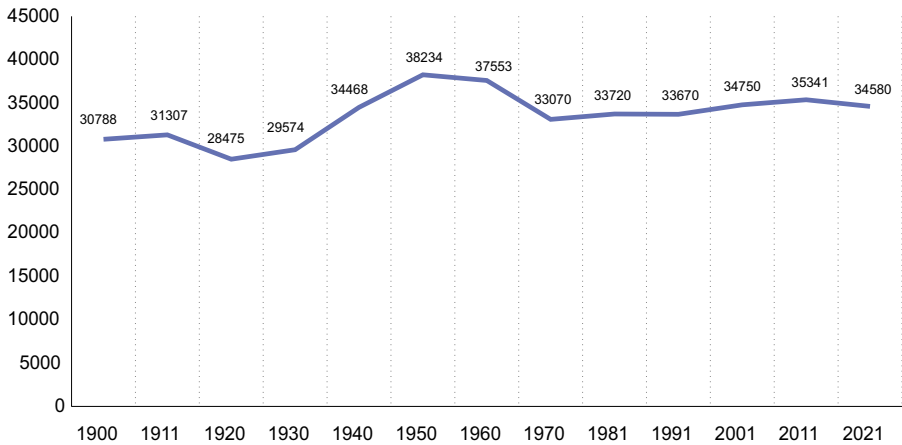


Figura 4.2 Variação da População do Concelho de Bragança entre 1900 e 2021

Fonte e autoria: Elaboração própria a partir de dados recolhidos no site do INE (censos).

anteriores, assistindo até a um ligeiro aumento de população entre 2001 e 2011 (figura 4.3).

Já na aldeia de França, sede de freguesia, maior que os outros lugares, mais próxima de Bragança e mais afastada da fronteira, observam-se quedas populacionais mais pronunciadas entre a década de 1960 e 1970 e novamente entre 1980 e 1990 e menos pronunciadas, mas constantes, entre 1970 e 1980 e entre 1990 e 2011 (figura 4.4).

Podemos concluir que a aldeia de Portelo (figura 4.5) e o lugar Minas de Portelo (figura 4.6) viram a sua variação populacional mais afetada pela abertura e encerramento da mina; já a aldeia de França (figura 4.4) acompanhou a dinâmica de quebra populacional sentida no concelho de Bragança na década de 1960 e a dinâmica local na década de 1980. Conclui-se assim que a aldeia de Montesinho sofreu menos com a abertura e encerramento do complexo mineiro e outros factores terão contribuído para a sua variação populacional (figura 4.3).

Segundo testemunhos recolhidos por Mila Simões de Abreu e Ludwig Jaffe “as minas empregavam cerca de 300 mineiros, que trabalhavam 8h por dia, em dois turnos” (Abreu e Jaffe, 1998: 40). O volume diverso dos movimentos migratórios em direção a estas quatro localidades de pessoas vindas de diversas localidades para trabalhar (minas, floresta, exploração da pedra, da batata, do carvão), terá influenciado estas diferentes variações populacionais, bem como as diferentes correntes migratórias que foram sendo construídas e sedimentadas entre cada um destes lugares e outros lugares dentro e fora do país que determinaram diferentes padrões migratórios com destinos, intensidade e temporalidades

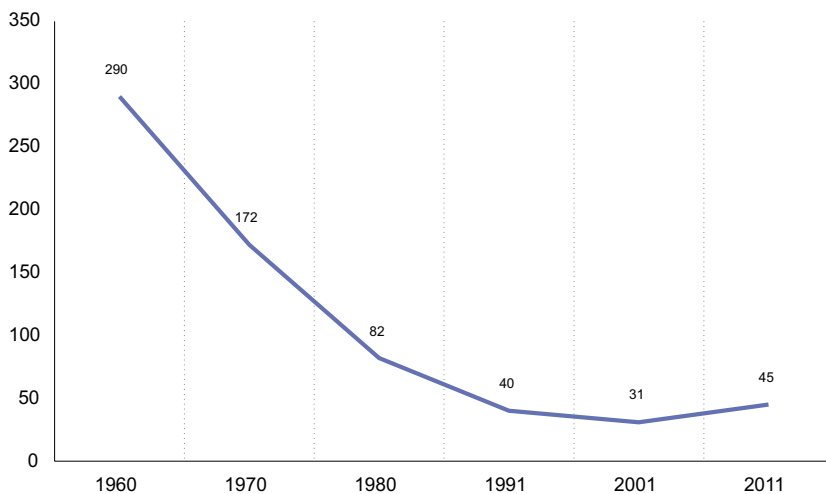


Figura 4.3 Variação da População da aldeia de Montesinho entre 1960 e 2011

Fonte e autoria: Elaboração própria a partir de dados recolhidos no site do INE (censos).

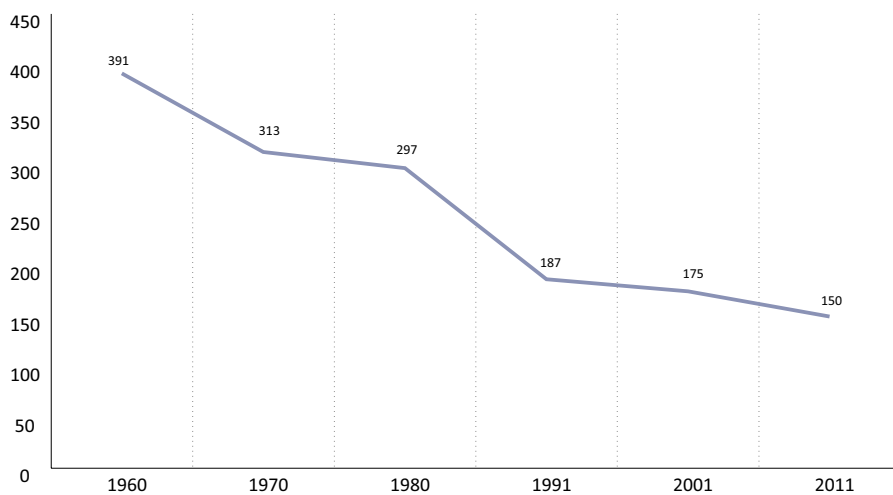


Figura 4.4 Variação da População da aldeia de França entre 1960 e 2011

Fonte e autoria: Elaboração própria a partir de dados recolhidos no site do INE (censos).

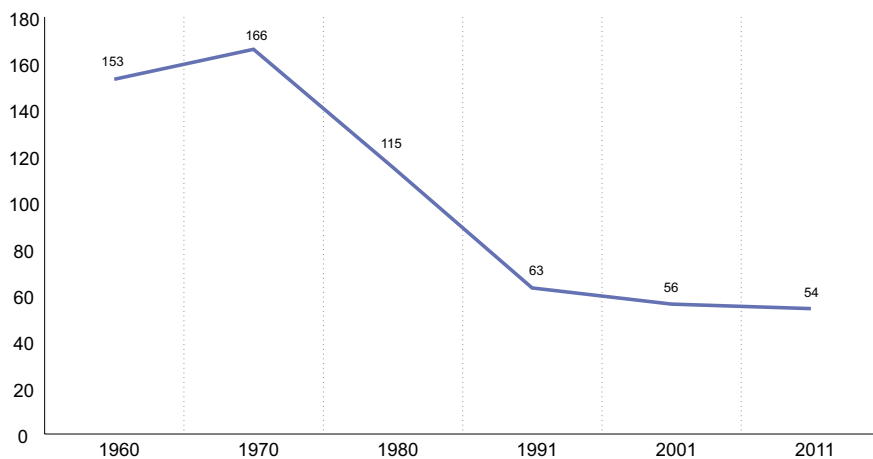


Figura 4.5 Variação da População da aldeia de Portelo entre 1960 e 2011

Fonte e autoria: Elaboração própria a partir de dados recolhidos no site do INE (censos).

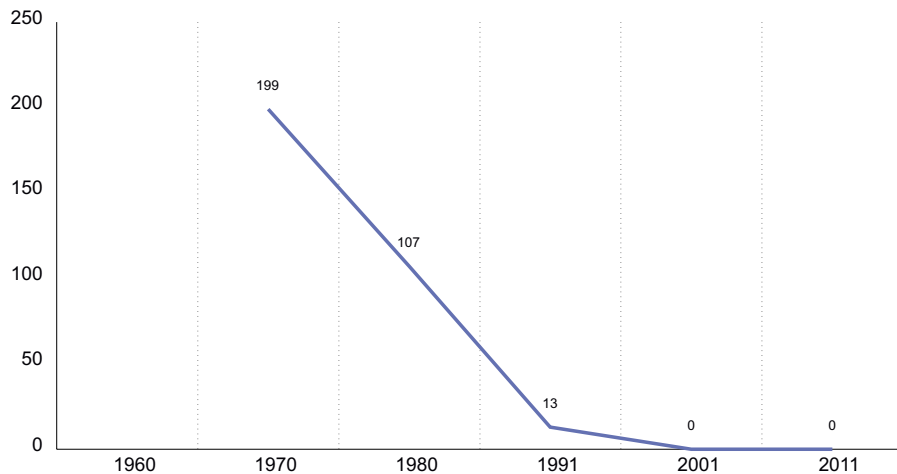


Figura 4.6 Variação da População do lugar Minas de Portelo entre 1960 e 2011

Fonte e autoria: Elaboração própria a partir de dados recolhidos no site do INE (censos).

diversas. A partir do caso da aldeia da Montesinho e suas características específicas, procurarei lançar algumas hipóteses explicativas para a sua variação populacional.

A agricultura e pastorícia aliadas ao trabalho nas várias atividades extrativas na serra de Montesinho permitiam à população local o acesso a outras formas de organização do trabalho, para poderem ter maior acesso aos bens que não produziam. A estrutura social em Montesinho era complexa. Coexistiam pequenos proprietários, jornaleiros, segadores, tendeiros, alfaiares, ferreiros e os malteses, que podiam residir mais ou menos tempo na aldeia ou na serra, em casas improvisadas entre as pedras de granito. O tipo de acesso à propriedade e o envolvimento com atividades comerciais, com menor ou maior volume de negócio, acabava por ditar a hierarquia social local e as desigualdades presentes na microsociedade desta aldeia.

A florestação dos baldios afetou a vida dos habitantes locais, criando condições que, mesmo indiretamente, conduziram à emigração, sobretudo em aldeias com fortes contingentes de gado caprino, mais prejudicadas do aquelas que estavam dependentes de outro tipo de atividades.

Com a emigração e o alargamento dos raios de interação social, o sistema de trocas entre pequenos proprietários e grandes proprietários e entre os proprietários e os jornaleiros e segadores, foi alterado e posto em causa. Houve um certo nivelamento económico e social com as migrações entre os diferentes grupos identificados, entre as famílias de pequenos proprietários, de malteses e pequenos proprietários e de jornaleiros. Os grandes proprietários que cedo partiram para Bragança, Porto ou Lisboa, onde trabalhavam em profissões ligadas ao Estado, ou profissões liberais, foram vendendo o património e perdendo a ligação com a aldeia, como o exemplo da família do antigo presidente da Câmara de Bragança, José Luís Pinheiro.

Grande parte das mulheres da aldeia que emigraram para França tinha tido curtas experiências migratórias em Madrid, Espanha. Essas experiências tiveram um efeito disruptivo, permitindo olhar de outra forma para o que sempre tinham conhecido, antes de emigrar, gerando vontade de mudar de vida e de não voltar de forma definitiva, emigrando mais tarde com destino a França.

O forte conhecimento das aldeias espanholas vizinhas decorria das fortes relações transfronteiriças, comerciais e familiares. O percurso a pé por atalhos até Bragança atravessava aldeias vizinhas. As festas das aldeias vizinhas eram frequentadas pelos membros da aldeia de Montesinho e vice-versa. Havendo perto da aldeia de Montesinho trabalho regular e sazonal que atraía mão de obra das aldeias vizinhas — nas minas, na floresta, na extração e produção de carvão e de pedra, segadas e na sementeira e apanha da batata — e tendo esta aldeia capacidade para acolher parte desta população flutuante, acabou por se estabelecer uma rede social densa entre a aldeia de Montesinho e as aldeias vizinhas dos dois lados da fronteira. Para a grande maioria dos

habitantes, os locais mais afastados onde já haviam ido eram a cidade Bragança, a espanhola Puebla de Sanábria, e as aldeias vizinhas, de um lado e do outro da fronteira.

A apropriação dos baldios da aldeia pelo Estado, o excessivo controle do cumprimento das regras pela guarda-florestal, a dificuldade em conseguir boas condições de habitação, o défice de acesso a cuidados básicos de saúde, a falta de perspectivas de mobilidade social ascendente, levou a que a maior parte migrasse internamente ou para fora do país. O poder exercido pelas famílias, que tentavam influenciar e incentivar casamentos com membros de umas famílias em detrimento de outras, poderá ter contribuído para a decisão dos homens e mulheres quererem emigrar.

Quando começaram a emigrar, o raio de interação social e o “espaço de experiência” alargaram-se e foram chegando informações de pessoas que melhoravam as condições de vida, alargando o “horizonte de expectativa” e suscitando o desejo de emigrar (Koselleck, 2006). Esta circulação de informação constitui um dos mecanismos de “feedback” (De Haas, 2010).

Alguns dos factores repulsivos indicados pelos participantes neste estudo foram: o encerramento das minas de Portelo, o desejo de uma maior autonomia em relação à casa dos pais, a ação dos serviços florestais, maior conhecimento das formas de atravessar a fronteira devido à localização da aldeia na raia seca. O cumprimento de serviço militar e participação na guerra colonial ajudaram os homens a romper com o relativo isolamento em que viviam, pois, a maior parte nunca tinha saído do distrito de Bragança e o contacto com jovens de outras zonas do país contribuiu para o alargamento do “horizonte de expectativas”. Algumas mulheres referiram que emigraram para ir ter com os maridos, quando estes já estavam regularizados e tinham melhorado as condições de habitação.

Para os emigrantes portugueses era mais difícil emigrar irregularmente para a Alemanha. O governo alemão exercia maior controlo na entrada e era mais inflexível em relação à emigração irregular, sendo muito rigoroso relativamente ao recrutamento e ao contrato de trabalho, fiscalizando as condições de trabalho e as condições de habitabilidade e se estas permitiam ou não receber mais familiares. Já para França, durante a janela temporal de maior fluxo de emigração regular, há indícios de uma significativa emigração irregular. Este é um fenómeno difícil de contabilizar, mas se a dimensão for na mesma proporção dos números existentes para o nível nacional (900 000 de forma regular e 550 000 de forma irregular entre 1957 e 1974) (Pereira, 2010), rondará mais de metade. O maior pico de partidas para França registou-se entre 1969 e 1971, período em que o número de emigrantes se aproximou de 350 000.

A maioria dos entrevistados que emigraram para França fizeram-no de forma irregular, embora parte deles tivessem conseguido regularizar a situação mais tarde. Já quatro dos que emigraram “a salto” em 1967 viram os seus pedidos de passaporte indeferidos em 1968.

Segundo Maria Ioannis Baganha, para a República Federal da Alemanha terão emigrado 193 000 portugueses entre 1950 e 1988, a maioria de forma regular, ainda que 58 000 o tivessem feito irregularmente. Durante a mesma janela temporal, para França emigraram regularmente 347 000, irregularmente 677 000, num total de 1 024 000. Entre 1970 e 1973 ocorreu o maior número de saídas em direção à Alemanha. Em 1970 registaram-se 22 915 e em 1973 houve um pico de 38 444 saídas, seguindo-se uma queda abrupta nos anos seguintes (Baganha, 2000: 218-229). Várias aldeias do centro e norte do país ficaram profundamente marcadas por este fenómeno.

Dos 33 casos extraídos dos dados recolhidos nas entrevistas, o pico das migrações regulares foi registado em 1973, correspondendo a novos movimentos migratórios, dois em direção à Alemanha e um à Suíça. O primeiro tratou-se de uma remigração para o mesmo país, o segundo de uma curta experiência migratória na Alemanha, e o terceiro na Suíça. Destes três casos, apenas um se dirigiu para o mesmo destino — Hamburgo — que uma das correntes migratórias formadas a partir da aldeia, e os outros não deram origem a novas correntes migratórias. Em 1974, inicia-se uma corrente migratória para Lisboa, para trabalhar numa força de segurança, a PSP, com duas saídas a que se seguiram outras, para esta força e para a GNR. Em 1970 houve uma saída para ingressar na Guarda Fiscal, que poderá estar relacionada com saídas anteriores para a mesma força policial. Em 2001, houve uma migração em direção à Suíça de um migrante que já tinha emigrado 20 anos antes para Espanha. Em 2007 houve uma migração, que já não se encaixa no fluxo entre as décadas de 1960 e 1980, mas, que contou com o apoio, nas primeiras fases do processo migratório, de um irmão já emigrado em França. Compreendemos que o fluxo migratório desta geração alterou radicalmente o padrão demográfico da aldeia de Montesinho, contribuindo para o declínio gradual e consistente de população ao longo de várias décadas.

O raio social de interação, apesar de nas primeiras fases do processo migratório não se alargar muito para além do círculo de sociabilidade ligado ao lugar de partida, ao longo do tempo estendeu-se e passou a incluir outros portugueses de outras regiões e, com menos intensidade, migrantes de outras nacionalidades e franceses.

A adaptação, o trabalho, a habitação, a saúde, o quotidiano, as ruturas do quotidiano, o envolvimento no associativismo, o reagrupamento familiar, a educação dos filhos, o alargamento da rede social de interação no contexto migratório, o retorno e as práticas translocais são questões que marcaram e marcam as trajetórias migratórias até aos dias de hoje, assumindo características específicas consoante o país e o lugar para onde emigraram.

O conhecimento prático da língua castelhana, devido às intensas relações e práticas transfronteiriças, permitiu em contexto migratório alargar mais rapidamente o raio de interação e a rede migratória, para além da rede formada pelos familiares e conterrâneos e dos colegas de trabalho e vizinhos

portugueses. O recurso a um “tutor” espanhol e o trabalho para patrões espanhóis, no caso da emigração para França, e a frequência de uma associação espanhola antes da criação de uma associação portuguesa, no caso da emigração para a Alemanha, demonstra como a condição transfronteiriça e o bilinguismo em contexto migratório pode constituir uma vantagem, porque alarga o leque de escolhas, o acesso a recursos e a um sistema de receção e integração já montado por uma comunidade de um país que tinha emigrado de forma mais intensa para a França e a Alemanha mais cedo.

As migrações internas desde Montesinho revelam como, em inúmeros aspectos, esta experiência suscitou, para quem se movia do lugar, problemas e questões semelhantes aos sentidos por quem saiu do país, inclusive um certo sentimento de estranhamento, muito presente no contacto com as grandes cidades portuguesas. A relação das migrações internas desde Montesinho com o ingresso em forças policiais foi notória, nomeadamente para a Guarda Fiscal. A seguir ao 25 de Abril de 1974, a GNR e a PSP começaram também a recrutar na aldeia. Para entrar para as forças policiais, os candidatos tinham de ter o ensino primário completo, fazer algumas provas e cumprido o serviço militar.

As migrações internas, sobretudo as realizadas para integrar forças policiais, tomaram a forma de correntes migratórias e constituíram mais um ponto de fuga da aldeia de Montesinho e da região transmontana. Da informação recolhida nas entrevistas e durante o trabalho de campo, a maior parte procurou ser colocada o mais perto possível da aldeia de onde partiu. Por isso, estes migrantes internos não se terão envolvido tanto na sociedade de acolhimento, não participaram em associações, nem se terão preocupado em resolver a questão da habitação de forma mais permanente. Porém, dois dos entrevistados permaneceram mais tempo longe da aldeia, envolveram-se em associações e cooperativas de habitação para tentar resolver esse problema, investindo tempo e dinheiro a participar nesses coletivos e a construir e a regularizar a casa e respetivos acessos e infraestruturas básicas.

Montesinho: lugar de retorno, circulação ou fixação?

As redes e as práticas translocais caracterizaram as trajetórias migratórias dos migrantes internos e internacionais focadas neste estudo, que mantiveram uma forte ligação ao lugar de partida durante o seu percurso biográfico. O contacto à distância, o retorno circular pontual, mormente em agosto, a compra ou recuperação de uma casa e a participação e apoio à organização da Festa de Santo António foram as formas encontradas de manutenção dos laços que os ligavam ao lugar.

A saúde, a família e a localização do património familiar herdado, construído, reconstruído, ou adquirido durante a trajetória migratória foram

factores que permitiram ter um leque mais ou menos alargado de escolha em relação às práticas migratórias (Baía, 2022).

A necessidade de cuidados de saúde específicos, a idade ou a viuvez, podem alterar as condições de circulação entre lugares e a decisão sobre o lugar onde residir definitivamente. A decisão sobre onde viver pode caber aos filhos que por vezes trazem os pais para as suas casas, ou colocá-los numa instituição, tanto cá como lá. Se o “cá” é o lugar ou lugares para onde retornaram, o “lá” pode ser tanto Bragança, como Lisboa, Montluçon, Hamburgo, Paris. Nesta situação pode haver uma remigração, e o retorno que se imaginou definitivo pode afinal deixar de o ser. Hein de Haas e Tineke Fokkema, num artigo sobre um projeto que estudou os motivos para retornar ou para retornar de forma circular, que incidiu sobre o Vale do Todgha, em Marrocos, uma região de emigração, colocou a mesma questão: “The exploratory findings presented in this study also lead to new research questions. (...) And will pendulum migration be a sustainable alternative to either permanent settlement or return, or is it a temporary phenomenon that will persist only as long as income and health allow migrants to carry it out?” (Haas e Fokkema, 2010: 558).

No caso dos migrantes entrevistados, a circulação entre lugares, entre cá e lá, quando há essa possibilidade (capacidade económica para viajar e ter casa cá e lá) acaba por ser a situação preferida. Porém, num determinado momento, a saúde, a idade e o isolamento obrigam a fazer uma escolha definitiva entre lugares diferentes da planeada anteriormente.

As gerações seguintes às que efetuaram migrações internas e internacionais nas décadas de 1960 e 1970 acompanharam esse movimento para fora, mas, quando se reformarem, podem querer voltar para viver na aldeia e, quem sabe, aproveitar o investimento já realizado na produção de castanha, na reabilitação das casas e no sector do turismo rural feito pelos seus pais e avós. Quando se perguntou nas entrevistas realizadas o que se poderia fazer para que os que migraram para fora da aldeia quisessem voltar, a resposta foi unânime — criar emprego.

Ao nível das políticas públicas seria importante ouvir mais o que as pessoas que ainda residem nestas aldeias têm a dizer sobre o desenvolvimento destas regiões, a atração de investimento, o tipo de investimento necessário para reter os que a certa altura da sua trajetória migratória decidem retornar, os serviços que seria necessário implementar para que as pessoas que residem nestas aldeias não sintam a necessidade de voltar a migrar, o que está a resultar e a falhar nas estratégias implementadas. No fundo, dever-se-ia incluí-las mais nos processos de decisão e definição das políticas públicas de gestão de uma vasta extensão do território nacional e de apoio ao retorno e fixação de migrantes. A recomendação de uma maior participação dos beneficiários destas políticas na sua definição e formas de implementação também é feita pela Organização Internacional para as Migrações em relação a fluxos migratórios mais recentes (2019).

Sociabilidades migrantes, alargamento do raio de interação social e identificações múltiplas

O raio de interação no contexto migratório incluía preferencialmente e sobretudo as redes de sociabilidade fundadas na família e na aldeia de partida, nos contextos migratórios franceses e no alemão. Porém, com o tempo, este raio foi-se alargando a alguns portugueses de diferentes regiões do país, a migrantes de outras nacionalidades e a franceses que eram vizinhos, ou colegas de trabalho. Na fábrica e na “*cité Dunlop*” havia trabalhadores franceses, portugueses e de outras nacionalidades, o que ajudava a criar redes de sociabilidade mais diversas, alargando o raio de interação:

Sem ser com as pessoas da minha aldeia, a minha convivência era mais com os franceses. Tinha boas relações com os colegas franceses. Tinha amigos espanhóis, bastantes. Falo espanhol quase tão bem como português. Italianos também. Tinha amigos argelinos e marroquinos. Alguns eram colegas de trabalho. Trabalhavam comigo na minha máquina. Eu era o chefe de máquina. Brincadeiras lá no trabalho. Quando a gente se encontrava. Tive dois amigos. Um marroquino e outro argelino e esses eu passava por casa deles e eles pela minha. Não, hoje não. As pessoas foram-se desligando. Infelizmente. Gostava de os encontrar. Tinha muita convivência com os espanhóis. E boa. (José Garcia, 76 anos)

Os casais em que os homens trabalhavam nos sectores da construção civil e as mulheres no serviço doméstico acabavam por alargar o raio de interação a portugueses de outras regiões, nomeadamente em convívios de migrantes portugueses, e aos migrantes de outras nacionalidades com quem interagem por residirem na vizinhança:

Desta aldeia tenho amigos. Tenho lá amigos e há grupos de folclore, ranchos. Há lá dois grupos. Depois eles organizam festas. Tenho amigos algarvios, alentejanos. Convivo com eles, como sendo daqui. Tenho muitos amigos espanhóis e italianos. Já não é igual. Há lá muitos também onde eu estou. Marroquinos e argelinos, se são vizinhos sim, mas se não... No trabalho ia bem. No trabalho comigo trabalharam muitos. No fim trabalharam muitos marroquinos e argelinos, tunisinos. (Álvaro Rodrigues, 72 anos)

Os três testemunhos dos que migraram para Montluçon têm em comum a amizade com os migrantes espanhóis. Como vimos, na primeira fase, a rede migratória alargou-se aos migrantes espanhóis que terão ajudado na obtenção do primeiro emprego, na resolução do problema da habitação e nas questões burocráticas. O conhecimento prático da língua castelhana, advindo das relações transfronteiriças, poderá ter ajudado a esta proximidade.

Os que migraram para Paris e que viveram no centro da cidade em casas de porteira, onde as suas mulheres trabalhavam, referem que fizeram amizade com franceses, como afirmou Maria Goretti Cavalaria: “tive mais amigos franceses do que portugueses.” (Maria Goretti Cavalaria, 63 anos) Já Maria Julieta Garcia, que não tinha franceses no seu raio de interação social durante a primeira fase do processo migratório, referiu que, à medida que o tempo ia passando, começou a incluí-los no seu círculo de sociabilidade: “Sim, mais tarde. Agora tenho amigos franceses. Na altura dava-me mais com os portugueses.” (Maria Julieta Garcia, 69 anos)

Pelas narrativas de vida recolhidas, os que migraram para Paris tiveram menos contacto com migrantes de outras nacionalidades. O aumento das suas sociabilidades parecia depender mais do contacto com migrantes portugueses de outras regiões, nomeadamente do Minho:

Tenho muitas relações para o Minho que eu gosto muito daquela gente também. E quando temos ocasião ou encontramos-nos aqui ou lá em França, é sempre uma alegria. (Helena Garcia, 67 anos)

Helena Garcia complexificou a importância dada às redes de sociabilidade baseadas nos laços familiares. Se, por um lado, considerou que esses são os laços mais importantes, por outro, acrescentou que, em certas situações, há redes de sociabilidade fora da esfera familiar que se tornam mais relevantes, nomeadamente quando há conflitos derivados de disputa de propriedade, limites de terrenos e heranças:

A família está sempre à frente, a mais chegada. Depois tenho relações com amigos. Com certos amigos, que não terei com uma cunhada, ou com um cunhado. Porque há realmente pessoas que a gente pode confiar, quando a gente tem um problema. Temos de saber a quem. E às vezes tenho mais confiança com uma amiga, que é realmente amiga e que confio nela, do que uma pessoa de família. Mas estas coisas das aldeias, dos familiares fica sempre um bocadinho fora. Há muitos familiares que não se falam, como por exemplo aqui, que não se falam, simplesmente por causa das terras. (Helena Garcia, 67 anos)

Este testemunho de Helena Garcia denuncia como o raio de interação é dinâmico e pode ir incluindo e excluindo membros das várias redes de sociabilidade a que se vai pertencendo ao longo do processo migratório. Assim, o grau de importância dado a essas redes transforma-se ao longo do tempo, podendo até haver ruturas definitivas geradas por alguma situação de conflito, ou sucessão de situações de conflito.

Idalina dos Anjos Fernandes que emigrou para Hamburgo, alargou o raio de interação a migrantes de várias nacionalidades e a migrantes portuguesas da região centro e litoral. Neste raio de interação alargado no contexto

migratório, referiu-se fundamentalmente quase só mulheres, colegas de trabalho na fábrica de travões Jurid Werke (fazendo lembrar os laços estabelecidos entre os trabalhadores da Fábrica Dunlop e moradores na “*cité Dunlop*”). Mantém ainda contacto telefónico com parte destas amigas e recebe-as ocasionalmente na aldeia de Montesinho para onde retornou:

Olhe da Turquia, de todo o lado. Tinha turcas amiguíssimas. Ui polacos, jugoslavos. Espanhóis muitos também. Tínhamos um amigo alemão que tinha casa com uma espanhola. Gostava muito de vir aqui (...). Olhe de Leiria, ainda lá há umas pessoas bem amigas que me telefonam às vezes. Aveiro. Também. Águeda. E de mais sítios. Trabalhávamos na mesma firma. Aquilo era muito grande (...). Agora em agosto desconfio que vêm cá uns. Não costumam dizer nada, aparecem e pronto. (Idalina dos Anjos Fernandes, 77 anos)

No caso de Idalina, o que a uniu a uma migrante de nacionalidade turca foi terem sido cuidadoras dos maridos com doenças graves: “Olhe com uma turca. Uma turca telefona-me e chora muito. Chora por mim. As duas falamos em alemão. Muito minha amiga, a mulher. Olhe, o marido também morreu com cancro na cabeça. Ainda me telefona.” (Idalina dos Anjos Fernandes, 77 anos)

As redes de sociabilidade criadas em contextos de trabalho onde havia trabalhadores de outras nacionalidades nos mesmos lugares da cadeia de produção, como nos casos nas fábricas da Dunlop e na Jurid Werke, permitiu alargar o raio de interação social a migrantes de outras nacionalidades. O facto de os trabalhadores morarem nos mesmos sítios ainda propiciava mais esse contacto quotidiano. Em Paris e Montluçon, os homens que trabalhavam na construção civil, trabalhavam e conviviam normalmente mais com portugueses. As porteiras de Paris viviam no centro, onde habitava e habita a burguesia francesa, convivendo durante o período de trabalho com as patroas, que eram também suas vizinhas, e com as patroas e patrões das casas e estabelecimentos onde faziam limpezas. O tempo gasto nas experiências de pluri-emprego, que gerava longas jornadas de trabalho, e o facto de trabalharem muitas vezes nos dias de descanso, dava pouco tempo para conviver e alargar o raio de interação social.

Um dos migrantes internos entrevistados, Adérito de Jesus Alves que engrossou a corrente migratória em direção à região de Lisboa, Estoril, defende que as principais redes de sociabilidade são as redes baseadas na vizinhança e a seguir as desenvolvidas no contexto laboral, contudo no caso da família do seu cunhado a vizinhança cruza-se com as redes de sociabilidade familiares e de conterraneidade. Este caso ilustra bem o que foi descrito sobre as sociabilidades ao longo das trajetórias migratórias internas descritas pelos outros migrantes internos entrevistados.

Conclusão: Identificações múltiplas e em transformação

A recente vaga de emigração não desbloqueou as memórias guardadas dos momentos mais difíceis do processo migratório. As primeiras fases do processo migratório ainda são evitadas ou pouco desenvolvidas, talvez pela dureza das condições de habitação e de trabalho e por não quererem autoperseguir-se assim no presente.

Durante o trabalho de campo para esta pesquisa, questionou-se pouco a questão da identidade, procurando-se, assim, evitar as essencializações que sobejam nos estudos das migrações. A partir do estudo das sociabilidades geradas durante o processo migratório concluímos que há identificações múltiplas que se intersectam e que variam de importância ao longo do tempo. Quando alguém se autoidentifica como originário da aldeia de Montesinho, uma aldeia de montanha com um sistema agro-pastoril, uma aldeia periférica, fronteira, pode estar também a autoidentificar-se como mineiro, canteiro, pastor, camponês, ou jornaleiro; como emigrante na sociedade de partida, imigrante na de chegada, enquanto trabalhador, operário da construção civil, ou fabril, operária ou trabalhadora doméstica; como uma mulher, em Portugal ou em França, na aldeia ou na cidade; como um português, mas também como alguém que se identifica com os espanhóis, os franceses, ou os alemães, ou mesmo como europeu, alguém que compreende e fala português, mas também castelhano, e que conseguiu aprender a língua do país para onde migrou.

Nira Yuval-Davis considera que é fundamental realizar uma “análise situada da interseccionalidade”, que tenha em consideração: “as localizações geográficas, sociais e temporais dos actores sociais individuais ou coletivos examinados por ela, contestados, mutáveis e múltiplos, como normalmente são. Por conseguinte, na abordagem da interseccionalidade aqui apresentada, destacamos também a importância central na análise de questões de translocalidade — ou seja, as formas como determinadas categorias de divisões sociais têm significados diferentes — e, muitas vezes, um poder relativo diferente — nos diferentes espaços em que as relações sociais analisadas têm lugar; da transcalaridade — ou seja, as formas como diferentes divisões sociais têm frequentemente significados e poder diferentes quando as examinamos a nível regional e global; e a transtemporalidade — ou seja, a forma como estes significados e poder mudam historicamente e mesmo em diferentes momentos do ciclo de vida das pessoas” (Yuval-Davis, 2015: 95).

Mudanças políticas, como a adesão de Portugal à União Europeia, facultaram diferentes formas de identificação. Segundo Brettell, “Movement across national borders within Europe is free, and the Portuguese can identify themselves as Portuguese, as French, and/or European” (Brettell, 2003: 54), o que corrobora o que refere Iréne dos Santos sobre os migrantes portugueses:

(...) la propension à jouer sur les deux tableaux, ou, plus exactement, à combiner stratégiquement deux appartenances. Des pratiques d'inscriptions sociales et territoriales observées auprès d'individus qui circulent entre la France et le Portugal montrent la complexité de vivre une pluralité d'appartenances culturelles et nationales (Santos, 2003: 31).

Como notou Feldman-Bianco, outros factores, como a classe social, a região de origem, a geração e o género, condicionam as “reconstruções de identidade, que são mediadas pelas diferentes camadas do tempo” (Feldman-Bianco, 1993: 209).

O antropólogo argentino Alejandro Grimson ao preferir o termo identificações ao termo identidade dá a possibilidade de compreender os processos de identificação, que vão mudando ao longo do tempo e o facto de um só indivíduo poder ter múltiplas identificações que podem variar de importância ao longo da sua trajetória biográfica (Grimson, 2011).

A língua de comunicação foi fundamental no contexto migratório, principalmente nas primeiras fases do processo. A condição fronteiriça, conseguir perceber e fazer-se entender nos dois lados da fronteira entre Portugal e Espanha, terá ajudado muitos emigrantes a aceder a outras redes de sociabilidade, como aquelas onde dominava o castelhano, que já estavam estabelecidas e desenvolvidas há mais tempo em França e na Alemanha. Quanto à identificação nacional, ela compete, muitas vezes desfavoravelmente, com a identificação com o local, com o mundo simbólico e afetivo da aldeia de Montesinho, com a região transmontana, mas também com o bairro para onde se foi viver, ou com a profissão desempenhada. A força destas identificações depende do momento vivido e dos contextos afetivos e institucionais. A nacionalidade é, em grande medida, reforçada e por vezes mesmo constituída pelos aparelhos institucionais estatais das sociedades de destino e pelas suas políticas de imigração. Por sua vez, alguns entrevistados não hesitaram em referir que preferiam não trabalhar para encarregados ou patrões portugueses, porque os tratavam e pagavam pior do que os da nacionalidade do país de destino. O núcleo mais forte de socialização dos entrevistados era constituído pelos que partiram de Montesinho; no decorrer da trajetória migratória o raio de interação foi-se alargando a portugueses de outras regiões e a pessoas de outras nacionalidades.

Os protagonistas do ciclo migratório estudado ainda continuam em movimento e a circular entre lugares, ou a fixar-se num ou noutra lugar específico definitivamente. A noção translocalismo permitiu analisar melhor as redes de sociabilidade translocais que atravessaram fronteiras nacionais, mais ou menos porosas, como as redes migratórias, as redes fronteiriças e as redes que ligam a aldeia de Montesinho, às aldeias vizinhas, a Bragança, ao Porto, a Lisboa, entre outros lugares. E permitiu concluir que as redes estabelecidas pelas migrações internas e internacionais ligam mais pessoas e

lugares e que a nacionalidade frequentemente é sobrevalorizada, por isso, nesta investigação optou-se mais pelo uso do termo migrantes para designar os que se movem entre lugares.

Referências bibliográficas

- Abreu, Mila Simões de; Jaffe, Ludwig (1998), "Abecedário de Montesinho", *Montesinho*, n.º 2, pp. 37-41.
- Baía, João (2020), "A.M./A.M. para memória futura: dois homens que lutaram contra a ditadura dos dois lados da fronteira e meios de produção de memória", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 60, pp. 433-446.
- Baía, João (2022), "Retornar, não retornar ou circulação entre lugares? Diferentes práticas migratórias e seus impactos no presente e no futuro de um lugar de partida (aldeia de Montesinho)", *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 44 (Jun/2022), pp. 19-37.
- Baganha, Maria Ioannis B. (2000), "A Emigração Portuguesa no Pós II Guerra Mundial", in António Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Sequitur, pp. 213-232.
- Basch, Linda; Glick Schiller, Nina; Blanc-Szanton, Cristina (1992), *Towards a transnational perspective on migration: Race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*, New York, New York Academy of Sciences.
- Bastos, Cristiana (1993), *Os Montes do Nordeste do Nordeste Algarvio*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Brettell, Caroline (2003), *Anthropology and Migration Essays on Transnationalism, Ethnicity, and Identity, Walnut Creek*, AltaMira Press.
- Brickell, Katherine; Datta, Ayona (eds.) (2011), *Translocal Geographies: Spaces, Places and Connections*, Farnham, Ashgate.
- Castles, Stephen (2005), *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios*, Lisboa, Fim de Século.
- Cerveira, Alberto (1965), "A oficina de preparação de minérios das Minas de Montesinho", *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, Vol.10, no1, pp. 107-13.
- Costa, António Firmino da (2008) [1999], *Sociedade de Bairro, Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- De Haas, Hein (2010) "The Internal Dynamics of Migration Processes: A Theoretical Inquiry", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36 (10), 1587-1617.
- De Haas, Hein de; Fokkema, Toneke (2010), "Intra-Household Conflicts in Migration Decisionmaking: Return and Pendulum Migration in Morocco", *Population and Development Review*, 36(3), pp. 541-561.
- Feldman-Bianco, Bela (1993), "Múltiplas Camada de Tempo e de Espaço (Re)construções da Classe, Etnicidade e Nacionalismo entre Emigrantes Portugueses", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 38, pp. 1993-223.

- Fitzgerald, David Scott (2010), "Mixed Methods and Crossing Boundaries in the Study of International Migration", In Thomas Faist (Ed.), *Working Papers – Centre on Migration, Citizenship and Development*, 73, Bielefeld, COMCAD.
- Glaser, Barney; Strauss, Anselm (1967), "Theoretical Sampling", In Barney Glaser e Anselm Strauss (Eds.), *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*, Chicago, Aldine Publishing, pp. 45-77.
- Godinho, Paula (2004), "Movimentos Sociais Rurais: Questões de Teorias e Métodos", In Inês Fonseca; Dulce Freire; Paula Godinho (Coord.), *Mundo Rural Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa/Colibri, pp. 89-106.
- Godinho, Paula (2006), *O Leito e as Margens – Estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano (1880-1988)*, Lisboa, Colibri.
- Grimson, Alejandro (2011), *Los límites de la cultura. Crítica de las teorías de la identidad*, Buenos Aires, Siglo XXI.
- Guarnizo, Luis Eduardo; Smith, Michael Peter (1998), "The Locations of Transnationalism", in Luís Eduardo Guarnizo e Michael Peter Smith, *Transnationalism from below*, New Jersey, Transaction Books, pp. 3-34.
- Hergesell, Jannis; BAUR, Nina; Braunisch, Lilli (2020), "Process-Oriented Sampling", *Canadian Review of Sociology/Revue Canadienne de Sociologie*, 57 (2), pp. 1-21.
- King, Russel; Skeldon, Ronald; Vullnetari, Julie (2008), *Internal and International Migration, Bridging the Theoretical Divide*, Working Paper, Sussex, Sussex Centre for Migration Research, University of Sussex.
- Koselleck, Reinhart (2006), " 'Espaço de experiência' e 'horizonte de expectativa': duas categorias históricas", In Reinhart Koselleck, *Futuro Passado Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto Editora, pp. 305-327.
- Leal, João (1994), *As festas do Espírito Santo nos Açores: Um estudo de antropologia social*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Leal, João (2017), *O culto do divino: migrações e transformações*, Lisboa, Edições 70.
- Lopes, Glória (2020), "As minas que fizeram do rio uma estrada de areia", *Jornal de Notícias*, 30 de Agosto de 2020, <https://www.jn.pt/local/noticias/braganca/braganca/as-minas-que-fizeram-do-rio-uma-estrada-de-areia-12564871.html>, Consultado a 16 de Dezembro de 2021.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora
- Mapril, José (2012), *Islão e Transnacionalismo – Uma Etnografia entre Portugal e o Bangladeche*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Massey, Doreen (2012), "Un sentido global del lugar", In Abel Albet e Núria Benach (Eds.), *Doreen Massey: un sentido global del lugar*, Barcelona, Icaria Editorial, pp. 112-129.

- Melo, Daniel; Silva, Eduardo Caetano da (orgs.) (2009), *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Monteiro, Paulo Filipe (1985), *Terra que já foi terra: análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da Serra da Lousã*, Lisboa, Salamandra.
- Narotzky, Susana (2001), *La antropología de los pueblos de España — Historia, cultura y lugar*, Barcelona, Icaria editorial.
- OIM (Organização Internacional para as Migrações) (2019), *Reintegration Assistance at the Community Level*. In *Reintegration Handbook*, Geneva, OIM, pp. 97-132.
- Pires, Rui Pena; Pereira, Cláudia; Azevedo, Joana; Vidigal, Inês; Veiga, Carlota Moura (2020), “A Emigração Portuguesa no Século XXI”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 94, pp. 9-38.
- Pereira, Victor (2010), “Ni héros ni escrocs: les passeurs portugais (1957-1974)”, *Plein Droit*, 84, pp. 12-16.
- Portugal, Sílvia (1999), “Family and social policy in Portugal, International”, *Journal of Law, Policy and the Family*, Volume 13, Issue 3, December, pp. 235-246.
- Silvano, Filomena (2006), “Ir à terra — mobilidade transnacional e construção de sedentariiedades imaginadas”, In Casimiro Balsa (Org.), *Relações sociais de espaço, homenagem a Jean Remy*, Lisboa, Colibri, pp. 199-218.
- Sobral, José Manuel (1999), *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.
- Strijdhorst dos Santos, Irène (2003), “Discours d’appartenance, pratiques d’inscriptions sociales et territoriales: des descendants de migrants portugais de France”, *Recherches en Anthropologie au Portugal*, 9 (1), pp. 23-35.
- Wall, Karin (1998), *Famílias no Campo. Passado e Presente em duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, D. Quixote.
- Yuval-Davis, Nira (2015), “Situated Intersectionality and Social Inequality”, *Raisons Politiques*, 2, n.º 58, pp. 91-100.

Fontes Orais (nome, idade no ano em que se realizou a entrevista, data e local de realização da entrevista semiestruturada)

- Ana Maria Martins Gaspar, 50 anos, 11 de Agosto de 2015, na aldeia de Montesinho.
- Álvaro Rodrigues, 72 anos, 12 de Agosto de 2015, na aldeia de Montesinho.
- José Garcia, 76 anos, 13 de Agosto de 2015, na aldeia de Montesinho.
- Fernando António Rodrigues, 76 anos, 14 de Agosto de 2015, na aldeia de Montesinho.
- João Miguel Garcia, 67 anos, 18 de Agosto de 2015, na aldeia de Montesinho.
- José António Gomes, 75 anos, 20 de Agosto de 2015, na aldeia de Montesinho.
- Maria Goretti Cavalaria, 63 anos, 21 de Agosto de 2015, na aldeia de Montesinho.
- Maria Julieta Garcia, 69 anos, 21 de Agosto de 2015, na aldeia de Montesinho.

- José Miguel Pires, 79 anos, 6 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Irene Fátima Rodrigues (e marido), 71 anos, 7 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Helena Garcia, 67 anos, 7 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Lucinda Ferreira Ribeiro, 67 anos, 8 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Idalina dos Anjos Fernandes, 77 anos, 9 e 10 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Adília dos Anjos Fernandes, 81 anos, 9 e 10 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Luís Fernandes, 61 anos, 10 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Maria Rita Sendim, 79 anos, 11 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Adérito de Jesus Alves, 68 anos, 12 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Albano dos Santos Feriz, 77 anos, 15 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Manuel Cardoso Teixeira, 71 anos, 15 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Josefa Lousada, 53 anos, 16 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Martín Gordo, 95 anos, 17 de Agosto de 2016, na aldeia de La Tejera.
- Aurélio Pouza Álvarez, 79 anos, 17 de Agosto de 2016, na aldeia de La Tejera.
- Aurora (e filha), idade desconhecida, 17 de Agosto de 2016, na aldeia de La Tejera.
- Manuel Diegues, 68 anos, 18 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Marcelina Piedade Fernandes, 83 anos, 18 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Manuel João Alves, 73 anos, 19 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Noémia da Conceição Rodrigues, 49 anos, 21 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Francisco Ribas, 53 anos, 22 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Sally Godward, 58 anos, 22 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Angelina de Lurdes Martins, 81 anos, 22 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Manuel Rodriguez Montecino, 75 anos, 24 de Agosto de 2016, na aldeia de Calabor.
- João Luís Afonso, 67 anos, 25 de Agosto de 2016, na aldeia de Montesinho.
- Belmiro Augusto Rodrigues, 75 anos, 26 de Agosto de 2016, na aldeia de Portelo.

Temos, hoje, um número crescente e diversificado de estudos sobre a emigração portuguesa, desde projetos individuais de doutoramento até pesquisas coletivas de investigação com maior dimensão e objetivos mais amplos. A coleção Estado da Emigração, do Observatório da Emigração, procura dar conta, em moldes condensados, do conhecimento produzido por esses trabalhos.

Neste segundo volume reúnem-se sínteses de resultados de cinco teses de doutoramento recentes, organizadas em quatro capítulos, centrados em duas dimensões fundamentais da experiência migratória: a integração nos países de destino e o regresso a Portugal. Através de abordagens disciplinares e metodológicas diversas, os textos aqui reunidos analisam trajetórias migratórias, processos de inserção social e laboral, redes de sociabilidade, mobilidades transnacionais e dinâmicas de regresso, evidenciando a complexidade e a diversidade da emigração portuguesa contemporânea.

cies _iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

SOCIUS
Centro de Investigação em Sociologia
Económica e das Organizações

IGOT
Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA

IS INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
LISBOA

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA**
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTRANJEIRAS

 **COMUNIDADES
PORTUGUESAS**